

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CEDEPLAR – Programa de Pós-Graduação em Demografia

Maria Luiza Moreira Duarte

**Mudança nos perfis das adolescentes brasileiras: fecundidade e estruturas  
domiciliares nos Censos de 1991, 2000 e 2010**

Belo Horizonte, MG

2021

Maria Luiza Moreira Duarte

**Mudança nos perfis das adolescentes brasileiras: fecundidade e estruturas  
domiciliares nos Censos de 1991, 2000 e 2010**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientadora: Raquel Zanatta Coutinho

Coorientadora: Paula Miranda-Ribeiro

Belo Horizonte, MG

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG 2021

Ficha Catalográfica

D812m Duarte, Maria Luiza Moreira.  
2021 Mudança nos perfis das adolescentes brasileiras [manuscrito] :  
fecundidade e estruturas domiciliares nos Censos de 1991, 2000 e 2010 /  
Maria Luiza Moreira Duarte. – 2021.  
1 v.: il.

Orientadora: Raquel Zanatta Coutinho.

Coorientadora: Paula Miranda-Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia.

1. Fecundidade humana – Teses. 2. Mães adolescentes – Teses . 3.  
Demografia – Teses. 4. Brasil – População – Teses. I. Coutinho, Raquel  
Zanatta.. II. Miranda-Ribeiro, Paula. III. Universidade Federal de Minas  
Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV.  
Título.

CDD: 304.632

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – 148/2024

Leonardo Vasconcelos Renault - CRB6/2211



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **MARIA LUIZA MOREIRA DUARTE** N°. REGISTRO 2019650791.

Às nove horas do dia onze do mês de outubro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 13/08/2021, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Mudanças nos perfis das adolescentes brasileiras: fecundidade e estruturas domiciliares nos Censos de 1991, 2000 e 2010**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Raquel Zanatta Coutinho, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Raquel Zanatta Coutinho, Paula de Miranda Ribeiro, Ana Paula de Andrade Verona e Andréa Branco Simão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2021.

Profa. Raquel Zanatta Coutinho (Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Paula de Miranda Ribeiro (Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Ana Paula de Andrade Verona (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Andréa Branco Simão (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

PROFA. LAURA LÍDIA RODRÍGUEZ WONG  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Zanatta Coutinho, Professora do Magistério Superior**, em 13/10/2021, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Andrade Verona, Professora do Magistério Superior**, em 13/10/2021, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula de Miranda Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/10/2021, às 23:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Branco Simao, Assistente Social**, em 15/10/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 18/10/2021, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1012741** e o código CRC **E6375363**.

---

Dedico este trabalho à minha avó, Maria Aparecida, pelo amor, cuidado e apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus pelas oportunidades concedidas, pela coragem e força nos momentos mais desafiadores, e principalmente pelas pessoas preciosas que colocou em meu caminho.

À minha querida avó, meu eterno agradecimento por enxergar em mim potencialidades que eu mesmo não reconhecia, e por celebrar cada uma das minhas conquistas como se fossem as maiores do mundo. Sem ela, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço de coração à Raquel e à Paula pela dedicação, incentivo e generosidade em compartilhar seus conhecimentos e experiências. Sua paciência nos momentos difíceis foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas amigas Débora e Nayara, meu profundo agradecimento pelas risadas compartilhadas e pelo apoio incondicional nos momentos mais desafiadores. Especialmente à Débora, por compartilhar comigo as alegrias e dificuldades ao longo de todo o processo do mestrado e da escrita deste trabalho.

Ao CEDEPLAR, sou grato pela excelência do ensino e à FAPEMIG pela oportunidade de me dedicar exclusivamente à minha formação e pesquisa, em um período em que a ciência enfrentou tantos desafios e desvalorizações.

Por fim, a todos que, de alguma forma, acompanharam e contribuíram para a realização desta pesquisa, meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Este estudo busca caracterizar os perfis das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, residentes nas macrorregiões brasileiras nos anos de 1991, 2000 e 2010. Mais especificamente, intenciona-se a) estabelecer perfis das adolescentes brasileiras para os anos anteriormente citados segundo um rol de variáveis da estrutura domiciliar, dos tipos de relações interpessoais intradomiciliares e seus papéis sociais e, através desses, b) identificar aproximações e diferenciações, ao longo do tempo, entre as adolescentes com pelo menos um filho nascido vivo (adolescentes mães) e aquelas que declaradas como nunca terem tido uma criança nascida viva (não mães). Para realização do estudo, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010 e, para definição dos perfis, a técnica de Análise de Classes Latentes (LCA). Os resultados encontrados sugerem que, com o passar dos anos, a gravidez na adolescência passou a estar cada vez menos associada à saída do domicílio de origem ou à união ou casamento. Além disso, a união na adolescência também passou a estar mais associada a uma permanência na casa de um familiar materno ou paterno, assim como tem ficado mais comum a não atuação na força de trabalho pela adolescente mãe ou não mãe unida. Ademais, o retorno, ou mesmo a permanência na casa de origem, pareceu ter se tornado mais aceitável após o término de uma relação ou após uma gravidez precoce que não resultou em união para a adolescente brasileira.

**Palavras-chave:** Perfis adolescente; Adolescentes mães; Adolescentes não mães; Análise de Classes Latentes.



## ABSTRACT

This study seeks to characterize the profiles of female adolescent (ages 15 to 19), living in Brazilian macro-regions in the years 1991, 2000 and 2010. More specifically, it is intended to a) establish profiles of Brazilian adolescents for the aforementioned years according to a list of variables of household structure, types of intra-household interpersonal relationships and their social roles and, through these, b) identify similarities and differences observed over time between adolescents with at least one child born alive (adolescent mothers) and those who have been reported as never having had a child born alive (non-mothers). The 1991, 2000, and 2010 Brazilian Demographic Censuses were used for the study, and the technique of the Latent Class Analysis (LCA) was used to define the profiles. The results suggest that over the years teenage pregnancy has become less associated with leaving the home of origin or engaging in a consensual union or formal marriage. In addition, teenage unions became more associated with remaining at the parental home and adolescent mother increased their chances of staying out of the workforce, married or unmarried. Furthermore, returning to or even staying in the home of origin seemed to have become more acceptable after the end of a relationship or after an early pregnancy that was not followed by a union.

**Keywords:** Adolescent profiles; Teenage mothers; Teenage non-mothers; Latent Class Analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marco teórico para a análise da fecundidade adolescente .....	40
--------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas específicas de fecundidade (por mil), por grupos etários quinquenais, Brasil, 1991-2010 .....	32
Tabela 2 – Taxas de fecundidade geral e de fecundidade adolescente (15 a 19 anos) para os países do Cone Sul, exceto Brasil, entre 1980 e 2010.....	33
Tabela 3 - Taxas específicas de fecundidade (por mil) de mulheres de 15 a 19 anos de idade, por situação de domicílio e educação, segundo o rendimento médio mensal domiciliar per capita, Brasil, 2010.....	34
Tabela 4 - Taxas específicas de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos (por mil) segundo o lugar de residência e as Grandes Regiões - 1991, 2000 e 2010.....	36
Tabela 5 - Distribuição percentual das adolescentes indígenas, mães e não mães, segundo macrorregião e status do domicílio (rural ou urbano) – Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	81
Tabela 6 - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença da mãe no domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	94
Tabela 7 - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença do pai no domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	95
Tabela 8 - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença do parceiro no domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	97
Tabela 9 - Prevalência das classes geradas através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 1991.....	99
Tabela 10 - Classes geradas para as adolescentes através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 1991 .....	100
Tabela 11 - Prevalência das classes geradas através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2000 .....	104
Tabela 12 - Classes geradas para as adolescentes através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2000 .....	105
Tabela 13 - Prevalência das classes geradas através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2010 .....	108
Tabela 14 - Classes geradas para as adolescentes através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2010 .....	109

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas específicas de fecundidade (por mil), por grupos etários quinquenais, Brasil, 1991-2010 .....	32
Gráfico 2 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Norte, 1991, 2000 e 2010.....	76
Gráfico 3 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010.....	76
Gráfico 4 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010 .....	76
Gráfico 5 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Sul, 1991, 2000 e 2010 .....	77
Gráfico 6 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010.....	77
Gráfico 7 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Norte, 1991, 2000 e 2010.....	79
Gráfico 8 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010.....	80
Gráfico 9 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010 .....	80
Gráfico 10 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Sul, 1991, 2000 e 2010 .....	80
Gráfico 11 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Centro-oeste, 1991, 2000 e 2010.....	81
Gráfico 12 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Norte, 1991, 2000 e 2010.....	83
Gráfico 13 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010 .....	83
Gráfico 14 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010.....	84
Gráfico 15 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Sul, 1991, 2000 e 2010 .....	84
Gráfico 16 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010 .....	84

Gráfico 17 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Norte, 1991, 2000 e 2010.....	86
Gráfico 18 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010 ..	86
Gráfico 19 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010....	86
Gráfico 20 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Sul, 1991, 2000 e 2010 .....	87
Gráfico 21 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010 .....	87
Gráfico 22 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Norte, 1991, 2000 e 2010 .....	89
Gráfico 23 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010 .....	89
Gráfico 24 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010.....	90
Gráfico 25 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Sul, 1991, 2000 e 2010.....	90
Gráfico 26 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010 .....	90
Gráfico 27 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Norte, 1991, 2000 e 2010 .....	92
Gráfico 28 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010	92
Gráfico 29 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010.	92
Gráfico 30 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Sul, 1991, 2000 e 2010.....	93
Gráfico 31 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010 .....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características sociodemográficas das adolescentes.....	58
Quadro 2 - Variáveis utilizadas para a condução da Análise de Classes Latentes ...	59
Quadro 3 - Redistribuição das religiões indicadas nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e que foram consideradas nas amostras do IPUMS-International para os mesmos anos .....	64
Quadro 4 - Recategorização da variável “EDUCBR_HEAD” em anos de escolaridade .....	66

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. ADOLESCÊNCIA E CURSO DE VIDA: TRAJETÓRIAS, TRANSIÇÕES E PAPÉIS SOCIAIS .....</b>	<b>19</b>
2.1. Maternidade na adolescência .....	22
2.2. Transmissão intergeracional do comportamento .....	26
<b>3. A FECUNDIDADE ADOLESCENTE NO BRASIL, UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA .....</b>	<b>28</b>
3.1. A Transição da Fecundidade .....	28
3.2. Determinantes diretos e indiretos da fecundidade adolescente e desigualdades observáveis.....	38
3.2.1. Escolaridade.....	40
3.2.2. Participação na força de trabalho .....	42
3.2.3. Status marital.....	43
3.2.4. Início da vida sexual e normas de gênero .....	45
3.2.5. Acesso à serviços de saúde sexual e reprodutiva, uso de contraceptivos e controle da fecundidade.....	46
3.2.6. Religião.....	48
3.2.7. IDH e renda .....	51
3.2.8. Estrutura familiar de origem.....	52
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>56</b>
4.1. Base de dados .....	56
4.2. Descrição das variáveis utilizadas .....	57
4.3. Sobre a técnica de Análise de Classes Latentes .....	67
4.4. Sobre o pacote “Latent Class Causal Analysis” .....	71
<b>5. RESULTADOS DESCRITIVOS .....</b>	<b>74</b>
5.1. Características descritivas gerais da amostra.....	74

<b>6. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE ANÁLISE DE CLASSES LATENTES E DISCUSSÕES.....</b>	<b>98</b>
6.1. Perfis das adolescentes para os anos de 1991, 2000 e 2010.....	99
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>131</b>
APÊNDICE A – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos, mães e não mães, segundo macrorregião e idade simples - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	131
APÊNDICE B – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos, mães e não mães, segundo macrorregião e raça ou cor - Brasil, 1991, 2000 e 2010...	132
APÊNDICE C – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo religião e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	133
APÊNDICE D – Distribuição percentual dos responsáveis por domicílios com a presença de adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo escolaridade do responsável pelo domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	135
APÊNDICE E – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo relação com o responsável pelo domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	137
APÊNDICE F - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo status marital e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010 .....	139



## 1. INTRODUÇÃO

A Taxa de Fecundidade Total Brasileira atingiu, no ano de 2010, o seu menor valor até então registrado em um Censo demográfico, 1,9 filhos por mulher, patamar abaixo do nível de reposição populacional no longo prazo. Sabe-se que a redução naquela última década muito se deveu à queda da fecundidade entre mulheres menos escolarizadas e entre aquelas com menor status econômico (CAVENAGHI & BERQUÓ, 2014). Acompanhando a tendência nacional, as adolescentes entre 15 e 19 anos de idade no Brasil apresentaram uma redução da taxa específica de fecundidade (TEF) entre os anos 2000 e 2010, após um longo período de crescimento, na contramão da queda da fecundidade para os demais grupos etários. Contudo, apesar do declínio observado e de as taxas de fecundidade para as adolescentes brasileiras serem menores que as de países sul-americanos como Venezuela e Bolívia, essas ainda são bastante superiores às observadas para países desenvolvidos como França e Alemanha, ou mesmo para países em desenvolvimento como Índia e Rússia, segundo estudo realizado pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) no ano de 2017. Neste mesmo estudo, concluiu-se que as taxas de fecundidade adolescente nos países da América Latina e do Caribe estão entre as mais altas do mundo, com 64 nascimentos para cada mil adolescentes, sendo que a região apresenta valores inferiores apenas para a África Ocidental e Central e para a África Oriental e Austral, cuja taxa é de 95 nascimentos para cada mil adolescentes (UNFPA, 2017). Nesse cenário, o Brasil apresenta a sétima maior taxa de fecundidade adolescente da América do Sul, empatando com Peru e Suriname, com uma taxa de 65 gestações para cada mil meninas de 15 a 19 anos, segundo dados referentes ao período de 2006 a 2015 (UNFPA, 2017).

Além disso, admite-se que os estudos que se direcionam a compreensão da fecundidade adolescente (15 a 19 anos de idade) costumam estar voltados para fatores individuais - principalmente quanto ao acesso a contraceptivos e às informações de saúde reprodutiva (VIVANCOS et al., 2013; CHIAVEGATTO & KAWACHI, 2015) - e a leituras gerais quanto às características das adolescentes que experienciam a gravidez, não reconhecendo como vulnerabilidades podem estar associados ao espaço de vivência e como as características sociodemográficas podem estar atreladas a condições de vida e a oportunidades distintas. Como

indicado por Woodward e colegas (2001), as características das adolescentes e as experiências familiares durante a infância e adolescência contribuem para o risco de gravidez precoce<sup>1</sup>. Dessa forma, torna-se importante destacar a importância de conceituar a gravidez na adolescência dentro de um modelo de desenvolvimento do curso de vida, em vez de simplesmente vê-la como resultado de um comportamento sexual problemático durante a adolescência (WOODWARD et al., 2001).

Sabe-se, também, que em Sociologia são usados múltiplos enquadramentos teóricos para explicar a realidade social. Admite-se que dentro das limitações de seu mundo, as pessoas são planejadoras e fazem escolhas entre opções que constroem seu curso de vida (CLAUSEN, 1993). Segundo Gergen (1985), os estudos sócio-construcionistas estão focados nos processos cotidianos, ou seja, como as pessoas percebem e experienciam o mundo em que vivem. Através dessa perspectiva, diferenças individuais são claramente importantes na pesquisa, particularmente à medida que interagem com ambientes em mudança para produzir resultados comportamentais (ELDER & O'RAND no prelo). Se o construcionismo lembra que as organizações não são nada senão emanações das práticas reiteradas de indivíduos humanos em conjunto, o estruturacionismo enfatiza o efeito constritivo que as organizações, com seus modelos e esquemas de coordenação de ação, podem vir a exercer sobre os seus membros. Anthony Giddens afirma que o estruturacionismo<sup>2</sup> busca realizar uma união sintética entre estrutura<sup>3</sup> e ação/agência<sup>4</sup>, afirmando que o domínio básico de estudo das ciências sociais não é a experiência do ator individualmente nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (GIDDENS, 2009). A partir dessa perspectiva, Giddens (2009) reconhece que as condições sociais são repetíveis e que

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, a gravidez adolescente será por vezes mencionada como gravidez precoce por se tratar de um fenômeno inserido antes do socialmente esperado e, justamente por isso, ter importância científica. Neste trabalho, chamá-la de precoce não implica em juízo de valor

<sup>2</sup> O estruturacionismo busca superar objetivismo e subjetivismo (teorias que enfatizam o predomínio do todo sobre as partes individuais), realizando críticas ao funcionalismo e ao estruturalismo (Giddens, 1999).

<sup>3</sup> Sistema composto por regras, limites, possibilidades e recursos.

<sup>4</sup> “Agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia a dia. Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, faço. Inversamente, pode haver circunstâncias em eu pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha ‘agência’”. (Giddens, 2009, p. 11)

o ator não as cria, mas as recria e o faz a partir de uma reflexividade não consciente, que visa o fluxo contínuo da vida social<sup>5</sup> (GIDDENS, 2009).

Sabendo que estruturas são refletidas em regras, limites, possibilidades e recursos, busca-se compreender como a agência de adolescentes mães é influenciada por estruturas familiares e como essas podem impactar, principalmente, em seu curso de vida. Assim sendo, buscando reconhecer heterogeneidades e regularidades das características sociodemográficas das adolescentes, antes e após o declínio da fecundidade adolescente brasileira, o presente trabalho tem por objetivo geral a caracterização dos perfis das adolescentes mães e não mães entre 15 e 19 anos de idade, residentes nas macrorregiões brasileiras nos anos de 1991, 2000 e 2010. Mais especificamente, busca-se a) estabelecer perfis das adolescentes brasileiras para os anos anteriormente citados, segundo um rol de variáveis da estrutura domiciliar e dos tipos de relações interpessoais intradomiciliares, que, em alguma medida, permitem inferir papéis sociais e, através desses, b) identificar aproximações e diferenciações, ao longo do tempo, entre as adolescentes com pelo menos um filho nascido vivo (adolescentes mães) e aquelas que foram declaradas como nunca terem tido uma criança nascida viva (não mães).

Este trabalho apresenta, além da introdução, mais seis capítulos. O segundo capítulo apresenta uma breve revisão da literatura acerca da adolescência e da fecundidade adolescente através da perspectiva do curso de vida. Analisa-se, nessa sessão, o papel da gravidez precoce e da transmissão intergeracional do comportamento no curso de vida das jovens.

O Capítulo 3 apresenta também uma breve revisão da literatura, mas quanto à fecundidade adolescente no Brasil e seus fatores associados. Busca-se analisar como a fecundidade adolescente se comportou nas últimas décadas e como características sociodemográficas e socioeconômicas distintas estão associadas à gravidez e à maternidade adolescente.

---

<sup>5</sup> A estruturação como processo de relações sociais no qual essas relações se estruturam no tempo e no espaço via dualidade estrutural (Giddens, 1999).

O Capítulo 4 apresenta os materiais e métodos utilizados para a realização deste trabalho. São descritas as bases de dados, assim como os tratamentos aplicados nas variáveis, e o método utilizado para analisar a variação dos perfis das adolescentes brasileiras ao longo dos anos, a Análise de Classes Latentes.

O Capítulo 5 apresenta os resultados descritivos encontrados neste trabalho. Discute-se os diferenciais entre as características sociodemográficas e de arranjos familiares domiciliares entre as adolescentes mães e não mães a partir das informações dos censos demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010.

Em seguida, no Capítulo 6, buscando atingir os objetivos que pautam este trabalho, são apresentados os resultados da aplicação do método de Análise de Classes Latentes, utilizado para definir os perfis das adolescentes brasileiras nas décadas anteriormente citadas.

Por fim, o último capítulo apresenta as conclusões e limitações deste trabalho, assim como próximos passos a serem adotados. Como achados principais desse trabalho tem-se que com o passar dos anos, a gravidez na adolescência passou a estar cada vez menos associada à saída do domicílio de origem ou à união ou casamento. Além disso, a união na adolescência também passou a estar menos associada à uma não permanência na casa de um familiar, assim como a não atuação na força de trabalho pela adolescente mãe ou não mãe unida. Ademais, o retorno ou mesmo a permanência na casa de origem pareceu ter se tornado mais aceitável após o término de uma relação ou após uma gravidez precoce que não resultou em união para a adolescente. Verificou-se, também, que a presença paterna parece ter forte associação com a atuação da adolescente na força de trabalho, principalmente quando esta não está em união.

## 2. ADOLESCÊNCIA E CURSO DE VIDA: TRAJETÓRIAS, TRANSIÇÕES E PAPÉIS SOCIAIS

A adolescência é uma categoria temporal que pode ser compreendida como faixa etária, geração ou etapa biográfica (GIL CALVO, 2011). Ao considerarmos a temporalidade juvenil, devemos nos ater a dois conceitos principais que se influenciam mutuamente, trajetórias e transições:

A trajetória é o itinerário completo que o jovem traça desde que começa a sê-lo, a partir do momento em que abandona a sua infância, até que o deixa de ser, quando entra na idade adulta (...). E por transições, cabe entender um dos episódios consecutivos em que se decompõe essa trajetória, sucedendo-se como fases transitórias ao longo do ciclo de vida juvenil (...). (Gil Calvo, 2011, p. 39)

Pelo exposto, pode-se afirmar que, enquanto as trajetórias durante a juventude são tidas como estratégias pessoais para a concretização de objetivos na vida adulta, muitas desses atrelados à mobilidade social, as transições são traduzidas em táticas de curto e médio prazo para o alcance desses objetivos estratégicos, dadas às oportunidades disponíveis. Dessa forma, a escolaridade, a inserção no mercado de trabalho, o namoro e/ou casamento, por exemplo, são tidos como transições, ou táticas, que visam a construção do indivíduo adulto.

Torna-se importante dizer que as trajetórias e transições não são “necessariamente lineares, finalistas e progressivas, mas, por vezes, são circulares, estacionárias e autorreferenciadas, podendo se tornar, eventualmente, não funcionais, na medida em que deixam de servir como mecanismos de transição para a vida adulta” (GIL CALVO, 2011, P. 40). Além disso, os adolescentes traçam trajetórias que refletem estruturas, classes e relações sociais e familiares, mas, também, contextos históricos, políticos e econômicos e, por vezes, as transições não visam o destino futuro, mas as necessidades ou aspirações do presente.

A adolescência, enquanto período de modificações biológicas, psicológicas e sociais, deve ser estudada como uma fase do curso de vida marcada pela reformulação das relações sociais, com especial destaque para as relações familiares, que refletem o desenvolvimento físico e da psique e, conseqüentemente, da individualidade. Como apontado por Pappámikail (2011), os adolescentes:

(...) são influenciadas por modelos de relacionamento familiar, subsidiários de padrões éticos e normativos a que não são alheios os recursos simbólicos e materiais disponíveis, em combinações mistas de elementos culturais mais democráticos e orientados para a autonomia e/ou mais autoritários e virados para a conformação. Já do ponto de vista do processo de reformulação (...), é importante reter a ideia de que o corpo (e o seu estado de maturação) despoleta representações sociais nos outros com quem o sujeito interage, intervindo na forma como são geridas expectativas recíprocas, e na resposta que se dá ao outro na interação: de criança (...), passando pelo adolescente ou jovem (sujeito em formação, vivendo um estágio transitório, ambíguo e potencialmente irreverente da existência). Por outro lado, reforçar a ideia de reformulação das relações desencadeada pelo processo, em família, decrescimento e amadurecimento de um dos seus membros, evoca igualmente a potencial permeabilidade de todos os atores implicados num sistema de relações (...). (Pappámikail, 2011, p. 96)

Dessa forma, a família atua no processo de ensinamento e adequação do adolescente à sociedade, fornecendo papéis sociais, ao mesmo tempo em que participa da formação da agência do jovem na medida em que reconhece e legitima seu maior protagonismo, independência e autonomia em relação à própria família. Ademais, os grupos familiares, através de suas relações e regras internas e externas, refletem e traduzem as expectativas sociais, dado o momento histórico e cultura compartilhada, aos membros mais novos (MACMILLAN & COPHER, 2005). Em outras palavras, muitas das decisões tomadas pelos jovens com relação às suas transições são, na verdade, desenhadas pela sociedade na qual se insere e são os contextos social, econômico e histórico que influenciam nos papéis a serem seguidos e nos status almejados.

Segundo Schutz (1989) e Goffman (1999), por papéis sociais têm-se uma série de direitos e deveres que correspondem às representações e regras pré-estabelecidas socialmente. Assim sendo, cada agente social, por meio de equipamentos de identificação, age de forma a se adequar às regras sociais explícitas e implícitas, sendo que cada ator pode deter diferentes papéis de acordo com os espaços e as relações que assume.

Sabe-se que, através de uma perspectiva ocidental, são atribuídos ao período da adolescência, principalmente, os papéis voltados ao aprendizado das relações e comportamentos sociais, dos comportamentos de gênero, da identidade pessoal e da educação formal que visam a independência não apenas econômica, mas, também, emocional e pessoal do jovem em relação aos seus responsáveis e outras figuras

adultas (HAVIGHURST, 1957). Assim sendo, normalmente, são atribuídos aos adolescentes as figuras do filho/filha, aluno/aluna, amigo/amiga e homem/mulher.

Contudo, em diferentes situações cotidianas, o indivíduo, por exemplo, pode ser pai/mãe, mas também filho/filha ou marido/esposa, devendo assim adotar elementos comportamentais distintos de acordo com seus múltiplos contextos. Deve-se reconhecer, assim, que agir como filho/filha é diferente de adotar um posicionamento de pai/mãe ou marido/esposa, havendo a necessidade de posturas e personalidades distintas para momentos e interações também distintos. O fenômeno da maternidade na adolescência é um exemplo claro da sobreposição de papéis familiares, pois se reconhece que a adolescente que engravida deixa de ser considerada apenas filha e passa a ser também mãe, além de poder ainda adquirir as funções de parceira ou esposa. Nesse processo em que papéis sociais surgem e/ou são reatribuídos, a mãe da adolescente também se torna avó e, por vezes, o genitor se torna pai, parceiro e/ou marido.

Outro aspecto importante a ser considerado na análise da adolescência no curso de vida diz respeito aos diferenciais entre sexos. Sabe-se que os processos de socialização que levam à construção e às diferenciações entre o feminino e masculino são múltiplos e mediados pelas estruturas sociais (GERGEN, 1985; CONNELL, 1987; BOURDIEU, 1998; GIDDENS, 2009; FÁVERO, 2010; LIMA et al., 2017). Por exemplo, homens e mulheres, devido à influência de um modelo de sociedade patriarcal, podem exercer papéis de responsabilidade e autoridade distintos no lar e no cuidado com terceiros e esses podem ser mais ou menos enfatizados de acordo com a classe social a que pertencem. Enquanto mulheres são mais direcionadas ao cuidado da casa, filhos e familiares, homens podem estar voltados exclusivamente à manutenção financeira do lar. Contudo, a terceirização do trabalho doméstico e familiar feminino pode ser uma opção ou não, dada a condição socioeconômica da mulher. Outro exemplo diz respeito aos interesses e escolhas profissionais (SANTOS, 2005; BOCK, 2006), já que, muitas vezes, a construção e validação de um lugar feminino, desde a infância, voltado, principalmente, ao cuidado levam a escolhas vocacionais assimétricas quando considerado gênero (SAAVEDRA, 2009; LIMA et al., 2017). Enfatiza-se aqui que, para além do sexo, há ainda diferenças marcantes entre homens e mulheres, e entre mulheres, quando consideradas certas características

sociodemográficas e socioeconômicas, à exemplo de raça ou cor e renda (COLLINS, 2008; CRENSHAW, 1989; LEÃO & CAMPOS, 2016; LEÃO et al., 2017).

Torna-se preciso reconhecer também que os diferenciais anteriormente apresentados refletem não apenas estruturas sociais, como gênero e classes sociais, mas, também, biografias; sendo que, “as biografias serão dadas em tempos históricos de articulação entre pessoas da mesma e de diferentes gerações, implicando em trocas e socializações recíprocas”<sup>6</sup> (ABOIM et al., 2011, p. 59). Assim sendo, as estruturas sociais, que são múltiplas, são criadas pela atividade humana para organizar, guiar e regular os assuntos humanos em determinados domínios por regras que afetam o curso de vida. Por sua vez, as práticas e relações socioestruturais impõem restrições e fornecem recursos e estruturas de oportunidade para o desenvolvimento e funcionamento pessoal do indivíduo (BANDURA, 2005).

### **2.1. Maternidade na adolescência**

A literatura não é unânime, mas grande parte dela demonstra que a vivência da gravidez na adolescência, especialmente entre as mais jovens, viola os direitos humanos podendo gerar complicações para a saúde física e mental das adolescentes e de seus filhos, contribuindo para a perpetuação de ciclos de pobreza em contextos marcados pelo baixo desenvolvimento social e econômico e, conseqüentemente, produzindo custos para o desenvolvimento de comunidades (OPS, 2016; BANCO MUNDIAL, 2012; CONDE-AGUDELO et al., 2005; SANTHYA, 2011; UNFPA, 2013). Os estudos que se direcionam a compreensão da fecundidade adolescente costumam estar voltados para fatores individuais, como por exemplo, às informações de saúde reprodutiva e acesso aos métodos de controle da fecundidade (VIVANCOS et al., 2013; CHIAVEGATTO & KAWACHI, 2015) - e às características das adolescentes que experienciam a gravidez, assim como as múltiplas conseqüências para o seu curso de vida.

---

<sup>6</sup> Na perspectiva de curso de vida estão presentes três ópticas analíticas: a das gerações e dos processos estruturais do tempo histórico; a das transições e eventos que constituem a singularidade individual; a das vidas em rede (Linked Lives), que respeita aos modos como as biografias de diferentes indivíduos se influenciam mutuamente (Aboim et al. *apud* Elder, Johnson e Crosnoe 2003).



Muitos estudos não reconhecem como as vulnerabilidades podem estar associados ao espaço de vivência e como as características sociodemográficas podem estar atreladas a condições de vida e a oportunidades distintas ao longo do curso de vida. Como apontado por Heilborn e colegas (2006), há durante a adolescência um acúmulo de experiências que podem afetar a percepção das jovens acerca da sua autonomia individual para a escolha ou adiamento da gravidez. Além disso, significações psicossociais sobre a gravidez são construídas ao longo de gerações de mulheres, podendo, assim, haver a construção de uma repulsa da gravidez na adolescência ao longo das gerações de um grupo familiar ou a naturalização e valorização da mesma (MOREIRA, 2001).

Trabalhos prospectivos e longitudinais sobre gravidez na adolescência apontam que possíveis consequências do desenvolvimento humano a partir da maternidade na adolescência são decorrentes de múltiplos fatores. Como indicado por Heilborn e Cabral (2011), a maternidade na adolescência é tida como um problema para as jovens devido às expectativas sociais como a escolaridade e a inserção qualificada no mercado de trabalho. Contudo, grupos socioeconômicos distintos apresentam características sociobiográficas também distintas que vão determinar momentos diferentes para a passagem para a vida adulta, sendo que, em alguns casos, a gravidez na adolescência antecipa esse momento ou mesmo o conclui (HEILBORN & CABRAL *apud* HEILBORN & CABRAL, 2006; OLIVEIRA, 2008; CABRAL, 2002; GERONIMUS, 1997).

Esteves e Menandro (2005), assim como Cabral (2002), ao analisarem adolescentes mães de classes sociais distintas, reconhecem que entre as adolescentes de baixa renda o abandono escolar e a inserção no mercado de trabalho, após o nascimento do primeiro filho, são mais frequentes do que entre as adolescentes de classe média. Além disso, as preocupações frente à descoberta da gravidez são bastante diferentes entre as adolescentes. Enquanto, entre aquelas de baixa renda, fica evidente que, em função da inexistência de qualquer garantia de suporte financeiro, as preocupações iniciais concentram-se na questão financeira ou em outros temas diretamente vinculados a essa mesma questão, as adolescentes de classe média indicam uma maior preocupação em relação às atividades escolares, concretização de projetos profissionais futuros, manutenção das amizades, manutenção das atividades de lazer e aumento da dependência paterna/materna. Deve-se acrescentar que, entre as

jovens de segmentos sociais mais elevados, os episódios de gravidez na adolescência, em grande parte dos casos, tendem a terminar em aborto (MENEZES et al., 2006; VIEIRA et al., 2006; CARVALHO, 2009; SEDGH et al., 2015). Vale ressaltar que, no mundo, cerca de 5,6 milhões de abortos ocorrem a cada ano entre adolescentes de 15 a 19 anos, sendo 3,9 milhões considerados inseguros, o que contribui para a mortalidade materna, morbidade e problemas de saúde duradouros (DARROCH et al., 2016). O aborto inseguro é, por sua vez, mais frequente entre as jovens de baixa escolaridade.

Identificam-se, também, diferenças entre a qualidade dos relacionamentos intrafamiliares para jovens de alto e baixo nível socioeconômico anteriores a gestação. Os autores sugerem que alguns fatores associados à inserção socioeconômica precária da família dificultam o diálogo entre pais e adolescente e tornam menos eficiente o exercício de práticas de controle (seja de monitoramento ou acompanhamento). Assim sendo, haveria uma eventual dificuldade dos pais, por limitações de escolarização e de acesso à informação, ao reconhecimento das mudanças de padrões de comportamento dos filhos que poderiam indicar o início da vida sexual e a exposição ao risco da gravidez adolescente (ESTEVES & MENANDRO, 2005).

Em outro estudo, Hoga (2008) aponta que as adolescentes solteiras e que são socialmente excluídas possuem uma grande possibilidade de engravidar. Ela afirma que muitas adolescentes com baixo status socioeconômico enfrentam sérios problemas em seu próprio contexto familiar antes de se tornarem mães precocemente. Como consequência, elas buscam uma “solução” para esses conflitos por meio da maternidade, uma vez que essa permitiria, principalmente, a saída do domicílio. Além disso, Reis dos Santos e Schor (2003) reconhecem que, para muitas dessas jovens, a maternidade parece ser um mecanismo de suporte psicológico, sendo utilizada para preencher um espaço vazio de afeto. Dadas as definições de transições e trajetórias, é possível afirmar que, ainda que a gravidez não planejada represente grande parte dos casos que cercam a fecundidade adolescente, não se pode, então, desconsiderar que a maternidade é desejada por parte das jovens que se tornam mães precocemente, sendo essa, muitas vezes, uma transição que visa o alcance de objetivos como a emancipação familiar, a mobilidade e o status social, por exemplo

(PANTOJA, 2003; DADOORIAN, 2003; RANGEL & QUEIROZ, 2008; GONTIJO, 2008; CABRAL, 2002).

Como indicado por Pantoja (2003), a maternidade na adolescência pode envolver não apenas a mudança de status social, mas, também, a reafirmação de projetos de mobilidade social, sendo comum nas narrativas de parte das adolescentes que engravidam a fala sobre projetos de vida, construção da própria família, entrada na vida adulta e busca pelo reconhecimento da família e de amigos. Além disso, parte das adolescentes de camadas socioeconômicas mais baixas tendem a perceber a gravidez precoce como um evento positivo devido à uma reprodução de discursos e comportamentos contextuais que são caracterizados pelo baixo julgamento moral e pelo não comprometimento de planos futuros, já que a condição de pobreza e a necessidade de busca constante por recursos acabam por limitar as perspectivas de oportunidades futuras (RANGEL & QUEIROZ, 2008; REIS & OLIVEIRA-MONTEIRO, 2007; REIS DOS SANTOS & SCHOR, 2003; GERONIMUS, 2004; 1997).

Os impactos nas trajetórias de vida das adolescentes são diversos, principalmente quando considerados os status socioeconômicos das jovens que não planejaram a gravidez (ESTEVES & MENANDRO, 2005; HOGA, 2008; GERONIMUS & KORENMAN, 1991). Por exemplo, nas classes mais elevadas, a maternidade e paternidade na adolescência não levam, em grande parte dos casos, à aceleração do curso de vida. Diferentemente, em muitos casos, os adolescentes de classes mais baixas, frente à gravidez precoce, mudam seus papéis sociais, principalmente, devido a mudança do status conjugal e da parentalidade (BRANDÃO & HEILBORN, 2006). Assim, quando consideradas as mudanças sociais geradas pela maternidade precoce para a adolescente, Silva e colegas (2009) reconhecem que as jovens que engravidam podem deixar a condição de menina para adquirir o papel não apenas de mãe, mas também o de mulher o que, muitas vezes, é visto por elas próprias como uma forma de ascensão social. Nesse processo de construção de novos papéis, em grande parte dos casos, a maternidade é entendida pela adolescente como inerente à condição feminina, cabendo a elas, enquanto mulheres, grande parte da responsabilidade de cuidado para com a criança que nasce (SILVA et al., 2009; MAZZINI et al., 2008; REIS DOS SANTOS & SCHOR, 2003).

Do ponto de vista da saúde, sabe-se, também, que as complicações durante a gravidez e o parto são a principal causa de morte entre meninas de 15 a 19 anos em todo o mundo (NEAL et al., 2015), sendo que essas adolescentes, quando comparadas com o grupo de 20 a 24 anos, enfrentam maiores riscos de eclampsia, endometrite puerperal e infecções sistêmicas. Além disso, seus bebês enfrentam maiores riscos de parto prematuro, baixo peso ao nascer e condições neonatais graves (OMS, 2016).

## **2.2. Transmissão intergeracional do comportamento**

Ao estudar a maternidade adolescente, um aspecto muito importante a ser considerado diz respeito ao histórico da gravidez adolescente, também, por parte das mães das jovens (WAGNER et al., 2005). Cunha e Wendling (2011), por meio de um estudo qualitativo realizado com adolescentes brasileiras, reconheceram que, por vezes, a notícia de uma gravidez precoce não é tida como surpresa para as mães das adolescentes, uma vez que essas mulheres também experienciaram a maternidade ainda sendo muito jovens, assim como suas mães (avós das adolescentes). Ainda que não houvesse surpresa na descoberta da gravidez, grande parte das mães indicaram ter desejado o contrário para suas filhas, principalmente quando essas rememoraram aspectos como privação, sentimento de medo e dificuldades no acúmulo de funções advindos da maternidade precoce. Além disso, o estudo das psicólogas mostra que, em contextos de reprodução do comportamento materno, há a indicação não apenas de uma aceitação por parte das mães das adolescentes, mas também de apoio. Este último achado vai ao encontro do indicado por Schiller (1994), que afirma que o fenômeno da gravidez pode ser uma tentativa de reconciliação entre mãe e filha, um resgate e uma repetição da história da mãe, agora vivida pela filha adolescente.

Analisadas as representações das mães adolescentes sobre suas mães e, conseqüentemente, aspectos intergeracionais, Cabral e Levandowski (2012) apontam a transmissão tanto aspectos conscientes como inconscientes ligados às vivências e aos cuidados com as adolescentes por suas mães quando ainda eram crianças, como também aos cuidados e vivências atuais. Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa das autoras concordam com a literatura sobre maternidade adolescente, que aponta a importância do modelo materno da futura mãe e sua influência posterior na

relação estabelecida com a criança (LEBOVICI et al., 2004; AULAGNIER, 1994; CRAMER & PALACIO-ESPASA, 1993; BRAZELTON & CRAMER, 1992). Ainda que haja um despreparo para com o cuidado da criança que chega, a adolescente que engravida tende a construir uma identidade materna espelhada no experienciado pela própria mãe e isso, em alguma medida e em grande parte dos casos, tende a contribuir para a relação entre a jovem e sua mãe. Além disso, mães e filhas não apenas estreitam seus laços, mas as mães das adolescentes tendem a se tornar redes de apoio não apenas financeiro, emocional e presencial, mas também as ajudando a assumirem seu papel de mãe, a adquirirem conhecimentos para cuidarem de seus filhos, além de orientá-las e incentivá-las a encontrarem a melhor forma de cuidarem das crianças e, por vezes, por avaliá-las e controlá-las como mães (CABRAL & LEVANDOWSKI, 2012; PINTO & MARCON, 2012; MAZZINI et al., 2008; GODINHO et al., 2000; FALCÃO & SALOMÃO, 2003).

Contudo, como indicado por Falcão e Salomão (2003; 2005), há situações em que os avós, nesse caso podendo ser não apenas a mãe da adolescente, mas também o pai, podem (i) assumir a responsabilidade completa pelo cuidado da criança que nasce, (ii) ficarem envergonhados com a gravidez precoce, tendo assim pouca confiança na maturidade e discernimento da adolescente, e se tornam tão restritivos que o desenvolvimento da adolescente como mãe é inibido e essa passa a assumir a total responsabilidade pelo cuidado do filho ou, (iii) os avós ficam disponíveis apenas como fonte de apoio, não cuidando o tempo todo do bebê.

O próximo capítulo analisa a fecundidade adolescente no Brasil sob o ponto de vista demográfico, com ênfase nos níveis, padrões, tendências e evoluções.

### **3. A FECUNDIDADE ADOLESCENTE NO BRASIL, UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA**

#### **3.1. A Transição da Fecundidade**

A teoria clássica da Transição Demográfica afirma que a alta fecundidade nos estágios iniciais da transição demográfica seria consequência, principalmente, do desejo de uma família com muitos filhos, já que crianças poderiam ajudar nas empresas familiares, à exemplo dos negócios agrícolas, e na segurança durante a velhice (HOFMEESTER & MEERKERK, 2017; HOUSTON & SNELL, 1984; LEVINE, 1977; MENDELS, 1972). Além disso, contextos de alta mortalidade infantil também contribuiriam pelo desejo por famílias grandes, uma vez que o maior número de filhos compensaria as perdas daquelas crianças que faleceriam na infância (REHER, 1999; VAN POPPEL et al., 2012). Contudo, à medida que a urbanização e a educação se expandiram, e, conseqüentemente, a economia se desenvolveu, a mortalidade infantil declinou e os casais passaram a desejar um menor número de nascimentos.

Vale ressaltar que, como complemento para essa perspectiva clássica, reconhece-se que as mudanças na fecundidade seriam também uma resposta à difusão de ideias e mudanças ideacionais (CLELAND & WILSON, 1987; COALE & WATKINS, 1986), sendo que essa sofreria influência de fatores socioculturais e socioeconômicos (LEE, 2003; VAN POPPEL et al., 2012). Sabe-se que o custo dos filhos se alterou ao longo dos anos e esse fato muito se deveu às novas questões econômicas e culturais que surgiram (MELTZER, 1992). Assim sendo, afirma-se que parte da sobrevivência infantil observada seria dada, também, como resposta à escolha por um menor número de filhos e não apenas por questões epidemiológicas, uma vez que os casais, ao terem menos filhos, investiriam uma maior quantidade de diferentes formas de capital em uma ou poucas crianças ao mesmo custo que teriam com várias (NERLOVE, 1974).

Além disso, ao longo do tempo, a qualificação da mão-de-obra tornou-se importante para a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho; dessa forma, a educação passou a ser valorizada. Sabe-se que um aumento no retorno à educação levou a maiores investimentos de capital e tempo em fatores educacionais. Assim, as crianças se tornam mais caras e suas contribuições foram reduzidas, uma vez que o tempo escolar passou a ser valorizado. Como os pais com maior escolaridade

apresentavam maior valor de tempo, os custos de oportunidade da criação dos filhos foram aumentados (BECKER, 1981; WILLIS, 1974, 1994).

Frente à valorização do investimento nas crianças, o tamanho ideal da família foi reduzido e os meios contraceptivos foram popularizados por meio de difusão social (citar) e também por meio de programas de planejamento familiar, apesar de ter havido variações na disposição e capacidade de implementação de estratégias do chamado planejamento familiar de acordo com classes sociais e religiões distintas (VAN POPPEL et al., 2012).

Apesar de autores como Knodel e Van de Walle (1979) afirmarem que a difusão foi mais influenciada pelo contexto cultural do que pelo contexto econômico, ao observarmos os fatos históricos, reconhecemos que as teorias se influenciaram mutuamente. As mudanças culturais de alta difusão, como a participação da mulher no mercado de trabalho, a redução dos diferenciais de trabalho feminino e masculino são fatores de ordem econômica que se apresentam socialmente como mudanças culturais com grande difusão, sendo que os meios contraceptivos nesses contextos são tidos como inovações que permitem a manutenção dessas mudanças.

Pelo exposto, afirma-se que à medida que os países se desenvolvem, a fecundidade, geralmente, diminui, havendo assim uma forte correlação inversa entre indicadores de desenvolvimento e fecundidade nas sociedades contemporâneas (BONGAARTS & CASTERLINE, 2013). Quando considerada a transição demográfica na América Latina, reconhece-se que no início dos anos de 1950 os níveis de fecundidade ainda eram altos e estáveis na região, sendo que a taxa de fecundidade total<sup>7</sup> (TFT) pré-transicional era de cerca de 5,8 nascidos vivos por mulher. A partir de meados de 1960 o declínio da fecundidade passou a ser observado, acelerado e constante. Já em 1970, a América Latina se encontrava, aproximadamente, nos mesmos estágios da transição da Ásia, sendo esses próximos aos observados para o continente africano entre 2005 e 2010, ou seja, apresentando uma TFT de cerca de 5,1 nascimentos por mulher. Nesse mesmo último período o declínio da fecundidade para

---

<sup>7</sup> Número médio de crianças nascidas vivas, tidas por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico em um determinado ano calendário. A TFT irá expressar a situação reprodutiva de uma mulher pertencente a uma coorte hipotética, sujeita às taxas específicas de fecundidade por idade, observadas na população em estudo, supondo-se a ausência de mortalidade nessa coorte (Ministério da Saúde, 2020).

a América Latina já desacelerava, uma vez que a região já detinha uma TFT próxima ao nível de reposição, sendo essa de cerca de 2,3 nascimentos por mulher (BONGAARTS & CASTERLINE, 2013; LEE, 2003).

### **3.1. A Transição da Fecundidade no Brasil: A fecundidade na adolescência**

Seguindo o padrão observado para a América Latina, o Brasil iniciou sua transição da fecundidade, de forma mais geral, na década de 1960 (CARVALHO, 1973; FERNÁNDEZ & CARVALHO, 1986; GENDELL, 1967). Contudo, em algumas regiões, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a fecundidade já teria começado a declinar já em meados da década de 1930, se não antes<sup>8</sup> (GONÇALVES et al., 2019). Fernández e Carvalho (1986) observaram que, para as áreas urbanas brasileiras, a fecundidade apresentava uma tendência de decréscimo suave já no final da década de 1950. Contudo, esse declínio só acelerou na segunda metade de 1960, chegando a uma TFT de cerca de 4,2 nascimentos por mulher em 1970. Após a segunda metade da década de 1970 a queda da fecundidade urbana brasileira continuou, mas de forma menos acentuada. Quando consideradas as áreas rurais, os autores reconheceram que, assim como ocorreu nas localidades urbanas, a fecundidade só teria experimentado um declínio significativo no final da década de 1960; contudo, com um nível superior ao urbano (cerca de 2,5 filhos a mais por mulher). Por meio das informações contidas no Censo de 2010, reconhece-se que, sustentando a tendência de declínio, a fecundidade brasileira atingiu naquele ano seu menor valor até então, 1,9 filhos por mulher, patamar abaixo do nível de reposição populacional no longo prazo.

Quando considerados os fatores que contribuíram para a redução da fecundidade no país, admite-se que o processo de proletarização no país, através do estabelecimento de mudanças nos mercados de trabalho, de bens de subsistência e bens duráveis (PAIVA, 1987), assim como a expansão educacional e a redução do analfabetismo, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e o aumento do consumo entre os grupos de menores status econômicos, foram fatores sociais e econômicos

---

<sup>8</sup> Gonçalves e colegas (2019) reconhecem que há a possibilidade do declínio da fecundidade, para algumas regiões brasileiras, ter se iniciado anteriormente à década de 1930. Contudo, não há dados disponíveis, com qualidade suficiente, para uma defesa dessa afirmação.



importantes para o processo de mudança do regime de fecundidade brasileira (CAVENAGHI & BERQUÓ, 2014; ALVES, 1994; MERRICK & BERQUÓ, 1983; ROSEN & SIMMONS, 1971). Contudo, fatores associados à insegurança frente às condições de vida advindas do processo de industrialização e urbanização, além das mudanças institucionais, principalmente nas áreas da saúde e seguridade social, introduzidas na década de 1960 também não podem ser desconsiderados. Com o processo de industrialização e urbanização houve a ampliação de áreas periféricas marcadas pela superlotação, assim como houve a redução da qualidade dos serviços de saúde e o aumento da contaminação humana e ambiental (CARVALHO & WONG, 1992). Assim sendo, autores como Carvalho e Wong (1992) afirmam que a queda da fecundidade não necessariamente se deu como uma resposta às melhorias das condições de vida no espaço urbano, mas, também, sofreu grande influência de contextos de insegurança e medo. Ademais, vale ressaltar que as altas taxas de aborto e esterilização contribuíram para o declínio da fecundidade no Brasil (MARTINE, 1996), sendo que, durante à década de 1960, mudanças institucionais associadas a seguridade e saúde, tais como as políticas de previdência social e atenção à saúde, favoreceram o controle da fecundidade (FARIA, 1989).

Pode-se afirmar, então, que a queda da fecundidade brasileira ocorreu para todas as macrorregiões brasileiras, classes sociais e grupos etários, apesar dessa redução ter acontecido em momentos e ritmos diferentes. Além disso, observa-se que já em períodos pré-transicionais, as mulheres mais escolarizadas e, conseqüentemente, que possuíam melhores condições socioeconômicas, já apresentavam indícios de queda da fecundidade (CAVENAGHI & BERQUÓ, 2014; POTTER et al., 2010; CARVALHO & WOOD, 1994).

Devido principalmente a grande utilização da esterilização feminina como método contraceptivo, o declínio da fecundidade atingiu primeiramente, e de forma mais acentuada e constante, as mulheres mais velhas, o que levou a um chamado rejuvenescimento da fecundidade entre as décadas de 1980 e 2000 (WONG, 2016; BERQUÓ & CAVENAGHI, 2004; 2005). Através desses contextos, o Brasil, em meados dos anos 2000, atingiu níveis de fecundidade abaixo do nível de reposição (1,9 filhos por mulher) ao mesmo tempo em que experienciava uma concentração dos nascimentos entre as mulheres mais jovens, sendo esse comportamento muito distinto do vivenciado pelos países europeus em suas transições tornando o Brasil um

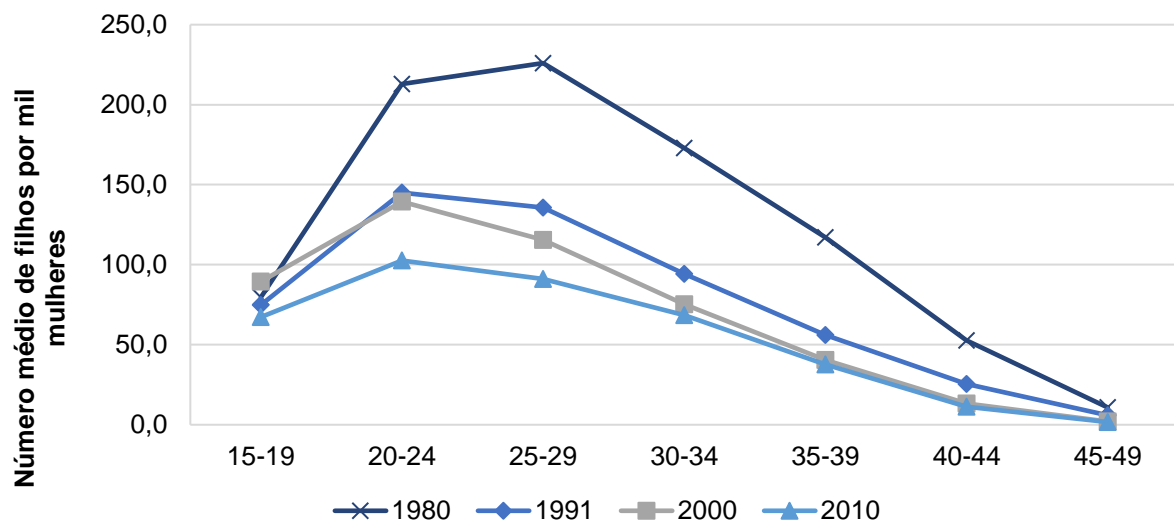
caso peculiar de níveis baixos de fecundidade total acompanhado de altas taxas de fecundidade na adolescência (MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016; RIOS-NETO et al., 2005).

**Tabela 1 - Taxas específicas de fecundidade (por mil), por grupos etários quinquenais, Brasil, 1991-2010**

Ano	Grupo Etário							TFT
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1980	79,7	213	226	173	117	52,6	10,8	4,4
1991	74,8	145	135,7	94,3	56,1	25,4	5,9	2,9
2000	89,5	139,4	115,5	75,3	40,5	13,3	2	2,4
2010	67,2	102,6	91,1	68,5	37,7	11,3	1,7	1,9

Fonte: IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

**Gráfico 1 - Taxas específicas de fecundidade (por mil), por grupos etários quinquenais, Brasil, 1991-2010**



Fonte: IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Como indicado pela Tabela 1 e o Gráfico 1, a fecundidade brasileira sempre teve um padrão etário jovem, isto é, concentrado na metade inicial do intervalo reprodutivo. Contudo, observa-se que, embora as taxas específicas de fecundidade tenham declinado de forma contínua para todos os grupos etários, o mesmo não foi observado para as adolescentes entre 15 e 19 anos. Apesar de um momento de queda entre 1980 e 1991, na década de 1990 houve o aumento da fecundidade adolescente, sendo que essa chegou à uma TEF de cerca de 89,5 nascimentos vivos para cada mil adolescentes no ano 2000, em comparação ao valor de 74,8 observado em 1991 (Tabela 1).

Após os anos 2000, as taxas de fecundidade adolescente começaram a se reduzir novamente, atingindo o valor de cerca de 67,2 nascimentos para cada mil adolescentes em 2010. Segundo dados da ONU, estima-se que a TEF para o grupo no período entre 2015 e 2020 tenha sido de 59,1 nascimentos para cada mil adolescentes (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2019).

**Tabela 2 – Taxas de fecundidade geral e de fecundidade adolescente (15 a 19 anos) para os países do Cone Sul, exceto Brasil, entre 1980 e 2010**

<b>Taxas de Fecundidade Geral</b>						
<b>País</b>	<b>Período de referência</b>					
	<b>1980-1985</b>	<b>1985-1990</b>	<b>1990-1995</b>	<b>1995-2000</b>	<b>2000-2005</b>	<b>2005-2010</b>
<b>Argentina</b>	3,15	3,05	2,9	2,63	2,35	2,25
<b>Chile</b>	2,67	2,65	2,55	2,21	2	1,9
<b>Paraguai</b>	5,2	4,77	4,31	3,88	3,48	3,08
<b>Uruguai</b>	2,57	2,53	2,49	2,3	2,2	2,12
<b>Taxas de Fecundidade Adolescente</b>						
<b>Argentina</b>	74,2	73,4	73,2	69,8	60,7	56,9
<b>Chile</b>	64,3	64	68,1	66,9	61,6	58,5
<b>Paraguai</b>	98,3	91,6	92,4	91,9	82,3	72,3
<b>Uruguai</b>	62,6	66,4	70,5	67,3	63,5	61,1

Fonte: UNFPA, 2016.

Esse perfil da fecundidade é característica também de outros países da América Latina, como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, ainda que haja variações no tempo e no ritmo da redução da fecundidade geral entre os países (UNFPA, 2016). A literatura tem se ocupado em procurar razões para esse comportamento peculiar, principalmente porque a América Latina e Caribe, como indicado pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2016), apresentam taxas de fecundidade muito altas quando comparadas com outras regiões mundo, detendo valores inferiores apenas em relação ao continente africano (UNFPA, 2017). Além disso, os diferenciais entre as taxas de fecundidade entre as diferentes macrorregiões, e outras unidades de análise geográfica dos territórios nacionais, indicam desigualdades que não foram superadas ao longo dos anos, apesar do país ter vivenciado avanços nas áreas econômica, de saúde e educação.

Quando considerados os países do cone sul, reconhece-se que a maternidade adolescente caiu em todos os extratos sociais, principalmente entre as classes mais favorecidas, o que gerou um aumento das desigualdades, dado que a gravidez, em grande parte dos casos, não é planejada entre as adolescentes (UNFPA, 2016;

CAVENAGHI, 2015). Sabe-se, por exemplo, que no Paraguai a proporção de adolescentes grávidas pertencentes ao estrato social mais baixo é o dobro da proporção do estrato social médio e mais que o triplo se comparada aos estratos sociais mais altos (UNFPA *apud* CEPEP, 2011). No caso do Chile, o risco de gravidez entre as adolescentes de setores socioeconômicos mais altos são um sexto do risco do grupo socioeconômico mais baixo (UNFPA *apud* RODRÍGUEZ & ROBLEDO, 2011). Já na Argentina, assim como no Uruguai, estudos também apontam sobre a maior incidência de maternidade entre as adolescentes mais pobres (UNFPA *apud* VARELA E FONSIK, 2011). Seguindo um padrão bem semelhante, e como será melhor detalhado mais a frente, o Brasil também apresenta uma forte associação entre as condições socioeconômicas das adolescentes e o risco da gravidez precoce, sendo que entre as jovens mais pobres as diferenças nos níveis de fecundidade chegam a ser 10 vezes maior quando comparadas com aquelas com maior renda (CAVENAGHI, 2015).

Ademais, quando consideradas as desigualdades educacionais, reconhece-se que, para todos os países em análise, o risco do abandono escolar é igualmente alto após a descoberta da gravidez. Contudo, para esses mesmos países a proporção de adolescentes que não estudavam quando descobriram a primeira gestação também é alto. De acordo com dados do CEPEP (2011) e estudos realizados por Heilborn e Cabral (2011) e Binstock e Gogna (2014), a proporção de adolescentes mães que já haviam abandonado os estudos antes da primeira gestação foi de 75% no Paraguai, 55% na Argentina, 71% no Uruguai e 40% no Brasil (UNFPA, 2016).

**Tabela 3 - Taxas específicas de fecundidade (por mil) de mulheres de 15 a 19 anos de idade, por situação de domicílio e educação, segundo o rendimento médio mensal domiciliar per capita, Brasil, 2010**

Situação de domicílio e instrução	Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> em salário-mínimo							Total
	Até 1/4	> 0,25 - 1/2	> 1/2 - 1	> 1 - 2	> 2 - 3	> 3 - 5	> 5	
<b>Total</b>	126,6	108,8	65,5	30,6	16,4	10,5	7,6	<b>69,9</b>
<b>Sem instrução e fundamental incompleto</b>	182,6	162,7	115,7	71,4	53,4	33,5	29,5	<b>145,9</b>
<b>Fundamental completo e médio incompleto</b>	100,3	100,5	70,9	38,8	22,4	16	13,9	<b>72,4</b>

<b>Médio completo e superior incompleto</b>	54,8	65,3	45,1	23,8	13,8	9,6	8	<b>35,8</b>
<b>Rural</b>	134,8	107,3	68,2	37,1	32,4	24,7	25,8	<b>103,6</b>
<b>Sem instrução e fundamental incompleto</b>	180,5	156,5	110,6	80,9	106,3	44,7	90,1	<b>160,3</b>
<b>Fundamental completo e médio incompleto</b>	95,1	89,9	67,1	44,1	32,8	33,9	46,5	<b>82,3</b>
<b>Médio completo e superior incompleto</b>	55,4	54,3	39,9	23,3	17,2	15,4	11,4	<b>43,9</b>
<b>Urbano</b>	122	109,3	65,2	30,3	15,8	10,2	7,2	<b>64,2</b>
<b>Sem instrução e fundamental incompleto</b>	183,9	164,8	116,6	70,5	49,2	32,8	26,7	<b>140,7</b>
<b>Fundamental completo e médio incompleto</b>	103	103,1	71,3	38,5	21,9	15,3	12,9	<b>70,6</b>
<b>Médio completo e superior incompleto</b>	54,5	67,5	45,6	23,8	13,7	9,5	7,9	<b>34,9</b>

Fonte: Cavenaghi, 2015.

Cavenaghi (2015) mostra que, apesar de se observar o início da queda da fecundidade adolescente no Brasil entre 2000 e 2010, desigualdades ainda permaneceram e foram responsáveis pela convivência com taxas de fecundidade ainda expressivas para alguns grupos sociais, sendo que esses resultados acabaram refletindo nas taxas totais. Como sugerido pela tabela 3, as adolescentes que possuíam menor nível educacional, assim como menor renda em 2010, apresentaram as maiores taxas de fecundidade (182,6 nascimentos a cada mil mulheres). Em contrapartida, as adolescentes com ensino médio completo e rendimento médio *per capita* domiciliar maior que cinco salários-mínimos apresentaram as menores taxas de fecundidade (7,6 nascimentos a cada mil mulheres).

Além disso, as jovens apresentaram uma tendência de possuir maiores taxas quando residentes nas áreas rurais, chegando a ser 60% maior que das jovens nas áreas urbanas (UNFPA *apud* CAVENAGHI, 2013). Como demonstrado na tabela 3, uma adolescente com ensino médio completo e rendimento médio *per capita* domiciliar maior que cinco salários-mínimos apresentaria uma taxa de fecundidade de 7,9

nascimentos a cada mil mulheres no espaço urbano, enquanto esse mesmo perfil no espaço rural teria uma taxa média de 11,4 nascimentos a cada mil mulheres. Entretanto, chama a atenção como as adolescentes de renda mais baixa (até um salário-mínimo *per capita*), e que residiam nos espaços urbanos, independentemente do nível de instrução formal, apresentaram fecundidade um pouco maior em relação às adolescentes residentes em áreas rurais.

Os diferenciais de região por status rural urbano também são significativos. Como apontado pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2016), a região sudeste tendeu a possuir taxas mais homogêneas nas áreas rurais (cerca de 80 nascimentos a cada mil adolescentes em 2010), enquanto a região norte apresentou os maiores diferenciais, indicando assim, em alguma medida, maiores disparidades socioeconômicas.

**Tabela 4 - Taxas específicas de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos (por mil) segundo o lugar de residência e as Grandes Regiões - 1991, 2000 e 2010**

Lugar de residência e região	Taxas (por mil)			Variação (%)	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
<b>Brasil</b>	74,8	93,8	69,9	25,4	-25,5
<b>Urbano</b>	67,7	87,2	64,2	28,8	-26,4
<b>Rural</b>	100,5	125,9	103,6	25,2	-17,7
<b>Norte</b>	124,8	145	111,8	16,1	-22,9
<b>Nordeste</b>	87,1	107,3	81,9	23,2	-23,7
<b>Sudeste</b>	60,0	76,2	54,5	26,9	-28,4
<b>Sul</b>	66,9	82,6	57,7	23,5	-30,2
<b>Centro-Oeste</b>	90,6	107,1	74,9	18,3	-30,1

Fonte: Cavenaghi, 2015.

Os maiores decréscimos nas taxas de fecundidade adolescente ocorreram para as macrorregiões mais desenvolvidas do país. Por exemplo, a Região Sudeste, em todos os anos em análise, possuía as menores taxas de fecundidade adolescente (76,2 nascimentos a cada mil mulheres em 2000 e 54,5 nascimentos a cada mil mulheres em 2010), enquanto a Região Norte tinha as maiores taxas (145 nascimentos a cada mil mulheres em 2000 e 111,8 nascimentos a cada mil mulheres em 2010). Além disso, como apontado por Cavenaghi (2015), chama a atenção como a Região Centro-Oeste deteve as menores variações negativas entre 1991 e 2000, e entre 2000 e 2010 obteve as maiores reduções (CAVENAGHI, 2015). Algumas dessas regiões se

assemelham às taxas de países em desenvolvimento com IDH muito mais baixo que o do Brasil.

Ainda segundo Cavenaghi (2015), no ano de 2010, as regiões menos desenvolvidas do Brasil apresentaram os maiores diferenciais entre as taxas de fecundidade adolescente observadas entre estados (dado não mostrado), principalmente nas áreas rurais. Sendo a Norte a macrorregião com menor desenvolvimento socioeconômico, observou-se uma variação de 90 para 120 nascimentos a cada mil adolescentes dependendo da unidade da federação.

Vale ressaltar ainda que, embora o Norte e Nordeste sejam as regiões menos desenvolvidas do país, diferenciais ainda são observados quando consideradas as taxas de fecundidade intra-estaduais de acordo com as localidades urbanas e rurais.

Como indicado por Cavenaghi:

(...) Apesar de haver um diferencial grande entre a menor e a maior taxa dessas duas regiões, no Norte há uma homogeneidade grande, com taxas altíssimas, na maioria dos estados e um Estado, Rondônia, se destaca com taxas de fecundidade bem menores. Talvez a herança migratória dessa região possa explicar parte desse comportamento. Na Região Nordeste ocorre o contrário, a homogeneidade é grande entre a maioria dos estados com taxas mais baixas relativamente, mas ainda acima da média nacional, e o Estado do Maranhão, se destaca na região com taxa muito elevada (ao redor de 150 por mil). Também vale mencionar os casos da área rural dos Estados do Acre, Roraima e Amapá, aonde a fecundidade de adolescentes e jovens chega a valores de mais de 180 nascidos vivos por mil mulheres. Vale lembrar que esses estados apresentam populações com migração elevada e estão entre os estados mais pobres do país. (Cavenaghi, 2015, p. 250)

Por fim, quando considerados os diferenciais da fecundidade por idade simples das adolescentes, observa-se que, entre 1991 e 2010, as adolescentes entre 18 e 19 anos de idade contribuíram mais com as taxas de fecundidade. Contudo, houve um aumento relativo no período para as adolescentes mais jovens (15 a 17 anos), que pode simbolizar um adiantamento de papéis sociais que merece ser mais bem explorado (UNFPA, 2016). Como indicado por Cavenaghi (2015), em 2010, mais de 55% dos nascimentos ocorreram para mulheres de 18 e 19 anos de idade, sendo que em 1991 este percentual era de 63%. Além disso, quando analisado o início do declínio da fecundidade adolescente em 2010 por idade simples das adolescentes, é possível observar que aquelas entre 15 e 16 anos tiveram as menores reduções.

### **3.2. Determinantes diretos e indiretos da fecundidade adolescente e desigualdades observáveis**

Di Cesare e Rodríguez-Vignoli (2006) compilam um arcabouço teórico sobre os determinantes diretos e indiretos da fecundidade adolescente no Brasil (Figura 1). Por determinantes próximos ou diretos da fecundidade (BONGAARTS, 1978), entendem-se os fatores que afetam diretamente o risco da gravidez, como o estado conjugal da adolescente, a idade em que teve sua primeira relação sexual e o uso de contraceptivos. Na ausência de contracepção deliberada, sabe-se que o adiamento da idade à primeira relação sexual afeta diretamente a fecundidade, porque diminui o intervalo de tempo no qual uma mulher pode ter filhos. Quando essa entrada na vida sexual se dá na união conjugal, é a idade à união que, nesse contexto, define o momento do início do risco da gravidez.

Por sua vez, os determinantes indiretos estão relacionados às questões ambientais, familiares, individuais e socioculturais que podem afetar os determinantes diretos (DI CESARE & RODRÍGUEZ-VIGNOLI, 2006). Por exemplo, reconhece-se que mulheres que se dedicam por mais anos à educação formal podem optar por se unirem mais tarde e, assim, adiarem a gravidez. Contudo, por questões culturais, o matrimônio pode ser mais valorizado do que a inserção feminina no mercado de trabalho; dessa forma, o casamento precoce pode afetar a continuidade educacional de muitas mulheres.

Por meio do arcabouço de Di Cesare e Rodríguez-Vignoli (2006), é possível reconhecer que os fatores associados à gravidez adolescente são variados e interagem de maneira complexa entre si. Em outras palavras, a gravidez na adolescência se apresenta como fenômeno multidimensional, sendo caracterizado por aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que refletem vulnerabilidades pré-existentes, sendo essas reiteradas pelo próprio fenômeno em si.

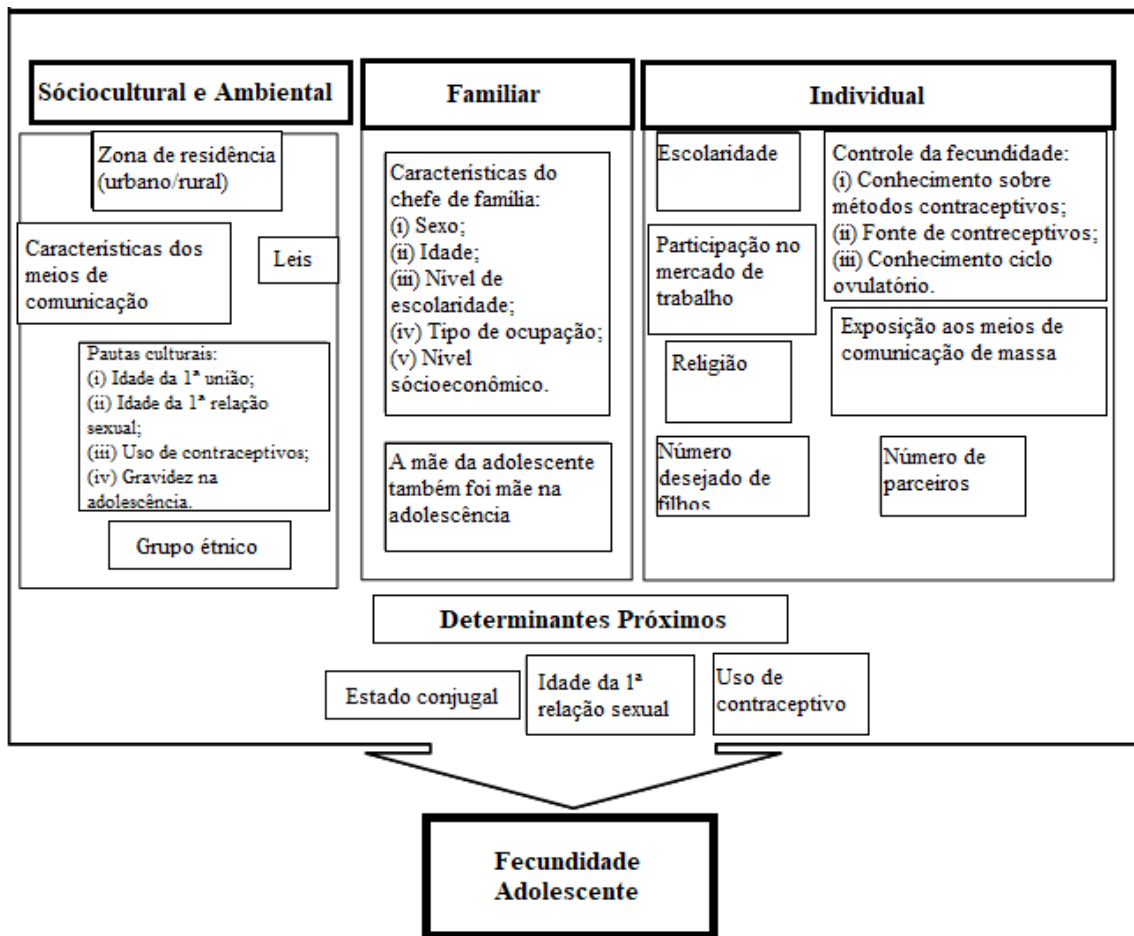
Para a análise de como certas características sociodemográficas e econômicas estão relacionadas à fecundidade adolescente, deve-se considerar a dificuldade de compreensão do efeito causal entre essas variáveis e o fenômeno em estudo. O não acesso à educação, por exemplo, assim como pode propiciar a fecundidade adolescente, também pode ser ocasionado por esta. Faltam estudos cuja metodologia consiga destrinchar a direção da causalidade. Por exemplo, sabe-se que é alta a taxa



de evasão escolar entre as adolescentes grávidas e que a partir da evasão escolar cria-se um círculo vicioso, pois as adolescentes abandonam os estudos para cuidarem dos filhos, e a posterior continuidade do ensino é dificultada, o que leva ao aumento dos riscos de desemprego e a ocupação de cargos menos remunerados, à dependência financeira dos familiares ou parceiro, à perpetuação da pobreza e da baixa escolaridade (GONZALES et al., 2015; GUANABENS et al., 2012; MICHELAZZO et al., 2004). Um outro exemplo é a dificuldade de compreensão da ordem causal entre religião e gravidez na adolescência. Reconhece-se que a adolescente identificada enquanto mãe pode ter engravidado em um momento em que não adotava a religião que indicou possuir no momento de uma entrevista, assim como essa pode ter engravidado antes ou após uma união matrimonial religiosa. Dessa forma, afirma-se que efeitos de confundimento podem ocorrer e não devem ser desconsiderados.

Em função das variáveis disponíveis nas bases de dados selecionadas para esse estudo e das escolhas metodológicas deste trabalho, nos próximos parágrafos serão discutidos alguns desses fatores disponíveis na Figura 1.

**Figura 1 - Marco teórico para a análise da fecundidade adolescente**



Fonte: Di Cesare e Rodríguez-Vignoli, 2006, p. 113.

### 3.2.1. Escolaridade

Individualmente, o nível educacional pode refletir nos determinantes próximos, pois ele está associado a iniciação sexual, ao acesso e uso adequado dos métodos contraceptivos, ao acesso aos meios de comunicação, e ao número desejado de filhos. Segundo Leite e colegas (2004), mulheres com mais de cinco anos de estudo apresentam menor chance de ter uma gravidez na adolescência quando comparadas com mulheres com ensino fundamental incompleto. Os estudos de Gama e colegas (2002) e Ferré (2009) reiteram essa perspectiva ao demonstrarem que as mulheres que engravidaram na adolescência, quando comparadas às mulheres que engravidaram depois dessa faixa etária, apresentam os piores níveis de instrução formal.

Como discutido por Martins (2016), entre 2000 e 2010 as adolescentes menos escolarizadas (que possuíam entre 4 e 8 anos de estudo) aumentaram o risco de

possuírem ao menos um filho nascido vivo. Além disso, mesmo com a expansão da educação nas últimas décadas, essas adolescentes não diminuíram suas chances de terem um filho adicional se comparadas com aquelas com nove anos ou mais de escolaridade (Martins, 2016). Assim sendo, o autor reconhece que os diferenciais da fecundidade brasileira aumentaram entre 2000 e 2010, quando comparadas as adolescentes com 4 a 8 anos de estudo e aquelas com nove anos ou mais.

De acordo com Santos e Pazello (2012), em um estudo baseado nos dados da PNAD de 1992 a 2009, a gravidez na adolescência reduz em 19,4 pontos percentuais a probabilidade de uma adolescente continuar frequentando a escola e em 13 pontos percentuais a probabilidade de uma mãe adolescente concluir pelo menos o ensino fundamental. Porém, uma parcela significativa das adolescentes brasileiras, cerca de 40%, já teriam abandonado os estudos antes da primeira gravidez (HEILBORN & CABRAL, 2011).

Em um artigo recente que utiliza dados da pesquisa “Transição da Escola para o Trabalho” (SWTS), realizada no Brasil em 2013 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Marteleto e Villanueva (2018) apontam que, quando considerados os efeitos da maternidade na adolescência na educação, a penalidade para mães adolescentes varia de -1,66 a -1,80 anos a menos de escolaridade e cerca de 35% de diferença nas probabilidades de concluir o ensino médio. Além disso, quando comparado com países mais industrializados, o Brasil apresenta uma maior penalidade na educação dessas jovens mães, o que resulta não apenas em maiores desvantagens educacionais, mas, também, em maior estratificação social. Ademais, as autoras reconhecem que as adolescentes unidas apresentam ainda piores resultados do que aquelas que não convivem com um companheiro, havendo assim um efeito negativo da presença de um parceiro na acumulação de capital humano da adolescente mãe. Como demonstrado por Sunder (2019), através do estudo com mulheres ugandenses, o atraso de um ano no casamento levaria a um maior nível de escolaridade (0,5 a 0,75 anos), alfabetização (10 pontos percentuais) e participação na força de trabalho (8 pontos percentuais).

Por sua vez, Narita e Diaz (2016), utilizando os dados das PNADs de 1992 a 2004 e do Ministério da Saúde (DATASUS) de 1981 a 1992, indicam que a gravidez na adolescência apresenta efeitos que são muito mais fortes para a conclusão do ensino

médio e participação no mercado de trabalho do que para anos de estudo ou salários. Como explicado pelas autoras, a redução de um desvio padrão na gravidez precoce levaria ao aumento de 9,2% da conclusão do ensino médio e 5,4% da participação no mercado de trabalho. Além disso, os resultados demonstram que as adolescentes mais jovens tendem a concluir mais o ensino médio do que aquelas que se tornam mães mais tarde.

### **3.2.2. Participação na força de trabalho**

Quando considerada a relação entre atuação no mercado de trabalho e gravidez na adolescência, Aquino e colegas (2003) reconhecem que há uma relação inversa entre esses eventos, sendo que, frequentemente, as adolescentes mães não costumam estar inseridas no mercado de trabalho quando engravidam.

Narita e Diaz (2016), utilizando os dados das PNADs de 1992 a 2004 e do Ministério da Saúde (DATASUS) de 1981 a 1992, indicam que a gravidez na adolescência apresenta efeitos que são muito mais fortes para a conclusão do ensino médio e participação no mercado de trabalho do que para anos de estudo ou salários. Como explicado pelas autoras, a redução de um desvio padrão na gravidez precoce levaria ao aumento de 9,2% da conclusão do ensino médio e 5,4% da participação no mercado de trabalho.

Heilborn e Cabral (2011) apontam que a inserção no mercado de trabalho anterior à descoberta de uma gravidez precoce é mais comum entre os adolescentes que se tornam pais (60%) do que entre as jovens que se tornam mães (35%). Contudo, Kassouf e colegas (2019), por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2013, afirmam que a gravidez na adolescência aumentaria a probabilidade de uma mulher entrar na força de trabalho entre 9 a 11 pontos percentuais; entretanto, este aumento estaria relacionado a uma redução da participação em empregos formais em 12 pontos percentuais, o que significaria que as mães adolescentes estariam mais envolvidas em trabalhos informais, já que esses requereriam menos habilidades e seriam mais flexíveis quanto à carga horária. Ademais, a maternidade precoce levaria a uma redução de 28% na taxa média de salário por hora das mulheres.

### 3.2.3. Status marital

Status marital é outra variável que pouco se pode dizer sobre a ordem causal quando considerado o fenômeno da maternidade na adolescência e a união entre adolescentes sempre esteve fortemente associada à maternidade precoce. É possível que a adolescente tenha se tornado mãe após a união, mas também que tenha se unido devido à descoberta da gravidez. Contudo, considerando países em desenvolvimento, muitas adolescentes se tornam sexualmente ativas antes do casamento. Tanto na África quanto na América Latina e no Caribe, cerca de dois terços das jovens de 19 anos relataram ter tido relações sexuais, enquanto 43% e 37%, respectivamente, eram casadas (DARROCH et al., 2016).

Através dos dados provenientes da pesquisa Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/Cor (SRSR), Simão e colegas (2006) reconhecem, ao comparar duas coortes distintas de mulheres, que, no início dos anos de 2000, embora a idade ao casamento tenha se mantido próxima entre os dois grupos em estudo, a idade à primeira relação sexual e ao nascimento da primeira nascida viva foi inferior para a coorte de mulheres mais jovens. Além disso, reconhece-se, através de estudos recentes, que grande maioria dos nascimentos de adolescentes nos países em desenvolvimento ocorreram dentro do contexto de união; sendo, nesses casos, uniões prematuras. De fato, apesar das taxas de fecundidade para esse grupo se apresentarem como altas frente à países de alta renda, o país ainda detém valores inferiores ao continente africano e asiático, e esse fato muito se deve a proibição do casamento infantil no Brasil (Código civil de 2002, artigo 1.517) (BORGES E COLEGAS, 2016). Sabe-se que entre as adolescentes que residem em países em desenvolvimento, a primeira relação sexual, o casamento e o nascimento do primeiro filho tendem a acontecer em um período relativamente curto (DARROCH et al., 2016). Assim, entende-se que os primeiros nascimentos ocorrem como resultado de concepção pré-marital, sugerindo que algumas mulheres adolescentes se casam mais cedo do que o planejado por causa de uma gravidez (DARROCH et al., 2016).

Ainda acerca do matrimônio na adolescência, vale ressaltar que, em uma análise global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que 29% das mulheres unidas com idades entre 15 e 19 anos sofreram violência física ou sexual pelo parceiro (WHO, 2013). Assim sendo, torna-se importante reconhecer que parte das atividades

sexuais durante a adolescência podem ocorrer no contexto de violações dos direitos humanos, como é o caso do casamento infantil, sexo forçado e outros tipos de abuso sexual. Por exemplo, em um estudo com meninas e adolescentes de 12-19 anos em quatro países africanos, descobriu-se que, no Malawi, 38% disseram que “não tiveram nenhuma vontade” em sua primeira experiência sexual; sendo que a mesma resposta foi relatada em proporções mais baixas, mas ainda substanciais, por jovens de 12 a 19 anos em Gana (30%), Uganda (23%) e Burkina Faso (15%) (MOORE et al., 2007). Além disso, a desigualdade de gênero e o não empoderamento de meninas e adolescentes são outros aspectos que podem ser apresentados como fatores associados à gravidez precoce e ao maior risco a violências (UNDP, 2014). As adolescentes geralmente engravidam de parceiros muito mais velhos, não podendo opinar quanto ao uso de métodos contraceptivos, fato que é reiterado frente as menores capacidades cognitivas e informacionais para tomar decisões voluntárias e seguras principalmente na faixa etária mais jovem (10 a 14 anos) (DIXON-MUELLER, 2008). As grandes diferenças de idade também se refletem em enormes diferenciais de poder decisório nas esferas individuais e familiares e, inclusive, em maior suscetibilidade à violência doméstica (ERULKAR, 2013; UNFPA, 2013; WHO, 2010).

Estudos também demonstram que as adolescentes de classes sociais mais baixas tendem a ser mais cobradas a assumir papéis tradicionais de gênero, sendo comum que esses papéis estejam restritos ao lar e ao filho, sobretudo se essas adolescentes vivem com um companheiro (ASADULLAH & WAHHAJ, 2019; CAMARANO, 2006). Como indicado por Vieira e colegas (2017), há, na figura do parceiro, a condução da jovem no universo adulto, como mãe e dona de casa. O alto percentual de abandono do mercado de trabalho após a gestação confirma essa tendência. Essa trajetória indica que, para parcela destas jovens, a gravidez não é consequência de um namoro ocasional, mas um caminho esperado, sendo situações cumulativas e não simultâneas (HEILBORN et al., 2006).

Admite-se também, que, no caso brasileiro, a coabitação tende a ser mais frequente entre as adolescentes mães de classes sociais mais baixas (TAYLOR et al., 2015; CABRAL, 2005), sendo que, entre as famílias de classe média, a união dos adolescentes frente a descoberta de uma gravidez precoce não é valorizada (BRANDÃO & HEILBORN, 2006). Nas classes mais elevadas, a maternidade e paternidade na adolescência não levam, em grande parte dos casos, à aceleração do

curso de vida ou constitui de um mecanismo para a transição do jovem para o status de adulto. Como apontado por Brandão e Heilborn (2006), esses jovens não tendem a reformular suas trajetórias, adiando, assim, tanto o matrimônio quanto a inserção no mercado de trabalho para priorizarem os estudos e o crescimento pessoal. Diferentemente, os adolescentes de classes mais baixas mudam seus papéis sociais, principalmente, devido à mudança do status conjugal e da parentalidade.

Nos casos de união devido à gravidez precoce entre os jovens de grupos socioeconomicamente mais baixos, não se pode desconsiderar que, em parte dos casos, a pressão familiar leva a um “aceleramento” do casamento. Taylor e colegas (2015), ao analisarem a prática do casamento na infância e adolescência nos estados do Pará e Maranhão entre 2013 e 2015, reconheceram que a união precoce apresenta fatores motivadores, principalmente para a família da adolescente, como (i) o desejo de controle da sexualidade e limitação dos comportamentos percebidos de risco, (ii) a busca pela estabilidade financeira e (iii) a decisão marital como pressão do parceiro que tende a ser mais velho. Nesse último caso, o casamento é desejado pelos parceiros das jovens, que detêm mais poder nas tomadas de decisões e, por vezes, são vistos pelas famílias das adolescentes como melhores opções para a união do que homens mais jovens. Ademais, em grande parte dos casos, esses homens são vistos enquanto novas figuras paternas pela própria família da jovem e pela comunidade onde ela está inserida. Como apontado por Taylor e colegas (2015), a união muitas vezes é entendida como uma transmissão de responsabilidade e cuidados para o parceiro. Esses passariam a “criar” as adolescentes, sendo que às vezes haveria ainda a ideia de que essa “criação” compensaria uma educação anterior tida como inadequada.

#### **3.2.4. Início da vida sexual e normas de gênero**

Heilborn e Cabral (2011) reconhecem, através de um estudo realizado com jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade nos anos de 1999, 2000 e 2002, que homens e mulheres apresentam comportamentos distintos quando considerado o início da vida sexual. A iniciação masculina tende a ser, em média, dois anos anterior a feminina (16,2 anos de idade contra 17,9 anos), havendo pouca variação dessa idade quando considerada as características macrorregião de residência, raça ou cor e o grupo social, diferentemente do que ocorre com as jovens. As adolescentes irão diferir à

idade de iniciação sexual de acordo, principalmente, com (i) o grupo socioeconômico, (ii) nível de escolaridade e (iii) nível de envolvimento no trabalho doméstico. Dessa forma, adolescentes mais pobres, com menor escolaridade e maior envolvimento em atividades domésticas iniciam a vida sexual mais cedo.

Como indicado pelas autoras, o trabalho doméstico apresenta uma forte associação com um processo de socialização caracterizado pela valorização da maternidade como aspecto da construção da identidade feminina (HEILBORN & CABRAL *apud* FONSECA, 2007). Contudo, apesar da socialização ser um aspecto relevante na iniciação sexual e no risco de uma gravidez precoce, a escolaridade ainda detém grande influência, sendo essa até maior, na maternidade adolescente. Como já foi apresentado, a educação formal levaria a ampliação das perspectivas futuras, tanto profissionais quanto pessoais, o que levaria ao adiamento da maternidade independente da condição social inicial da adolescente.

Ainda tendo por referência Heilborn e Cabral (2011), reconhece-se que as adolescentes tendem, também, a ter a primeira experiência sexual com parceiros mais velhos, sendo esses, em sua maioria (86%), namorados fixos; já os adolescentes teriam a primeira experiência sexual com parceiras eventuais (50%). Identifica-se, também, que a descoberta da gravidez na adolescência tenderia a ser acompanhada pela indicação da presença de um parceiro fixo, sendo esse, em sua maioria, com quem a adolescente teve a primeira relação sexual.

### **3.2.5. Acesso à serviços de saúde sexual e reprodutiva, uso de contraceptivos e controle da fecundidade**

As variações nas taxas de fecundidade de adolescentes dentro de um país decorrem em parte do acesso desigual aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. As adolescentes do sexo feminino geralmente têm menos acesso à contracepção do que os adolescentes do sexo masculino devido a políticas discriminatórias, julgamentos de prestadores de serviços ou atitudes predominantes sobre o que é um comportamento aceitável para mulheres jovens (UNFPA, 2017; FURLANI, 2017; AMARAL et al., 2017). Além disso, ainda que haja contextos em que as adolescentes possuem elevado conhecimento em relação à existência gratuita de métodos anticoncepcionais, ainda há uma prática inadequada para sua utilização por grande parte das jovens (BELO & SILVA, 2004). Assim sendo, torna-se importante



reconhecer que a difusão de informação sobre a existência e a forma de utilização de métodos contraceptivos, por vezes, não é suficiente para garantir o uso adequado, sendo necessário entender que as relações de gênero possuem grande influência nas práticas contraceptivas (HEILBORN & CABRAL, 2011).

O uso de métodos contraceptivos na primeira relação sexual, assim como a frequência após esse momento, varia muito em relação à idade da primeira relação e escolaridade. Adolescentes que iniciam a vida sexual mais tarde, independente do sexo, tendem a declarar mais que utilizaram algum método contraceptivo na primeira relação sexual. Além disso, aqueles mais escolarizados também tendem a indicar o uso regular de algum tipo de contraceptivo (HEILBORN & CABRAL, 2011). Vale ressaltar que somente após o nascimento do primeiro filho parte dos adolescentes passam a usar algum método contraceptivo. Aquino e colegas (2003) afirmam que cerca de 37,6% dos homens e 45,6% das mulheres passaram a usar algum método após o nascimento do primeiro filho. Em contrapartida, respectivamente, 19,7% e 21,5% mantiveram-se em relações sexuais desprotegidas, sendo ainda mais expressivos os percentuais daqueles que tiveram um segundo filho, que corresponderam a uma razão de um em cada quatro jovens pais e mães adolescentes<sup>9</sup>.

Como indicado por Menezes (2006), o aborto na juventude é difícil de ser admitido, principalmente quando está envolto em questões morais e religiosas e onde, como no contexto brasileiro, é ilegal, excetuando casos de estupro, anencefalia e risco de vida para a mãe. Apesar da dificuldade de mensuração, estudos como o de Risi e Cavenaghi (2012) permitem estimar indiretamente a incidência de abortos no país. Segundo as autoras, no ano de 2010 teriam sido registrados 13,1 abortos induzidos para cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos, proporção próxima a estimada para a população em geral (11,6 abortos para cada mil mulheres). Diniz e colegas (2017) também reconhecem que o aborto é comum entre as mulheres brasileiras. Através da Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA, 2016), os autores identificaram que das 2.002 mulheres alfabetizadas entre 18 e 39 anos que foram entrevistadas, 13% já teria feito ao menos um aborto, sendo que há uma maior frequência do último aborto entre

---

<sup>9</sup> Estudo realizado com homens e mulheres entre 18 e 24 anos, residentes em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre no ano 2000, para a avaliação retrospectiva da gravidez na adolescência.

as mulheres jovens, com 29% dos abortos ocorrendo em idades que vão de 12 a 19 anos.

Sabe-se que o aborto tende a ser mais frequente entre as mulheres mais jovens, menos escolarizadas, que possuem menores status socioeconômicos e que são negras, sendo que essas mulheres são as que mais recorrem aos serviços de saúde para o tratamento do aborto incompleto (BRANDÃO & HEILBORN, 2006). Contudo, embora a gravidez seja um evento mais raro entre as jovens de classes sociais mais altas, quando isso ocorre, essas mulheres tendem a recorrer ao aborto com mais frequência (MENEZES, 2006; SINGH et al., 2003). Reconhece-se que, para além das adolescentes com maiores status socioeconômicos recorreram mais ao aborto, essas possuem maiores recursos para se submeterem à procedimentos mais seguros, mesmo que ilegais, durante o início da gravidez. Diferentemente, as adolescentes mais pobres, quando recorrerem ao aborto, o fazem em condições precárias e em momentos mais tardios da gestação (MENEZES, 2006; BRANDÃO & HEILBORN, 2006). Sabe-se, também, que a incidência de abortos é menor entre as mulheres casadas e que, reiterando os achados de Menezes (2006), em grande parte dos casos os abortos estão associados a busca pela continuidade de projetos pessoais, como é o que ocorre com as jovens de classes sociais mais altas que priorizam a continuidade dos estudos e o adiamento da união e inserção no mercado de trabalho (BRANDÃO & HEILBORN, 2006; COSTA et al., 1995).

### **3.2.6. Religião**

Não se pode desconsiderar, a influência da religião na definição de condutas morais e, conseqüentemente, na sexualidade, uso de métodos contraceptivos e aborto durante e após a adolescência. Reconhece-se que quanto maior a influência religiosa na vida do indivíduo, normalmente, mais tardio é o início da vida sexual (GUPTA, 2000; WHITEHEAD et al., 2001, COUTINHO, 2011; LONGO, 2011). Além disso, sabe-se também que adeptos de diferentes religiões têm comportamentos distintos quando se trata de gravidez e casamento precoce, não podendo ser desconsiderado o desejo pela maternidade durante a juventude. Contudo, Kappe (2016), através de um estudo que considera adolescentes americanos residentes em um condado no início dos anos 2000, reconhece que um ambiente mais religioso pode levar a um aumento dos casos de

gravidez entre adolescentes, possivelmente por meio de efeitos sobre o uso de anticoncepcionais, aborto e normas sobre decisões de fecundidade.

Reconhece-se assim que a religião e religiosidade são variáveis culturais que influenciam na iniciação sexual e, conseqüentemente, na exposição ao risco da gravidez precoce (COUTINHO & MIRANDA-RIBEIRO, 2014). Ainda que as adolescentes brasileiras sejam majoritariamente católicas, sabe-se que há diferentes riscos à gravidez durante a adolescência e antes do casamento de acordo com a religião, sendo que jovens evangélicas (IPEA, 2016) e pentecostais (OGLAND, 2010; VERONA & DIAS JÚNIOR, 2012) apresentam menores chances de se tornarem mães precocemente, enquanto adolescentes que não possuem religião ou são indicadas como católicas apresentam os maiores riscos (COUTINHO, 2011). Ogland e colegas (2010) mostram que adolescentes do sexo feminino, afiliadas à alguma religião, independentemente da religião, tem menos probabilidade de ter um filho durante a adolescência quando comparadas com seus pares não afiliados. Os autores também reconhecem que os adolescentes que frequentam cultos de adoração com frequência têm significativamente menor probabilidade de ter um filho.

Outro aspecto interessante a ser considerado, diz respeito a filiação a grupos majoritários ou minoritários religiosos e a gravidez na adolescência. Pensando na influência sociocultural religiosa, estudos reconhecem que pertencer a grupos religiosos minoritários pode acarretar um maior risco de gravidez precoce (AMORAN et al., 2012; DULITHA et al., 2013). Contudo, grupos religiosos majoritários também podem ter uma maior associação à gravidez na adolescência, caso seus valores estejam atrelados à valorização da união e formação da família cedo e esses sejam difundidos socialmente (SHRESTHA, 2002).

### **3.2.7. Raça/cor e etnia**

Borges e colegas (2016) e Cruz e colegas (2016) afirmam que a gravidez na adolescência é tida como um fenômeno mais recorrente nas populações com menores status econômico, baixa escolaridade e entre mulheres negras; pois desigualdades raciais estão diretamente relacionadas às desvantagens cumulativas. Através de uma releitura do livro *“Discriminação e desigualdade raciais no Brasil”* (HASENBALG, 1979), Mello (2018) reconhece que:

A noção de ciclo de desvantagens cumulativas é empregada para chamar a atenção para as várias condições negativas que estão associadas ao pertencimento a uma classe social baixa; condições essas que se reforçam mutuamente e têm efeitos adversos cumulativos nas oportunidades sociais como um todo. O grupo não-branco apresenta uma desvantagem inicial associada à sua baixa origem social e, também, a sua descrição racial. Conseqüentemente, no que se refere às possibilidades de mobilidade social ascendente, os não-brancos estão presos a um círculo vicioso, se comparado aos brancos (MELLO, 2018, p. 203)

Quando observadas as diferenças entre a situação educacional de negros e brancos, percebe-se que a juventude negra segue em considerável atraso educacional, reflexo, entre outros, de um sistema educacional e social que funciona em ciclos de desvantagens cumulativas que se constroem intergeracionalmente. Sabe-se, também, que raça é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (HASENBALG, 1979). Além disso, há uma chamada “herança” de baixos índices de escolaridade que poderão determinar o lugar de subalternidade social das gerações futuras no mercado de trabalho (HASENBALG, 2000; KARRUZ, 2015). Frente à essas realidades, os ciclos de desvantagens cumulativas levam a gravidez na adolescência e a perpetuação da pobreza.

Em um estudo que considera a PNDS de 2006, o IPEA (2016) reconheceu que, em relação à cor da pele, ser branca reduz a probabilidade de uma gravidez precoce. Comparativamente, não ser branca aumenta a probabilidade de se tornar mãe na adolescência. Segundo a agência da ONU (2017), a cada dez adolescentes brasileiras mães, sete são negras.

Aquino e colegas (2003), ao analisarem jovens residentes nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador no ano de 2000, afirmaram que o risco de uma gravidez precoce é maior entre homens e mulheres negros, assim como pardos e indígenas, quando comparados com aqueles declarados brancos. Como indicado pelos autores, ainda que escolaridade e renda tenham efeitos mais marcantes no risco da gravidez na adolescência, raça ou cor ainda apresenta efeitos estatisticamente significativos. Ademais, mães adolescentes negras, além de residirem com maior frequência nas regiões mais pobres do Brasil, apresentam maior probabilidade de trabalharem e possuírem salários significativamente mais baixos quando comparadas com as adolescentes mães brancas (KASSOUF et al., 2019).

Outro diferencial importante a ser destacado é o da maternidade adolescente entre indígenas. Segundo Rodríguez Vignoli (2014), a maternidade adolescente indígena no ano de 2010 corresponderia a 26,4%, dobro do declarado por não indígenas no Brasil (11,8%). Ao analisar esse mesmo grupo entre 1991 e 2010, Wong (2016) destaca que a taxa de fecundidade adolescente indígena na área rural corresponderia, no ano de 2010, à 173,1 nascidos vivos para cada mil adolescentes, valor muito alto que seria comum apenas a áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica. Ainda quanto aos espaços rurais, os nascimentos de primeira ordem para as adolescentes indígenas entre 15 e 19 anos, cuja taxa não mudou entre 2000 e 2010, estariam em cerca de 90 nascimentos para cada mil adolescentes, sendo que mais da metade da probabilidade de ter um nascimento de primeira ordem estaria concentrado nessa faixa etária, com tendência de aumento em 2010 (Wong, 2016).

Sendo a declaração de raça ou cor uma aproximação viável para o estudo de etnias indígenas no Brasil, reconhece-se que não apenas fatores socioeconômicos, mas também culturais podem influenciar nas altas taxas de fecundidade adolescente indígena no país (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2014). Tendo por exemplo os Guaranis, Igansi e Zatti (2018) apontam que o exercício da sexualidade da mulher Guarani está atrelado a menarca, sendo relativamente cedo o início da vida reprodutiva e comum as uniões conjugais ainda na adolescência. Vale ressaltar que, muitas vezes, as orientações quanto ao comportamento sexual, uniões, gestações e planejamento familiar são repassadas por outros membros da aldeia como forma de manutenção de uma identidade coletiva que, normalmente, está embasada na religiosidade. Outro aspecto sociocultural importante, que também é comum a outras etnias, é a valorização das famílias numerosas. Como apontado por Igansi e Zatti (2018), os Xavante de Sangradouro-Volta Grande possuem uma média de 8,6 filhos, iniciando a vida reprodutiva por volta dos 13 anos e a finalizando aos 45 anos de idade.

### **3.2.8. IDH e renda**

Segundo estudo realizado pela UNFPA (2017), adolescentes pertencentes aos 20% das famílias mais pobres, em países em desenvolvimento, possuem cerca de três vezes mais nascimentos do que entre as adolescentes pertencentes aos 20% das famílias mais ricas (UNFPA, 2017). Dado o contexto brasileiro, afirma-se que as mulheres que residem nas regiões norte e nordeste do país possuem maiores

chances de engravidar do que as que residem em outras localidades (CRUZ, et al., 2016; CAVENAGHI, 2015).

Admite-se assim, que há influência dos níveis de desenvolvimento humano das regiões e estados de moradia das jovens nas taxas de fecundidade adolescente (BORGES, *et al.*, 2016; CAVASIN, et al., 2010; UNFPA, 2017). Quanto mais alto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), menores as taxas de fecundidade. Borges e colegas (2016), além de apontarem que as taxas de fecundidade entre as adolescentes de 10 a 14 anos permaneceram estáveis entre 2000 e 2012, sugerem - assim como Cavasin (2010) - relações desses resultados com a pobreza, baixa escolaridade e qualidade reduzida dos serviços de saúde. Como apontam os autores, o IDH pode estar relacionado a melhores perspectivas econômicas, o que levaria ao adiamento da maternidade entre o grupo de adolescentes muito jovens (BORGES, et al., 2016; KEARNEY & LEVINE, 2012).

### **3.2.9. Estrutura familiar de origem**

Dado os fatores sociodemográficos discutidos, verifica-se que esses não parecem fazer contribuições independentes para a previsão da gravidez na adolescência. Resultados de estudos tendem a sugerir que os efeitos dessas variáveis foram provavelmente mediados por outras variáveis de composição familiar intervenientes, como monoparentalidade e idade da mãe da adolescente ao engravidar pela primeira vez.

Woodward e colegas (2001), assim como Silva (2017) e Tissot & Falcke (2018), indicam como ter uma mãe que também vivenciou a maternidade na adolescência (ciclo intergeracional de gravidez na adolescência) e ter nascido em uma família com apenas um dos pais coloca uma jovem em risco elevado de gravidez precoce, mesmo considerando os efeitos de outros fatores de confusão e intervenção (fatores sociais, familiares e individuais da infância).

Também não se pode desconsiderar o aspecto parental da disfuncionalidade quando considerada a gravidez na adolescência (SILVA, 2017; TISSOT & FALCKE 2018; AUGUSTO et al., 2018). Silva (2017), ao examinar estilos parentais<sup>10</sup> (WEBER, 2005),

---

<sup>10</sup> Denomina-se estilo parental “um conjunto de comportamentos e atitudes dos pais e todo o clima existente em uma relação pais-filhos, inclusive a expressão corporal, o tom de voz, o bom ou mau

reconhece que as práticas parentais caracterizadas como negligentes, permissivas ou autoritárias tendem a favorecer o comportamento sexual inadequado e precoce, uma vez que esse funcionaria como um mecanismo de fuga familiar. O autor reconhece que diferentemente dos estilos parentais apresentados anteriormente, o estilo participativo tende a ser acompanhado pelo ensino de regras e autocontrole, mas, também, do incentivo ao desenvolvimento da autonomia e autoestima do adolescente. Como indicado por Silva (2017), pais participativos tendem a ser mais abertos ao diálogo e ao esclarecimento de regras. Através dessa postura, os adolescentes desenvolvem melhor um posicionamento de maior autocontrole e firmeza quanto ao que considera adequado ou inadequado, o que o permite agir de forma assertiva em situações coercitivas, como a relacionada ao sexo inseguro.

Assim como indicado por Silva (2017), Tissot e Falcke (2018) afirmam que a falta de afeto e regras geram uma maior insegurança, fazendo com que a relação familiar tenha menor sentido para os adolescentes. Como apontado pelas autoras, essa constatação se mostra vinculada a características transgeracionais de padrões familiares com problemas de comunicação, amparo e estabelecimento de regras e exemplos. Algo importante a ser destacado no estudo dos autores é que a disfuncionalidade parental/familiar tende a ser acompanhada pela ausência da figura paterna. Augusto e colegas (2018) demonstraram como a ausência paterna, para as adolescentes que se tornaram mães, é entendida como uma ruptura familiar que gera um custo para o próprio desenvolvimento emocional e esse, por sua vez, afeta a visão dessas jovens quanto aos seus parceiros, muitas vezes havendo a indicação de conflitos, e a criação de um ideal familiar. Sabe-se que a fecundidade adolescente apresenta forte associação com a monoparentalidade e que, quando considerada a opinião das mães das adolescentes, muitas vezes, os sentimentos de desamparo e impotência frente a necessidade do exercício de múltiplos papéis familiares são indicados. Tissot e Falcke (2018) reconhecem que esses discursos refletem a visão estereotipada do homem como provedor e como sendo a figura de interdição, aquela que diz “não” aos filhos (TISSOT & FALCKE *apud* BOTTON et al., 2015).

---

humor e as práticas parentais usadas mais frequentemente” (Silva *apud* Weber, 2005). Assim sendo, haveria quatro estilos parentais principais: participativo, autoritário, permissivo e negligente.

Por fim, reconhece-se que as características parentais, especialmente a educação, a morte ou a ausência e a renda familiar, têm efeitos diretos nas transições durante a adolescência e juventude. Através de um estudo com mulheres senegalesas, Marchetta e Sahn (2015) apontam a influência existente da origem familiar na (i) gravidez precoce, (ii) na inserção no mercado de trabalho e (iii) na escolaridade das adolescentes. Como demonstrado pelos autores, a educação formal da mãe de uma jovem tende a retardar o casamento, enquanto a morte tem o efeito oposto; já o efeito das mesmas variáveis para o pai passa essencialmente por sua influência no número de séries concluídas na escola. Através do adiamento do matrimônio, indiretamente, há uma redução do risco de um nascimento precoce e, conseqüentemente, da continuidade dos estudos e menor inserção no mercado de trabalho.

Segundo Marchetta e Sahn (2015), caso a mãe de uma jovem tenha concluído o ensino primário, estima-se que a filha irá completar 0,67 anos adicionais de estudo formal e irá adiar em 4,27 anos o matrimônio. Por sua vez, se a mãe da adolescente completar pelo menos o ensino médio, o efeito previsto na escolaridade da filha quase que dobra, chegando a um acréscimo de 1,42 anos de escolaridade. Quando considerado o impacto da educação do pai, reconhece-se que os efeitos são muito maiores. Uma jovem que tenha um pai com o ensino primário completo terá 1,22 anos adicionais de escolaridade. Caso o pai tenha o ensino secundário completo, a filha terá 1,98 anos a mais de escolaridade, quando comparada com uma adolescente com um pai que não possui ensino formal.

Dado o evento de morte de um dos pais, admite-se que a perda paterna terá um efeito de redução nos anos de estudo da filha (cerca de 0,44 anos), enquanto a morte materna não apresentará efeitos na educação, mas irá adiantar em quase dois anos a idade de uma jovem ao casamento, dada a média de idade ao matrimônio. Como explicado, supõe-se que a morte do pai pode ter um impacto maior nos recursos domésticos e, portanto, irá contribuir para o abandono escolar e que, apesar de não afetar diretamente a idade de união da filha, a morte paterna irá acarretar uma inserção precoce no mercado de trabalho e essa, por sua vez, poderá influenciar na idade de união da jovem.



Através do exposto, conclui-se que, apesar da taxa de fecundidade adolescente (15 a 19 anos de idade) ter sofrido queda entre os anos de 2000 e 2010, essa ainda é consideravelmente alta quando comparada aos países desenvolvidos ou mesmo a certos países em desenvolvimento (UNFPA, 2017). Além disso, admite-se que características sociodemográficas e socioeconômicas distintas contribuem em intensidades diferentes para o risco de uma gravidez precoce, mas que essas isoladamente não explicam por completo o fenômeno da gravidez na adolescência. Dessa forma, torna-se necessário reconhecer também que as experiências familiares durante a infância e adolescência muito influenciam na fecundidade adolescente.

## 4. METODOLOGIA

Como relatado, o presente trabalho tem como objetivo principal reconhecer heterogeneidades e regularidades das características sociodemográficas das adolescentes já mães antes e após o declínio da fecundidade adolescente brasileira. Assim sendo, pretende-se identificar os perfis das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, com e sem filhos nascido vivos, residentes nas macrorregiões brasileiras nos anos de 1991, 2000 e 2010 e, a partir desses, reconhecer diferenças entre as adolescentes mães daquelas que nunca tiveram uma criança nascida viva. Como objetivo secundário, busca-se reconhecer os contextos domiciliares, especialmente as relações intra-domiciliares, que cercam a maternidade adolescente ao longo dos anos. Para o alcance dos objetivos apresentados, busca-se, por meio da técnica de análise de classes latentes (LCA), identificar subgrupos de indivíduos de acordo com a variável latente “perfil de adolescentes brasileiras”, construída com base em uma série de variáveis categóricas observadas referentes à estrutura domiciliar, aos tipos de relações interpessoais intra-domiciliares e seus papéis sociais, sendo também essa controlada por covariáveis sociodemográficas.

### 4.1. Base de dados

Este estudo utiliza as bases de dados dos censos demográficos brasileiros dos anos de 1991, 2000 e 2010, sendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o órgão responsável pela coleta das informações. Os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 se dispõem ao reconhecimento de características da população e dos domicílios pertencentes ao território nacional nos anos de suas realizações. Detendo caráter populacional, os dados censitários possibilitam a quantificação e espacialização das informações socioeconômicas e demográficas levantadas, permitindo a interpretação destes aspectos segundo a localização geográfica no território brasileiro e classificação dos domicílios entrevistados quanto às áreas rurais e urbanas. O acesso às bases de dados utilizadas neste trabalho foi obtido por meio do projeto IPUMS-International<sup>11</sup>, organizado e disseminado pelo Centro de

---

<sup>11</sup> Como apontado pela própria instituição, o IPUMS-International é um esforço para inventariar, preservar, harmonizar e disseminar microdados censitários de todo o mundo. O projeto coletou o maior arquivo do mundo de amostras censitárias publicamente disponíveis. Os dados são codificados e documentados consistentemente em todos os países e ao longo do tempo para facilitar a pesquisa comparativa. O IPUMS-International disponibiliza esses dados a pesquisadores, gratuitamente, por

População de Minnesota. As informações disponibilizadas pelo projeto anteriormente citado são referentes ao questionário amostral desenvolvido e aplicado pelo IBGE nos anos de interesse.

O Censo Demográfico, além de ser um levantamento que possui um questionário universal aplicado a todos os domicílios particulares e coletivos no território nacional, é também uma pesquisa domiciliar por amostragem probabilística complexa estratificada, obtida em conglomerados com dois ou três estágios de seleção, onde domicílios selecionados respondem a um segundo questionário mais amplo sobre suas condições de vida e moradia. Seguindo a recomendação do relatório técnico da pesquisa, para incorporar as informações pertencentes ao plano amostral, considerou-se o peso amostral do grupo de interesse para este estudo – adolescentes do sexo feminino que nos anos de 1991, 2000 ou 2010 possuíam idade entre 15 e 19 anos -, através da variável “*Person Weight*”, e o identificador de estratos da amostra, através da variável “*Strata*”. Para o tratamento dos dados provenientes da amostra complexa, utilizou-se a linguagem e ambiente para computação estatística R, versão 3.0.3, que também permite a utilização do pacote “*Latent Class Causal Analysis*” (LCCA) (SCHAFER & KANG, 2013). O pacote anteriormente citado foi disponibilizado pelo centro de metodologia da Universidade do Estado da Pensilvânia e pode ser encontrado em < <https://www.methodology.psu.edu/downloads/lcca/> >.

Optou-se pelo uso das informações contidas nos censos demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010, em detrimento as informações advindas dos registros de nascimento brasileiro, como o Registro Civil e o Sistema de Informação do Nascido Vivo (SINASC). Apesar desses últimos também possuírem abrangência nacional, eles não permitem a análise da estrutura familiar e domiciliar das adolescentes já mães, além de não conterem informações sobre adolescentes e mulheres que não tiveram filhos nascidos vivos.

#### **4.2. Descrição das variáveis utilizadas**

Para descrever as características da população em estudo, identificando os perfis das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, residentes nas macrorregiões brasileiras

nos anos de 1991, 2000 e 2010, será feita uma análise descritiva simples da proporção de adolescentes com e sem filhos tidos nascidos vivos a partir da análise de variáveis selecionadas.

**Quadro 1 - Características sociodemográficas das adolescentes**

<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>
<b>Relação com o responsável pelo domicílio</b>	Chefe de família Esposa/Parceira Filha Outra relação familiar Sem relação familiar
<b>Status marital</b>	Solteira/Nunca Casada Casada/Em união Separada/Divorciada Viúva
<b>Participação na força de trabalho</b>	Não Participa Participa
<b>Presença da mãe no domicílio</b>	Sim Não
<b>Presença do pai no domicílio</b>	Sim Não
<b>Presença do parceiro no domicílio</b>	Sim Não
<b>Número de crianças nascidas vivas</b>	Nenhuma Uma Duas ou mais
<b>Idade simples</b>	15 16 17 18 19
<b>Raça ou cor</b>	Branca Preta Indígena Amarela Parda
<b>Religião</b>	Sem religião Católica Protestante Pentecostal Neopentecostal Outra
<b>Macrorregião</b>	Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste 0 a 3

**Escolaridade do responsável pelo domicílio**

4 a 7  
8 a 11  
12 ou mais

Fonte: Elaboração própria.

No intuito de definir as variáveis utilizadas como itens para compor o modelo base de classes latentes, sugerem-se algumas daquelas que representam, como indicado pela literatura (Di Cesare & Rodríguez-Vignoli, 2006), determinantes diretos e indiretos da fecundidade adolescente e/ou alta correlação com o esse fenômeno. Assim sendo, o determinante próximo e as variáveis censitárias subjacentes a serem consideradas são:

**Quadro 2 - Variáveis utilizadas para a condução da Análise de Classes Latentes**

<b>Variáveis indicadoras para a criação das classes latentes</b>		
<b>Variável</b>	<b>Categoria a que pertence</b>	<b>Descrição</b>
<b>Relação com o responsável pelo domicílio</b>	Familiar	Chefe de família Esposa/Parceira Filha Outra relação familiar
		Sem relação familiar
<b>Status marital</b>	Determinante Próximo	Solteira/Nunca Casada Casada/Em união Separada/Divorciada Viúva
<b>Participação na força de trabalho</b>	Individual	Não Participa Participa
<b>Presença da mãe no domicílio</b>	Familiar	Sim Não
<b>Presença do pai no domicílio</b>	Familiar	Sim Não
<b>Presença do parceiro no domicílio</b>	Familiar	Sim Não
<b>Número de crianças nascidas vivas</b>	Individual	Nenhuma
		Uma
		Duas ou mais
<b>Covariáveis ou variáveis de controle</b>		
<b>Variável</b>	<b>Categoria a que pertence</b>	<b>Descrição</b>
<b>Idade simples</b>	Individual	15
		16
		17
		18
		19
<b>Raça ou cor</b>	Individual	Branca Preta

		Indígena Amarela Parda
<b>Religião</b>	Individual	Sem religião Católica Protestante Pentecostal Neopentecostal Outra
<b>Macrorregião</b>	Ambiental e sociocultural	Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste
<b>Escolaridade do responsável pelo domicílio</b>	Domiciliar	0 a 3 4 a 7 8 a 11 12 ou mais

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, são apresentadas as descrições das variáveis dispostas no Quadro 1, os códigos propostos pelo IPUMS-International e as recodificações realizadas na ocasião da análise deste trabalho.

### ***Relação com o responsável pelo domicílio***

A variável “RELATE” do IPUMS-International descreve a relação do indivíduo com o responsável pelo domicílio, também reconhecido como pessoa de referência. Como opções de resposta para essa variável, dado os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e a categorização proposta pelo IPUMS, temos: (i) responsável pelo domicílio, (ii) esposo(a) ou parceiro(a), (iii) filho(a), (iv) outra relação, (v) sem relação e (vi) *missing*. Para este trabalho, mantiveram-se as três primeiras opções e foram agrupadas em um único item as indicações “outra relação” e “sem relação”.

### ***Status marital***

A variável “MARST” do IPUMS-International descreve o estado civil da pessoa no momento da realização da entrevista, sendo que para os indivíduos que se casaram novamente, esperava-se que fosse feito o relato da situação relevante para seu casamento mais recente. Como opções de resposta para essa variável, dado os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e a categorização proposta pelo IPUMS, temos: (i) solteiro(a)/nunca casado(a), (ii) casado(a)/em união consensual, (iii)

separado(a)/divorciado(a)/cônjuge ausente, (iv) viúvo(a) e (v) não sabe/*missing*, sendo que este último item está presente somente para o ano de 1991. Para este trabalho foram mantidas as opções de respostas existentes na análise descritiva; contudo, para a aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes, optou-se pela união das respostas “separado(a)/divorciado(a)/cônjuge ausente” e “viúvo(a)” em uma nova categoria denominada “alguma vez unida”.

### ***Participação na força de trabalho***

A variável “LABFORCE” é uma variável dicotômica que identifica se uma pessoa participa da força de trabalho. A participação na força de trabalho é entendida como trabalhar ou procurar trabalho dentro de um período de referência especificado. A variável possui diferenças entre os anos analisados, a saber: para o ano de 1991, foram consideradas para a construção da variável as questões censitárias que buscaram reconhecer se (1) a pessoa trabalhou total ou parcialmente nos 12 meses anteriores a aplicação do questionário, assim como se (2) a pessoa estava à procura de emprego em algum momento nos dois meses anteriores à entrevista. No ano 2000, foram consideradas as questões que procuraram verificar se (1) a pessoa havia realizado trabalho, remunerado ou não, em algum momento nos sete dias anteriores à aplicação do questionário e se (2) havia procurado emprego em algum momento nos 30 dias anteriores à pesquisa. Já em 2010, foram consideradas as questões que perguntavam se (1) a pessoa havia trabalhado de forma remunerada ou não, por pelo menos uma hora, na semana anterior à pesquisa, se (2) estava temporariamente ausente de um trabalho remunerado e se (3) estava à procura de emprego também nos sete dias anteriores à aplicação do questionário.

Como opções de resposta para essa variável, dado os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e a categorização proposta pelo IPUMS, temos: (i) não, não está na força de trabalho, (ii) sim, está na força de trabalho e (iii) NIU (*not in universe*), indicada a pessoas que não fazem parte da população para qual a questão é direcionada (menores de 10 anos de idade). Para este trabalho foram mantidas as opções de respostas propostas.

### ***Presença da mãe, pai e parceiro no domicílio***

As variáveis que reconhecem a presença/ausência da mãe, pai e parceiro da adolescente no domicílio não existem originalmente no rol de variáveis disponibilizadas pelo IPUMS-International. Contudo, no momento da extração dos dados, o IPUMS permite anexar uma característica da mãe, pai, cônjuge ou responsável pelo domicílio como uma nova variável no registro da pessoa. Por exemplo, usando a variável "Ocupação", pode ser criada uma variável para "Ocupação da mãe". Todas as pessoas do extrato que residem em uma casa com a mãe receberiam um valor para esta nova variável. Pessoas sem a presença da mãe na casa receberiam a indicação de ausência "*missing*".

A identificação das relações intra-domiciliares propostas pelo IPUMS-International só é possível devido a um algoritmo que faz as conexões entre os membros de um mesmo domicílio. No sistema IPUMS a variável "PARRULE" descreve os critérios pelos quais as variáveis do IPUMS "MOMLOC" e "POPLOC" vinculam a pessoa a uma provável mãe e/ou pai<sup>12</sup>. O IPUMS-International estabelece *links* pai-filho de acordo com cinco regras básicas, e "PARRULE" dá o número da regra que se aplica ao link em questão. Por sua vez, a variável "SPRULE" explica os critérios pelos quais a variável criada "SPLOC" vinculou a pessoa ao seu provável cônjuge. Ademais, vale ressaltar que as variáveis indicadoras parentais identificam pais sociais, não estritamente biológicos.

Sendo assim, para a identificação da presença/ausência da mãe, pai e parceiro foram consideradas as variáveis que indicam a idade deles. Caso houvesse a indicação da idade, qualquer que fosse, considerou-se que a mãe, pai e/ou parceiro residia no mesmo domicílio. Para os casos em que houve a indicação "*missing*" ou "não sabe", considerou-se que a pessoa não convivia na mesma casa com a adolescente.

### ***Número de crianças nascidas vivas***

A variável "CHBORN" reporta o número de nascimentos vivos de cada mulher. Sendo uma variável numérica, para este estudo foram recodificados os valores (i) zero em "nenhuma criança nascida viva", (ii) um em "uma criança nascida viva" e aqueles entre (iii) dois e 30 foram agrupados no item "duas crianças ou mais nascidas vivas". Para

---

<sup>12</sup> "MOMLOC" e "POPLOC" são variáveis construídas pelo IPUMS e que indicam se a mãe e/ou pai da pessoa morava ou não no mesmo domicílio e, em caso afirmativo, dá o número pessoal dessa mãe e/ou pai (PERNUM).



o ano de 1991 ainda havia a opção de resposta “desconhecido”, utilizada para indicar quando o respondente não sabia se a mulher referenciada tinha tido crianças nascidas vivas ou não, essa foi recodificada como “*missing*”.

Ao longo deste trabalho, as adolescentes que foram declaradas como tendo filhos nascidos vivos serão definidas como “mães”.

### ***Idade simples***

A variável “AGE” é uma variável numérica que fornece a idade, em anos completos, da pessoa no dia da aplicação do questionário. Como indicado no início desse capítulo, para os dados disponibilizados pelo IPUMS-International, foi selecionado previamente para este estudo adolescentes do sexo feminino que, nos anos de 1991, 2000 ou 2010, possuíam idade entre 15 e 19 anos. Assim sendo, não houve a exclusão ou agrupamento dos itens propostos, apenas a transformação da variável em categórica.

### ***Raça ou cor***

A variável “RACE” indica o grupo racial com o qual uma pessoa se identificou ou para o qual o respondente do questionário a designou. Como opções de resposta para essa variável, dado os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e a categorização proposta pelo IPUMS, temos: (i) branco(a), (ii) preto(a), (iii) indígena, (iv) amarelo, (v) pardo(a) e (vi) não sabe. Para este estudo foram agrupadas as opções “preto(a)” e “pardo(a)” em “negro(a)” e o item “não sabe” foi recodificado como *missing* para a aplicação da técnica da Análise de Classes Latentes; contudo, na análise descritiva, as opções “preto(a)” e “pardo(a)” foram mantidas separadas. As demais opções de respostas foram mantidas.

### ***Religião***

A variável “RELIGIOND” indica a denominação ou ramo da religião professada pela pessoa. Para este estudo optou-se pelo agrupamento das religiões indicadas em (i) não possui religião, (ii) católica, (iii) protestante, (iv) pentecostal, (v) neopentecostal e

(vi) outra religião<sup>13</sup>. A opção “desconhecido ou não especificado” foi recodificada como *missing*. No Quadro 3 é apresentado o agrupamento proposto por esse trabalho:

**Quadro 3 - Redistribuição das religiões indicadas nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e que foram consideradas nas amostras do IPUMS-International para os mesmos anos**

<b>Categoria</b>	<b>Religião</b>
<b>Sem religião</b>	Sem religião (1000) <sup>14</sup>
<b>Católica</b>	Católica (6001), Ortodoxa (6002), Católica Apostólica Brasileira (6119), Outra religião católica (6134)
<b>Protestante</b>	Exército da Salvação (6440, 6144), Protestante evangélico indeterminado (6140), Protestante evangélico renovado sem vínculos institucionais (6135), Outra religião protestante tradicional (6129), Protestante indeterminado (6128), Casa de Oração (6124), Presbiteriana (6020), Metodista (6018), Menonita (6017), Luterana (6016), Congregacional (6011), Igreja do Nazareno (6010), Anglicana (6007), Batista (6009)
<b>Pentecostal</b>	Pentecostal (6005), Corrente de Oração Pentecostal (6139), Evangelical Protestant Biblical Revival Pentecostal (6138), Nova Vida Evangélica Protestante Pentecostal (6137), Evangélico pentecostal sem vínculos institucionais (6136), Maranata (6126), Deus é Amor (6125), Casa de Bênção (6123), Evangelho Quadrangular (6121), Brasil por Cristo (6120), Congregação Cristã do Brasil (6118), Assembleia de Deus (6008)
<b>Neopentecostal</b>	Universal do Reino de Deus (6122)
<b>Outra religião</b>	Outra religião (7900), New Oriental (7119), Oriental Seicho No-Ie (7120), Outra religião oriental (7121), Esotérica (7122), Indígena (7123), Outros grupos minoritários (7124), Espírita (7111), Espírita Mediúnica (7114), Mediúnica Umbandista (7115), Candomblecista Mediúnica (7116), Outra religião afro-brasileira (7117), Cristão sem vínculos institucionais (6142), Religião de Deus (6141), Cristão indeterminado (6132), Outra religião neocristã (6131), Neocristã (6130), Mórmon (6015), Jeová (6014), Adventista/Adventista do sétimo dia (6006), Budismo (2000), Hinduísmo (3000), Judaísmo (4000), Islã (5000)

Fonte: Elaboração própria.

Especificamente para a aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes, para o ano de 1991, foram agrupadas em uma única categoria as opções de resposta “Pentecostal” e “Neopentecostal”. Esse fato se deve a baixa quantidade de indicações

<sup>13</sup> Os agrupamentos seguem, em grande medida, o estabelecido pela literatura, principalmente aquela que reconhece como certas denominações religiões ascenderam ao final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Sugere-se ver as seguintes referências: Pierucci, 2004; Antoniazzi, 2003; Montero & Almeida, 2000; Pierucci & Prandi, 1996.

<sup>14</sup> Código indicado pelo IPUMS-International.

dessas religiões para aquele ano. Nos anos seguintes em análise, as categorias foram analisadas em separado.

### ***Macrorregião***

A variável “REGNBR indica a macrorregião onde está localizado o domicílio entrevistado. Como opções de resposta para essa variável, dado os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e a categorização proposta pelo IPUMS, temos: (i) Norte, (ii) Nordeste, (iii) Sudeste, (iv) Sul e (v) Centro-Oeste. Para este trabalho, foram mantidas as opções de respostas existentes.

### ***Escolaridade do responsável pelo domicílio***

A variável “EDUCBR\_HEAD” indica o nível de escolaridade do responsável pelo domicílio, tanto em termos de nível de ensino (fundamental, médio ou superior), quanto o número de anos ou séries concluídas no nível mais elevado. Contudo, reconhece-se que no ano de 1971, o Brasil, que tinha um sistema educacional caracterizado por possuir quatro anos de escola primária, quatro anos de escola secundária e três de ensino médio, passou a possuir oito anos de ensino fundamental e três de ensino médio e que, em 2006, esse último sistema foi alterado para nove anos de ensino fundamental e três de ensino médio. Dada as mudanças apresentadas ao longo dos anos, o IPUMS-International<sup>15</sup> propôs as seguintes adequações para a comparabilidade dos dados educacionais em diferentes anos:

- a) Nos censos de 1960-2000, embora a maioria das respostas de educação pareça caber no padrão 4-4-3 (sob o sistema antigo) ou 8-3 (sob o novo sistema), um bom número de respostas estava fora desses parâmetros. Essas respostas foram preservadas na variável “EDUCBR\_HEAD”;
- b) Nos censos de 1960 e 1970, os entrevistados forneceram a informação “série mais alta concluída”. Nos censos subsequentes, 1980 a 2000, dois conjuntos de perguntas foram usados: um voltado para pessoas que frequentavam a escola, que responderam sobre a série então cursada; e outro voltado para pessoas que não frequentavam mais a escola, que responderam sobre a série mais alta concluída. Na variável “EDUCBR\_HEAD”, as respostas das pessoas

---

<sup>15</sup> Ver: [https://international.ipums.org/international-action/variables/EDUCBR#comparability\\_section](https://international.ipums.org/international-action/variables/EDUCBR#comparability_section)

que então frequentavam a escola foram convertidas para a série mais alta concluída, sempre que possível;

- c) No censo de 2010, as informações também foram coletadas separadamente para pessoas que frequentavam a escola e para aquelas que não frequentavam mais. Na variável “EDUCBR\_HEAD”, as respostas das pessoas que então frequentavam a escola também foram convertidas para a série mais alta concluída. No entanto, as informações sobre a série específica cursada foram registradas apenas para pessoas que estavam cursando o ensino fundamental (I ou II) ou o ensino médio. Pessoas com ensino superior, ou que já tinham frequentado a escola, não informaram a série ou ano dentro do nível educacional cursado (fundamental, médio ou superior). Aquelas que frequentaram o ensino fundamental no passado relataram apenas alguma série dentro de categorias predefinidas (1ª a 3ª série, 4ª série ou 5ª a 8ª série);
- d) A amostra proposta pelo IPUMS para o Brasil no ano de 2010 identifica separadamente mestrados e doutorados (anteriormente incluídos como uma única categoria) e especializações de pós-graduação.

Para este estudo, propõe-se a recategorização dos itens da variável “EDUCBR\_HEAD” em anos de estudo completos. Dessa forma, são propostas as seguintes categorias: (i) sem instrução, (ii) 1 a 3 anos de estudo, (iii) 4 a 7 anos de estudo, (iv) 8 a 10 anos de estudo, (v) 11 a 14 anos de estudo (vi) 15 anos de estudo ou mais. O Quadro 4 apresenta a recodificação utilizada neste trabalho.

**Quadro 4 - Recategorização da variável “EDUCBR\_HEAD” em anos de escolaridade**

<b>Categoria</b>	<b>Nível educacional de referência</b>	<b>Série ou nível educacional</b>
<b>Sem instrução</b>	-	Nunca frequentou a escola (0000)
<b>1 a 3 anos de estudo</b>	<b>Pré-escola</b>	Creche (1100), Pré-escola (1200), Curso de alfabetização infantil (1300), Curso de alfabetização adulta (1400, 1500), Creche, pré-escola ou curso de alfabetização (1600), Frequentando a primeira série do primário (não concluído)
<b>4 a 7 anos de estudo</b>	<b>Primário ou ensino fundamental I</b>	Primeira série (2110), Segunda série (2120), Terceira série (2130), Quarta série (2141, 2142, 2143), Série não especificada (primário) (2190)

<b>8 a 10 anos de estudo</b>	<b>Secundário ou ensino fundamental II</b>	Quinta série (2210), Sexta série (2220), Sétima série (2230), Oitava série (2241, 2242), Série não especificada (secundário) (2290, 2900)
<b>11 a 14 anos de estudo</b>	<b>Ensino médio</b>	Primeiro ano (3100), Segundo ano (3200), Terceiro ou quarto ano e cursinho preparatório (3300, 3400, 3910), Grau não especificado (3900)
<b>15 anos de estudo ou mais</b>	<b>Superior ou pós-graduação</b>	Graduação ou pós-graduação (4110 a 4190, 4210 a 4280, 4310 a 4360)

Fonte: Elaboração própria.

### 4.3. Sobre a técnica de Análise de Classes Latentes

Entendida como um modelo de segmentação similar à análise de *cluster*, a análise de classes latentes (LCA) é usada para identificar subgrupos, tipos ou categorias de indivíduos de uma população em estudo e padrões de resposta com base em características observadas, relacionando-as em um conjunto de classes latentes (AMORIM et al., 2015)<sup>16</sup>. Como apontam Amorim e colegas (2015), a variável latente, também chamada de construto ou traço latente, não é observada diretamente, mas estimada indiretamente através da junção de duas ou mais variáveis observadas.

As aplicações dos modelos de classes latentes nas Ciências Sociais são diversas, sendo empregados desde estudos que buscam identificar fenômenos da saúde, como comportamentos e traços psicológicos (COLLINS & LANZA, 2010), até fenômenos sociais, como a religiosidade de jovens americanos (PEARCE & DENTON, 2011). Alguns exemplos são o estudo realizado por Choi e colegas (2018), que procurou padrões de transição de uso de substâncias psicoativas por adolescentes texanos ao longo de três anos, e o trabalho de Rainer e colegas (2016) que, através de uma amostra populacional, buscou compreender padrões de justificativas para o aborto voluntário na Romênia. Há também outros estudos clássicos, como o de Everson e colegas (1991) sobre o impacto do sexo do respondente nos resultados de testes de ansiedade, Kessler e colegas (1998), sobre fobia social, Bulik e colegas (2000), sobre transtornos alimentares entre mulheres residentes no estado americano da Virgínia, Auerbach e Collins (2006), sobre o consumo de álcool por jovens adultos americanos,

<sup>16</sup> É possível através da análise de classes latentes organizar pessoas em dois ou mais subgrupos homogêneos significativos, dadas variáveis observáveis que podem representar características, comportamentos ou sintomas, por exemplo, para um fenômeno de interesse (Collins & Lanza, 2010).

e Pearce, Foster e Hardie (2013) sobre religiosidade entre adolescentes americanos e seus correlatos sociodemográficos.

Como indicado por Collins e Lanza (2010), o ponto de partida para a aplicação da técnica de classes latentes consiste em uma tabela de contingência formada por tabulação cruzada de todas as variáveis indicadoras observadas a serem envolvidas na análise. Reconhece-se que o modelo de classe latente, qualquer que seja, é composto (i) pelas prevalências de classes latentes estimadas e (ii) probabilidades de resposta de item que podem ser usadas para obter as proporções de células esperadas para a tabela de contingência. Assim sendo, a técnica LCA pressupõe que não faltam dados sobre as variáveis indicadoras observadas. Além disso, torna-se importante reconhecer que, para a aplicação do LCA, deve haver a suposição de independência local específica, ou seja, quando condicionadas à variável latente de interesse, as variáveis indicadoras observadas são independentes.

Supondo que um estudo considera  $J$  variáveis indicadoras observadas ( $j = 1, \dots, J$ ), e que para cada variável observada há  $R_j$  categorias de resposta ( $r_j = 1, \dots, R_j$ ), a tabela de contingência cruzada das variáveis terá  $W$  células, sendo que o valor de  $W$  será obtido através da seguinte equação:

$$W = \prod_{j=1}^J R_j$$

Nesta pesquisa, para cada ano de interesse,  $J$  será igual à 7, pois estão sendo consideradas sete variáveis indicadoras. Para a primeira questão proposta (Relação da adolescente com o responsável pelo domicílio) temos cinco opções de resposta, logo  $R_1$  será igual à 5; para a segunda questão (Status marital da adolescente) teremos quatro opções de resposta ( $R_2 = 4$ ), e assim por diante. Dada a fórmula de  $W$ , reconhece-se que a tabela de contingência cruzada para o estudo terá 640 células ( $W = 5 \times 4 \times 2^5$ ).

Para cada uma das células  $W$  na tabela há um padrão de resposta completo correspondente, que é um vetor de respostas às variáveis  $J$ , representadas por  $y = (r_1, \dots, r_j)$ . Por exemplo, um padrão de resposta completo possível seria “Filha do responsável pelo domicílio”, “Solteira ou nunca casada”, “Não atua na força de trabalho”, “Convive com a mãe no mesmo domicílio”, “Convive com o pai no mesmo

domicílio”, “Não convive com o parceiro no mesmo domicílio” e “Não possui nenhuma criança nascida viva”. O conjunto de padrões de resposta completos será denominado  $Y$ , sendo que  $Y$  terá  $W$  linhas e  $J$  colunas. Cada padrão de resposta  $y$  estará associado à uma probabilidade  $P(Y = y)$  e o somatório das probabilidades dos padrões de resposta deverá ser igual à 1 ( $\sum P(Y = y) = 1$ ).

Para entender como as probabilidades de pertencer a cada classe latente (prevalências) ( $\gamma$  (gama)) e as probabilidades de resposta aos itens das variáveis indicadoras ( $\rho$  (rô)) são obtidas, torna-se necessário reconhecer que as classes latentes são mutuamente exclusivas e exaustivas. Sendo  $L$  uma variável latente categórica qualquer, pode-se afirmar que essa variável terá  $C$  classes latentes ( $c = 1, \dots, C$ ) e, por sua vez,  $\gamma_c$  irá representar a probabilidade de pertencimento à uma determinada classe latente  $c$  dessa mesma variável. Logo, por serem as classes latentes exclusivas e exaustivas,

$$\sum_{c=1}^C \gamma_c = 1$$

A probabilidade de resposta  $r_j$  à uma variável observada  $j$ , dada uma classe latente  $c$ , será representada por  $\rho_{j,r_j|c}$ . O conjunto de parâmetros  $\rho$ , que representa a probabilidades de resposta aos itens das variáveis indicadoras, irá expressar a relação entre cada variável indicadora observada e cada classe latente, demonstrando quanto os indivíduos estão relacionados à cada classe gerada. Como cada indivíduo fornecerá apenas uma alternativa de resposta para a variável  $j$ , o somatório das probabilidades de resposta ao item, para uma variável  $j$  condicionada a uma determinada classe latente, deverá ser igual à um. Logo,

$$\sum_{r_j=1}^{R_j} \rho_{j,r_j|c} = 1$$

Através do exposto é possível compreender melhor a expressão fundamental que embasa os modelos de classes latentes. A equação a ser considerada expressa como a probabilidade de observar um determinado padrão de respostas é uma função das probabilidades de pertencimento a cada classe latente ( $\gamma$ ) e as probabilidades de resposta aos itens das variáveis indicadoras ( $\rho$ ).

$$P(Y = y) = \sum_{c=1}^C \gamma_c \prod_{j=1}^J \prod_{r_j=1}^{R_j} \rho_{j,r_j|c}^{I(y_j=r_j)}$$

Assim sendo, determinada uma classe latente  $c$ , os estados observados consecutivos são estatisticamente independentes, uma vez que, como demonstrado na equação acima, a probabilidade conjunta de todos os elementos que compõem  $y$  para uma classe latente  $c$  pode ser encontrada multiplicando os parâmetros  $\rho$  individuais correspondentes à essa classe latente específica. Como exposto por Collins e Lanza (2010), esse pressuposto de independência refere-se apenas ao condicionamento da variável latente, por esse motivo ter-se-ia uma independência “local”, pois essa se manteria apenas dentro da classe latente. Isso não significaria que, em um conjunto de dados a ser analisado, as variáveis indicadoras serão independentes na amostra completa; até porque que, na verdade, são as relações entre as variáveis observadas que são explicadas pelas classes latentes.

Caso o objetivo seja introduzir uma covariável  $X$  no modelo para identificar como essa característica prediz a associação nas classes latentes, então a expressão fundamental pode ser reescrita da seguinte maneira:

$$P(Y = y|X = x) = \sum_{c=1}^C \gamma_c(x) \prod_{j=1}^J \prod_{r_j=1}^{R_j} \rho_{j,r_j|c}^{I(y_j=r_j)}$$

Onde,  $\gamma_c(x) = P(L = c|X = x)$  é um modelo de regressão logística multinomial, no qual a análise de regressão logística produz uma estimativa do efeito de cada latente classe em comparação com uma classe latente de referência (COLLINS & LANZA *apud* AGRESTI, 1990).

Com uma única covariável  $X$ ,  $\gamma_c(x)$  pode ser expresso da seguinte forma:

$$\gamma_c(x) = P(L = c|X = x) = \frac{e^{\beta_{0c} + \beta_{1c}x}}{1 + \sum_{c'=1}^{C-1} e^{\beta_{0c'} + \beta_{1c'}x}}$$

Nos casos em que forem incorporadas covariáveis na análise, as probabilidades de resposta aos itens das variáveis indicadoras ( $\rho$ ) ainda serão estimadas, mas as probabilidades de pertencimento a cada classe latente ( $\gamma$ ), não. Ao invés de  $\gamma$ ,



coeficientes de regressão ( $\beta$ ) são estimados, e as probabilidades de pertencimento a cada classe latente podem ser expressas como funções dos coeficientes de regressão e valores nas covariáveis correspondentes.

Outro ponto importante a ser considerado, diz respeito a definição do número ideal de classes latentes para o estudo. Como explicado por Han e colegas (2017), ao aplicar a LCA, cabe ao pesquisador decidir sobre o número de classes, sendo que esse valor, em grande medida, irá determinar o ajuste do modelo. Quanto mais classes latentes, maior a chance de visualizar a diversidade das sequências de respostas; entretanto, à medida que o número de classes aumenta, aumenta também o risco de se ajustar ao ruído e à custa de estimar mais parâmetros do modelo.

Usando estatísticas como (i) o critério de informação de Akaike (AIC) e (ii) o critério de informação Bayesiano (BIC), pode-se obter informações sobre o ajuste do modelo em relação ao número de classes latentes. Normalmente, quanto menor o valor para esses critérios, mais bem ajustado estará o modelo (COLLINS & LANZA, 2010). Além disso, (iii) a entropia relativa também pode ser utilizada para ajustar o modelo de forma mais adequada. Nesse último caso, valores próximos a 1 (um) indicam um melhor ajuste e valores próximos a 0 (zero) indicam uma maior inadequação (Han et al., 2017).

No entanto, como feito neste trabalho, há de se levar em conta que muitas vezes o melhor ajuste estatístico não coincide com o melhor modelo teórico, assim, a definição do número de classes também está sujeita a avaliação do pesquisador, que buscará o modelo mais parcimonioso, porém que encontre respaldo na literatura e nas suas hipóteses (HAN et al., 2017).

A seguir será explicado como os resultados da aplicação do LCA, para esta pesquisa, serão gerados e qual será a melhor opção para o reconhecimento da adequação do ajuste do modelo proposto, dadas as possibilidades e limitações do pacote "*Latent Class Causal Analysis*".

#### **4.4. Sobre o pacote "Latent Class Causal Analysis"**

Por meio do pacote "*Latent Class Causal Analysis*" é possível ajustar um modelo de classe latente a um conjunto de itens categóricos e covariáveis especificadas pelo

pesquisador por meio da função “*lcacov*”<sup>17</sup>. Como já foi indicado anteriormente, as variáveis indicadoras são consideradas condicionalmente independentes, dada uma variável de classificação latente. No caso de indicação de covariáveis, as probabilidades individuais de pertencer à classe estarão relacionadas a essas por um modelo logístico de categoria de linha de base (SCHAFER, 2013).

Os parâmetros desconhecidos a serem estimados são os coeficientes logísticos, chamados  $\alpha$  (alfa), e as probabilidades de resposta ao item, como explicado na sessão anterior, são chamados de  $\rho$  (rô). A função “*lcacov*” também estima as prevalências de classe média da população, denominadas gama marginal. Quando covariáveis estão presentes, essas prevalências devem ser interpretadas como taxas gerais de associação de classe, calculadas em média sobre a distribuição das covariáveis (Schafer, 2013).

A função “*lcacov*” também permite que sejam considerados os pesos amostrais nos resultados gerados por meio do argumento “*weights*”. Caso seja indicada a variável peso, como é o caso desta pesquisa, automaticamente o método a ser usado para calcular os erros padrão será o método “*sandwich*”<sup>18</sup>. Quando considerado esse método, é possível reescalonar os pesos da amostra sem afetar as estimativas ou erros padrão, contudo, esse não será o caso para este estudo.

Informações adicionais sobre o desenho da amostra também podem ser fornecidas por meio dos argumentos “*clusters*” e “*strata*”. Se o peso amostral for fornecido, automaticamente o plano de amostral é considerado enquadrado na classe geral de experimentos com substituição. No primeiro estágio, os clusters são desenhados com substituição. Em seguida, os indivíduos são selecionados dentro de grupos, com probabilidades desiguais e em vários estágios. Entretanto, para este estudo não será indicada nenhuma variável para o argumento “*clusters*”, dessa forma cada indivíduo

---

<sup>17</sup> O pacote *lcca* é considerado um pacote morto, já que desde a publicação da versão 2.0.0, em 2013, não teve mais suporte. Vale ressaltar que é um software alfa, que roda apenas no Windows.

<sup>18</sup> Os argumentos que representam métodos aceitáveis pela função “*lcacov*” para calcular os erros padrão são: “*\_STANDARD*”, “*FAST*”, “*SANDWICH*” ou “*NONE*”. “Quando indicado “*STANDARD*”, então, os erros padrão são obtidos invertendo a matriz das segundas derivadas da função log-verossimilhança na solução. Se “*FAST*”, então, a matriz das segundas derivadas é aproximada pela soma dos produtos externos das contribuições dos indivíduos para as funções de pontuação (primeiras derivadas). Se “*SANDWICH*”, então, a soma dos produtos externos da pontuação é pré e pós-multiplicada pelo inverso das segundas derivadas. Se “*NONE*”, então, o cálculo das derivadas de primeira e segunda e dos erros padrão é suprimido” (Schafer, 2013).

amostrado terá o mesmo peso na análise. Contudo, a variável “STRATA” será indicada e, por esse motivo, não será assumido um único estrato para toda a população.

Por fim, vale ressaltar que o critério de informação de Akaike (AIC) e o critério de informação Bayesiano (BIC), sempre que for considerado o peso amostral, serão indicados como “NA”. Isso ocorrerá, porque o AIC e o BIC não estão definidos para pseudo-verossimilhança. Dessa forma, a escolha do número ideal de classes será feita, como já indicado anteriormente, através de uma avaliação das classes geradas, mas também que encontre respaldo na literatura e nas suas hipóteses.

## 5. RESULTADOS DESCRITIVOS

Para investigar as características sociodemográficas das adolescentes mães e não mães, serão apresentadas a seguir as tabelas de frequência para as variáveis utilizadas neste trabalho, assim como gráficos para a visualização da distribuição de valores relativos dessas mesmas variáveis. O objetivo desta investigação é desvendar as características gerais das adolescentes, ao longo dos anos de interesse, por macrorregião, e, quando considerado necessário, por idade simples.

Vale ressaltar que, exceto para as variáveis “Relação com o responsável pelo domicílio”, “Status marital” e “Presença do pai, mãe e parceiro no domicílio”, serão sempre considerados a proporção de adolescentes mães e não mães em cada categoria de resposta para que seja possível a comparação dos resultados entre as regiões e anos em análise, já que esses podem sofrer efeitos de composição. Para as demais variáveis serão considerados os percentuais, em separado para adolescentes mães e não mães, para cada item de resposta dentro da variável. Essa última escolha foi realizada devido ao fato de que as variáveis “Relação com o responsável pelo domicílio” e “Status marital” podem levar a uma aparente redução de casos para adolescentes mães devido ao aumento do matrimônio e união de adolescentes não mães, que afeta diretamente a relação com o responsável pelo domicílio. Já para as variáveis que procuram reconhecer a presença da mãe, pai e parceiro da adolescente no domicílio, a escolha anteriormente citada foi feita, pois essas variáveis são dicotômicas.

### 5.1. Características descritivas gerais da amostra

Primeiramente, propõe-se a análise da distribuição percentual das adolescentes mães e não mães, quando considerada a idade simples e a macrorregião de residência. Assim sendo, por meio dos Gráficos 2 a 6 e do Apêndice A, reconhece-se que entre as décadas de 1991 e 2000 houve um aumento na proporção de adolescentes mães para todas macrorregiões e idades simples. Nesse período, os maiores ganhos foram observados para as regiões Norte e Nordeste, para as idades de 18 e 19 anos, sendo que a região Norte já apresentava as maiores proporções, por idade simples, de adolescentes mães.

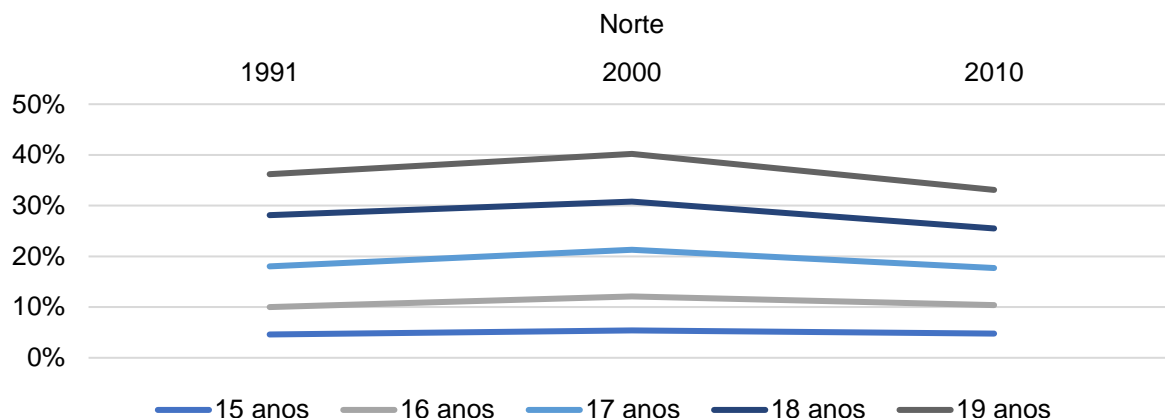
Como é possível observar através dos gráficos 2, a proporção de adolescentes mães de 18 e 19 anos de idade, que residiam na região, era, respectivamente de 28,1% e 36,2%. Contudo, para o ano 2000 esses valores foram de 30,8% e 40,2%, respectivamente. Para a região Nordeste, através dos Gráficos 3, observou-se para o primeiro período citado que 18,5% das adolescentes de 18 anos eram mães e proporção que subia para 26,3% aos 19 anos. No ano de 2000 esses valores passaram a ser de 22,3% (18 anos) e 30,3% (19 anos).

Entre os anos 2000 e 2010, contudo, observa-se uma queda das proporções das adolescentes que já possuíam ao menos uma criança nascida viva, para todas as macrorregiões e idades simples.

A análise dos Gráficos 2 a 6 e do Apêndice A também revela que a região Norte, para todos os anos em estudo, apresenta as maiores proporções de adolescentes mães por idade simples e, por sua vez, a região Sudeste, apesar de deter os maiores valores absolutos devido ao tamanho populacional, possui os menores valores percentuais observados. Essa última região, no ano de 1991, indicava que 22,8% das adolescentes de 19 anos tinham ao menos uma criança nascida viva (Gráfico 4), maior valor percentual entre as idades simples até então para a macrorregião. Em 2000 esse valor passou a ser de 24,0% (Gráfico 4), mas em 2010 caiu para 18,4% (Gráfico 4).

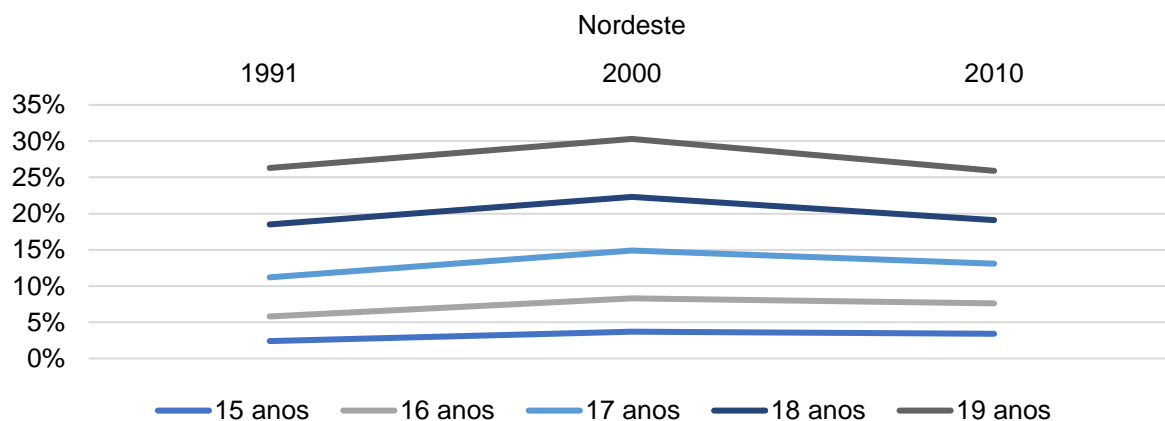
Além disso, reconhece-se que a proporção de adolescentes mães, para todas as macrorregiões, tende a ser maior quanto mais avançada é a idade da adolescente.

**Gráfico 2 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Norte, 1991, 2000 e 2010**



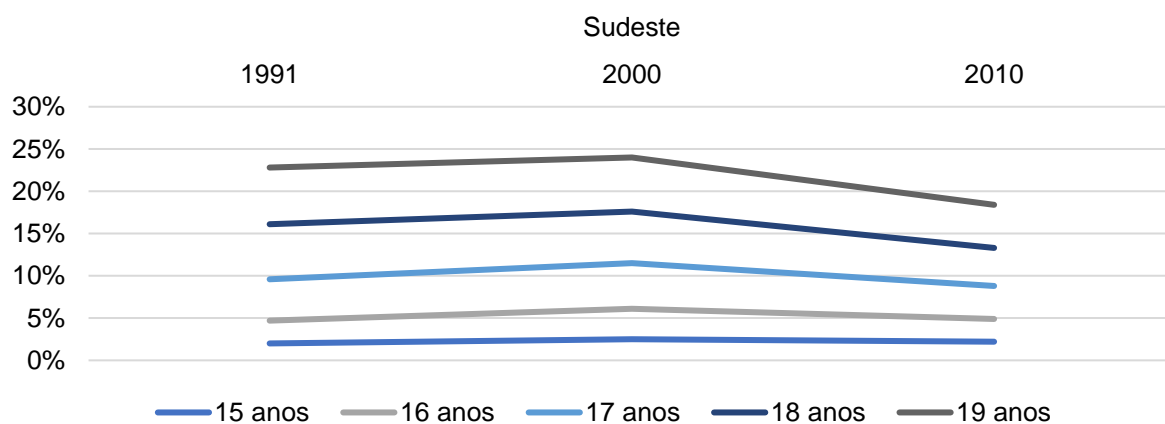
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 3 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010**



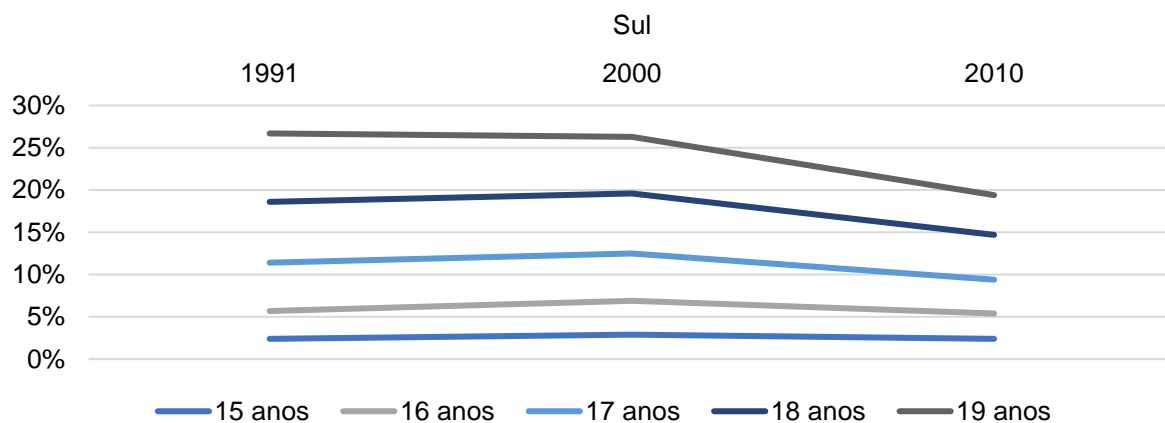
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 4 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010**



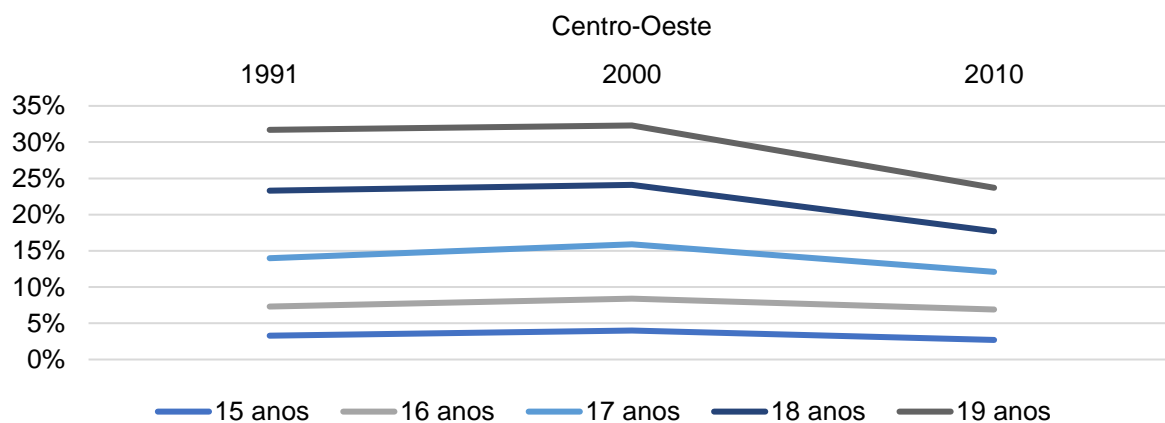
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 5 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Sul, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 6 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por idade simples – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Quando considerada a raça ou cor das adolescentes (Gráficos 7 a 11 e Apêndice B), observa-se que, para todos os anos em análise e macrorregiões, entre as adolescentes autodeclaradas indígenas há uma maior proporção daquelas que possuem filhos nascidos vivos. Verifica-se também, que esses valores foram maiores para a região Norte do país. Como é possível observar através do Gráfico 7, em 1991 a proporção de adolescentes indígenas declaradas como tendo filhos nascidos vivos na região Norte foi de 36,2%. Em 2000 esse valor passou a ser de 30,7% (Gráfico 7) e em 2010, 29,3% (Gráfico 7).

Como é possível identificar através da Tabela 5, as adolescentes indígenas que vivem em áreas rurais, para todos os anos em análise, apresentam as maiores proporções de adolescentes mães quando comparadas com aquelas que vivem em áreas urbanas. Para a região Norte no ano de 1991, por exemplo, a proporção de adolescentes indígenas residentes nas áreas rurais e declaradas como tendo filhos nascidos vivos foi de 37,6%, já aquelas residentes nas áreas urbanas representavam 22,7%. Em 2000, esses valores foram, respectivamente, 31,7% e 27,5%, enquanto em 2010 foram de 31,6% e 20,3%.

Ainda considerando raça ou cor, observa-se que no ano de 1991, para todas as macrorregiões, as adolescentes autodeclaradas amarelas são as que apresentam as menores proporções de declaração de filhos nascidos vivos, não ultrapassando o valor de 17,7%, observado para a macrorregião Norte. Contudo, como é possível observar através do Apêndice B, os valores absolutos indicados naquele ano são muito baixos e levam a resultados pouco conclusivos. Apesar dessa proporção, assim como os valores absolutos aumentarem ao longo das décadas estudadas chegando, em 2010, a um valor próximo ao observado para outras raças e cores, sabe-se da dificuldade de compreensão da classificação da raça/cor amarela pelos entrevistados do censo demográfico brasileiro.

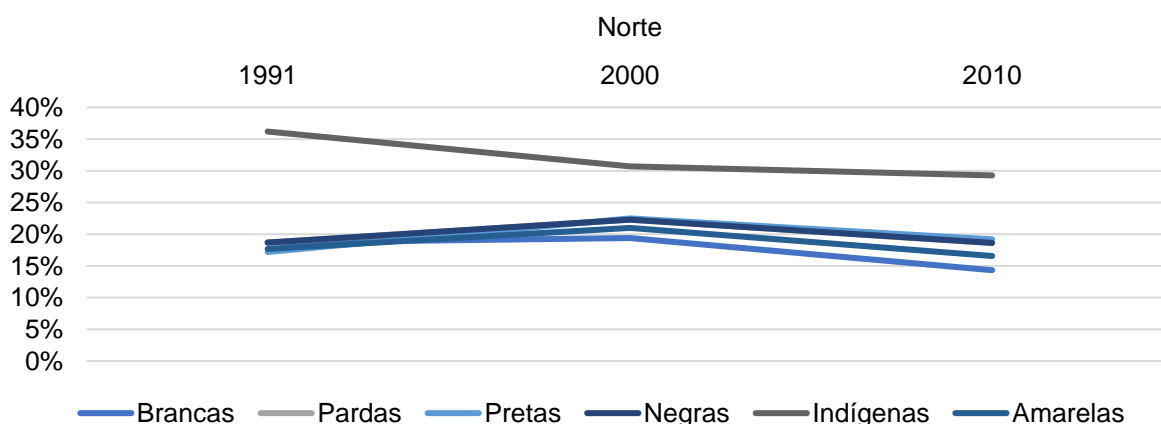
Através desse apontamento, afirma-se que logo após a declaração da raça ou cor indígena, preta, seguida de parda, são aquelas que possuem as maiores proporções observadas de adolescentes mães em 2000 e 2010, para todas as macrorregiões, sendo a região Norte aquela com o maior valor observado. Através do Gráfico 7, observa-se que no ano 2000 a proporção de adolescentes pretas que residiam na região Norte e que foram declaradas como mães foi de 22,5%. Esse valor em 2010 (Gráfico 7) passou a ser de 19,2%. Não se pode



desconsiderar que em 1991 as proporções da raça ou cor parda foram um pouco maiores que a preta, exceto para a região sudeste. Por meio do Gráfico 19, verifica-se que para a região sudeste, em 1991, a proporção de adolescentes pretas e pardas declaradas enquanto mães foram praticamente iguais, sendo, respectivamente, 12,1% e 12,0%.

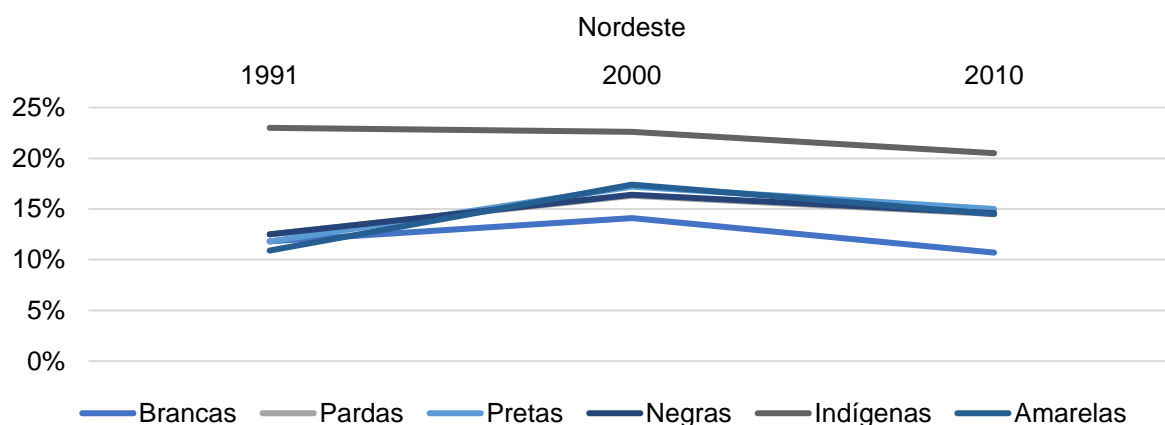
Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito a proporção de adolescentes brancas que tiveram filhos nascidos vivos. No ano de 1991, a proporção de adolescentes brancas que eram mães, para todas as macrorregiões, chegou a valores proporcionais próximos as demais indicações raciais, exceto indígena e amarela. Reconhece-se que a região Norte deteve a maior proporção de adolescentes brancas declaradas enquanto mães, sendo essa de aproximadamente 18,7% (Gráfico 7). Contudo, para os anos de 2000 e 2010, havia menor proporção de mães entre as adolescentes brancas em todas as macrorregiões. Como é possível observar através dos Gráficos 24 e 29, a região Sudeste apresentou as menores proporções de adolescentes brancas então declaradas como mães para ambos os anos, sendo esses valores iguais a 11,1% e 7,4%. Sabe-se que nas últimas décadas houve um aumento da declaração da raça ou cor preta (OLIVEIRA, 2017) e esse aumento pode ter influenciado na queda das proporções de adolescentes mães declaradas brancas, apesar de ser necessário reconhecer que há um viés de classe no aumento das declarações anteriormente citadas (SILVA & LEÃO, 2012).

**Gráfico 7 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Norte, 1991, 2000 e 2010**



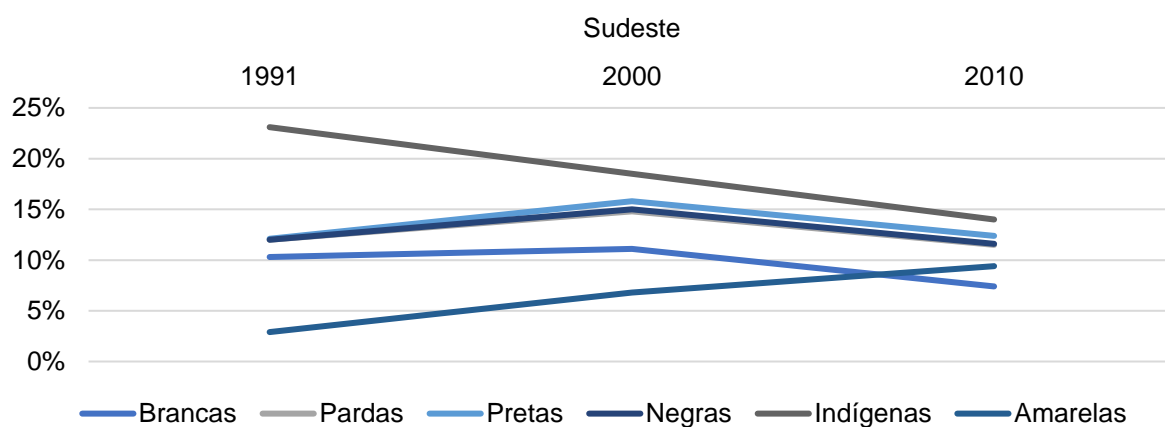
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 8 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010**



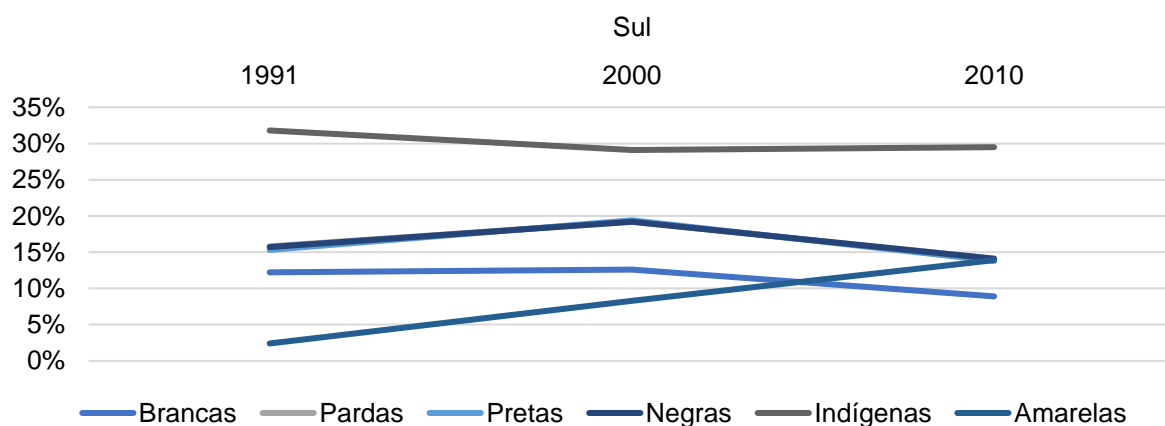
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 9 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010**



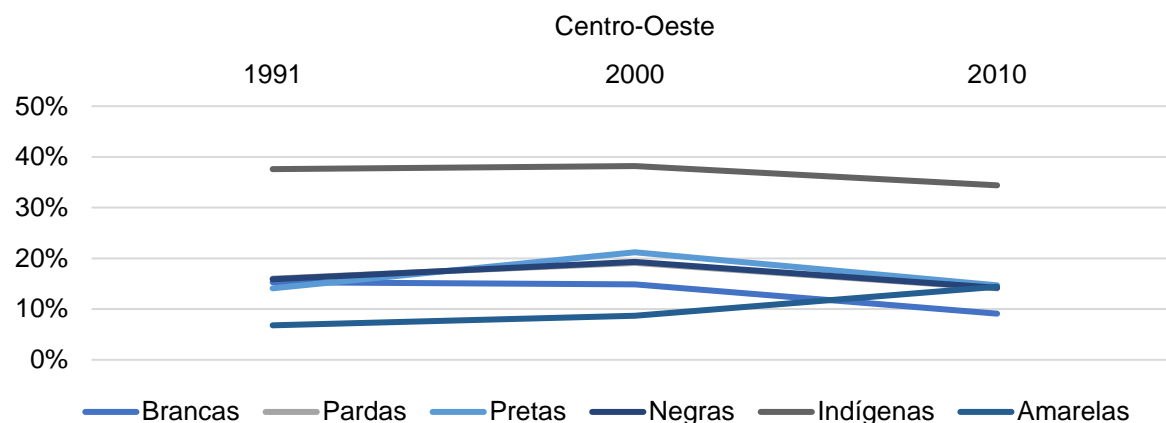
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 10 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Sul, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 11 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por raça ou cor – Região Centro-oeste, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Tabela 5 - Distribuição percentual das adolescentes indígenas, mães e não mães, segundo macrorregião e status do domicílio (rural ou urbano) – Brasil, 1991, 2000 e 2010**

	Rural		Urbano	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>				
Norte	37,6% (1.689)	62,4% (2.803)	22,7% (107)	77,3% (365)
Nordeste	28,1% (498)	71,9% (1.274)	12,4% (106)	87,6% (748)
Sudeste	45,2% (109)	54,8% (132)	17,3% (160)	82,7% (765)
Sul	36,1% (388)	63,9% (688)	20,6% (85)	79,4% (327)
Centro-Oeste	39,0% (887)	61,0% (1.387)	29,3% (109)	70,7% (263)
<b>2000</b>				
Norte	31,7% (2.759)	68,3% (5.955)	27,5% (751)	72,5% (1.980)
Nordeste	29,3% (1.067)	70,7% (2.571)	18,8% (1.217)	81,2% (5.262)
Sudeste	29,3% (307)	70,7% (742)	16,7% (1.163)	83,3% (5.819)
Sul	40,4% (721)	59,6% (1.064)	20,9% (512)	79,1% (1.933)
Centro-Oeste	45,1% (1.643)	54,9% (1.999)	26,0% (542)	74,0% (1.540)
<b>2010</b>				
Norte	31,6% (3.989)	68,4% (8.615)	20,3% (678)	79,7% (2.660)
Nordeste	25,0% (1.293)	75,0% (3.886)	16,3% (875)	83,7% (4.509)
Sudeste	22,4% (222)	77,6% (768)	10,9% (301)	89,1% (2.455)
Sul	35,9% (844)	64,1% (1.509)	18,2% (245)	81,8% (1.101)
Centro-Oeste	37,8% (1.967)	62,2% (3.238)	22,5% (335)	77,5% (1.155)
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>		<b>100,00%</b>	

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Quando considerada a religião (Gráficos 12 a 16), observa-se para 1991 o mesmo problema observado para a declaração da raça ou cor amarela naquele mesmo ano. A religião neopentecostal possui, para 1991, valores absolutos muito baixos para todas as regiões, como pode ser observado através do Apêndice C, já que a expansão dessa religião no país ocorreu somente após os

anos 2000 (PIERUCCI, 2004; ANTORIAZZI, 2003). Isso também é observado, em proporções menores, para a religião pentecostal. Dessa forma, as altas proporções de adolescentes mães, principalmente, neopentecostais em 1991 são pouco conclusivas em uma análise descritiva. A literatura reporta taxas específicas de fecundidade elevadas para adolescentes pentecostais no início do milênio (MIRANDA-RIBEIRO et al., 2009). Como não foram feitas análises multivariadas, não é possível, neste momento, identificar se essa alta fecundidade seria efeito de um padrão de casamento precoce, como sugerido no estudo supracitado.

Por meio do adendo anteriormente realizado, reconhece-se que, para todos os anos em análise e macrorregiões, entre as adolescentes que não possuíam religião, uma maior proporção já era mãe, sendo seguidas pelas católicas. Além disso, essas adolescentes mães sofrem os maiores aumentos proporcionais observados entre 1991 e 2000, apesar de haver também uma queda das proporções das adolescentes mães sem religião entre 2000 e 2010. A exemplo da região Norte, que deteve as maiores proporções de adolescentes sem religião que era mãe, observa-se através dos Gráficos 32, 37 e 42, para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente, os valores de 25,7%, 32,6% e 26,6%.

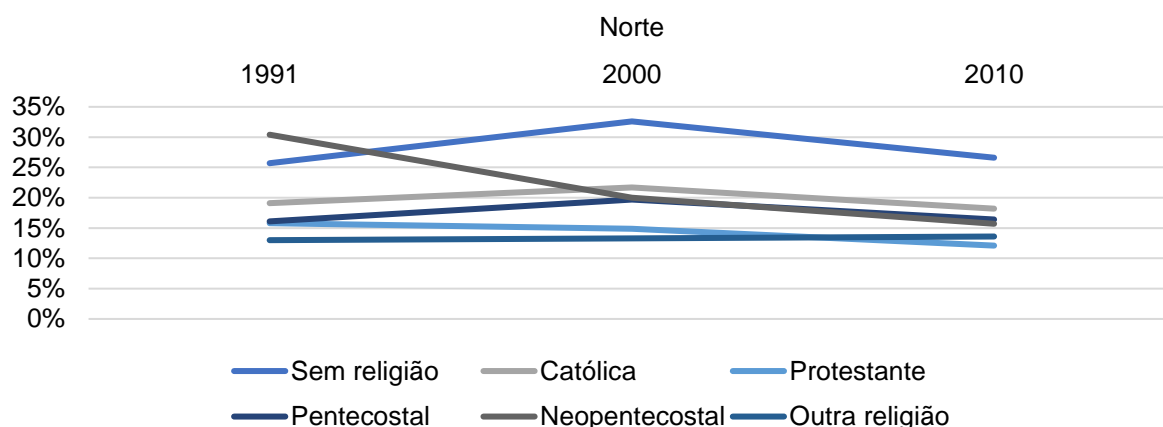
Por sua vez, as adolescentes que possuíam outra religião ou que foram declaradas como protestantes, em todos os anos em análise e macrorregiões, possuíam as menores proporções de adolescentes que possuíam pelo menos uma criança nascida viva (Gráficos 12 a 16). Diferentemente da indicação “sem religião”, entre 1991 e 2000 e 2000 e 2010, observa-se apenas quedas para as proporções de adolescentes mães declaradas com outra religião ou como protestantes, exceto para a região centro-oeste onde entre 1991 e 2000 se mantém praticamente estável quanto a proporção de adolescentes mães (10,5% para 10,8% para Outras).

Quando consideradas as religiões pentecostal e neopentecostal para os anos de 2000 e 2010, observa-se que as proporções de adolescentes mães tendem a serem menores que as observados para a declaração “católica” e que as adolescentes pentecostais tendem a possuir uma proporção um pouco maior de mães do que as adolescentes neopentecostais. Contudo, sabe-se, como indicado na revisão da literatura utilizada nesse trabalho, que a adoção de uma

religião pode ser feita por uma adolescente após a descoberta de uma gravidez ou o nascimento de um filho (VERONA & DIAS JÚNIOR, 2012). Assim sendo, apesar das leituras apresentadas nessa seção, reconhece-se as dificuldades de compreensão da ordem causal entre gravidez precoce e filiação religiosa.

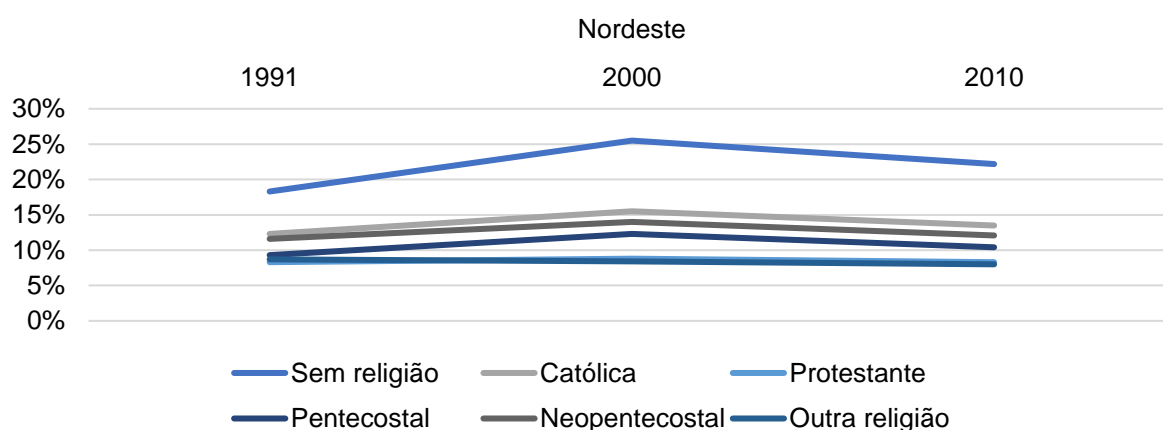
Para a análise da distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo relação com o responsável pelo domicílio e macrorregião, e status marital por região, os gráficos serão dispostos de forma a poder comparar os perfis de mães e não mães em cada uma das macrorregiões.

**Gráfico 12 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Norte, 1991, 2000 e 2010**



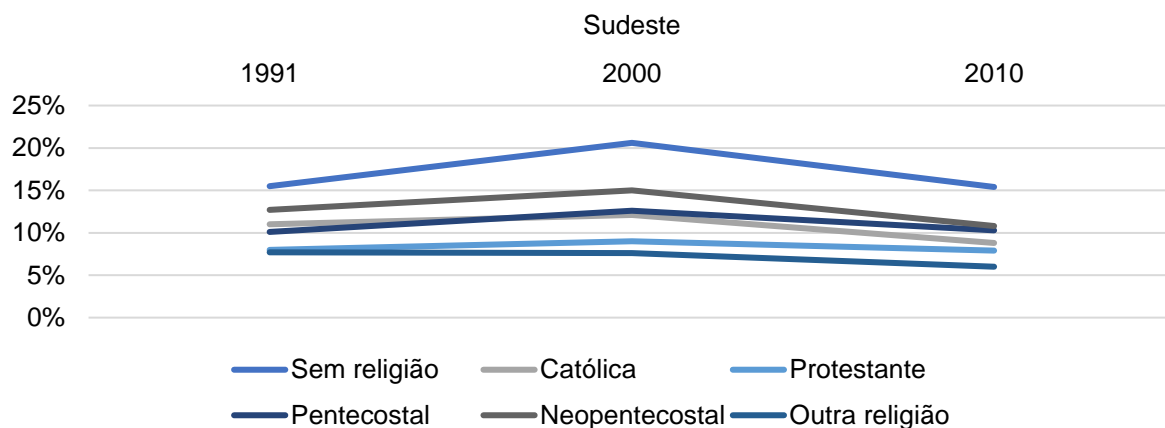
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 13 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010**



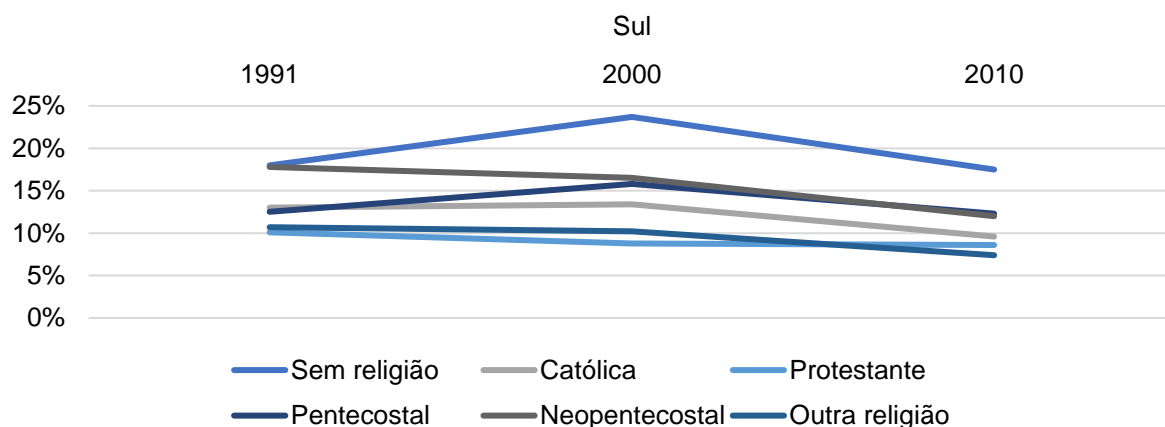
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 14 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010**



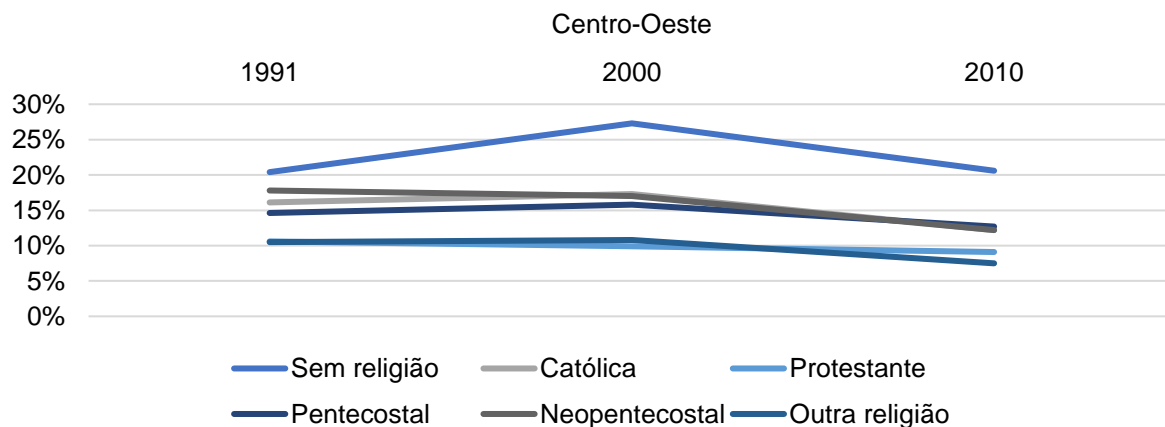
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 15 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Sul, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 16 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por religião – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010**



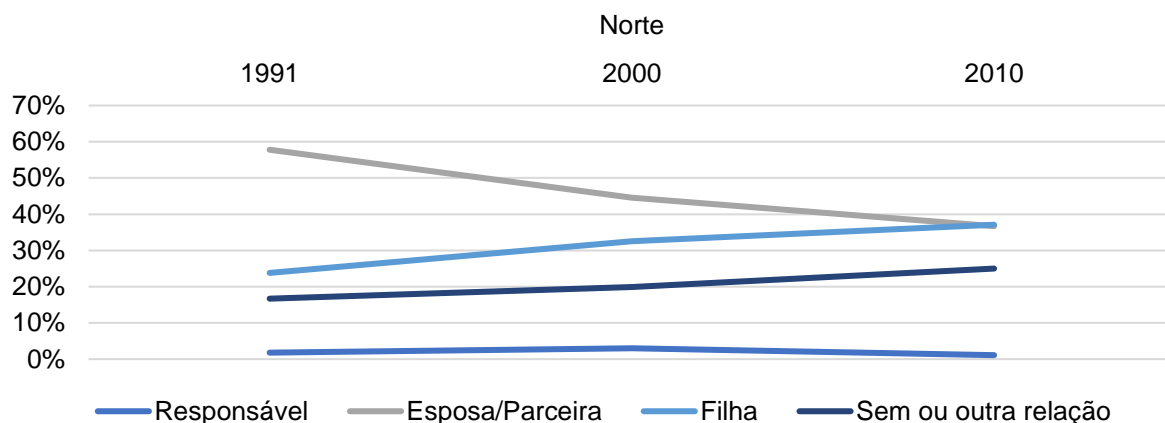
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Observa-se por meio dos gráficos 17 a 21 que a responsabilidade pelo lar e a indicação “esposa ou parceira do responsável pelo domicílio”, estão fortemente atreladas à gravidez na adolescência. Enquanto a indicação “esposa ou parceira do responsável pelo domicílio” não ultrapassa o valor de 8,06% entre as adolescentes não mães, valor observado para a macrorregião centro-oeste em 1991, esse chega a 63,34% entre aquelas que possuem ao menos uma criança nascida viva, no mesmo período e local. Contudo, não se pode desconsiderar a queda contínua dessa relação com o responsável pelo domicílio entre as adolescentes mães e, conseqüentemente, o aumento do percentual de adolescentes mães que são filhas do responsável pelo domicílio. Apesar do percentual ainda alto observado em 2010, por exemplo, há uma queda percentual média de cerca de 30% para a indicação “esposa ou parceira do responsável pelo domicílio” entre as adolescentes mães para a região Centro-Oeste (Gráfico 21).

Por sua vez, a responsabilidade do lar entre as adolescentes mães tendeu ao crescimento ao longo dos anos. Observa-se que essa indicação em 1991 não ultrapassou o valor de 2,46% entre as adolescentes mães, contudo, em 2010 chegou ao valor de 13,5% para a região centro-oeste do país, como pode ser visto no Gráfico 21. Esse mesmo crescimento também foi observado para as adolescentes mães, mas não ultrapassou o valor de 4,12% em 2010, valor esse também observado para a região Centro-Oeste do país.

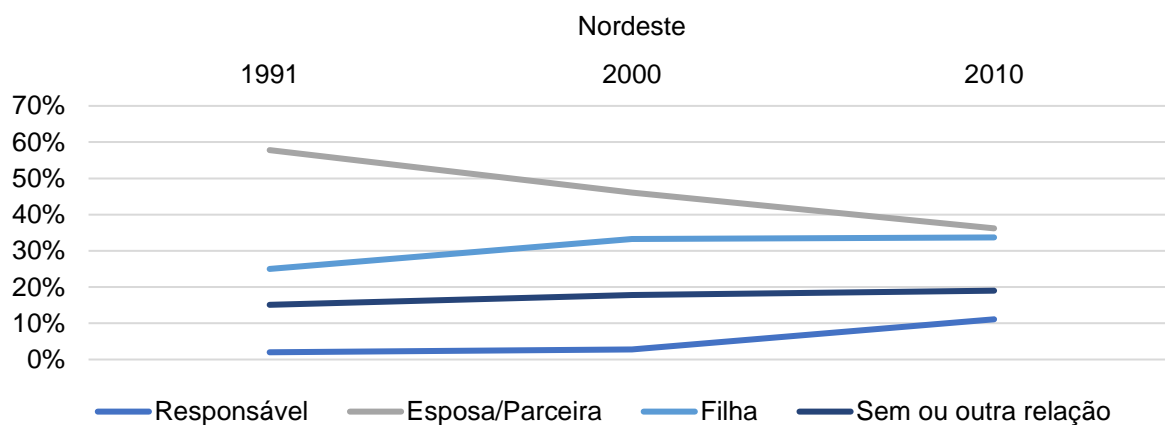
Por fim, quando considerada a indicação “sem ou outra relação com o responsável pelo domicílio”, observa-se que em 1991 o percentual de adolescentes classificadas dessa forma foi maior para as adolescentes não mães, chegando ao valor de 22% para a região Norte. Contudo, apesar dessa indicação ao longo dos anos continuarem mais frequente para as adolescentes não mães, os valores percentuais observados entre adolescentes mães e não mães é bastante próximo.

**Gráfico 17 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Norte, 1991, 2000 e 2010**



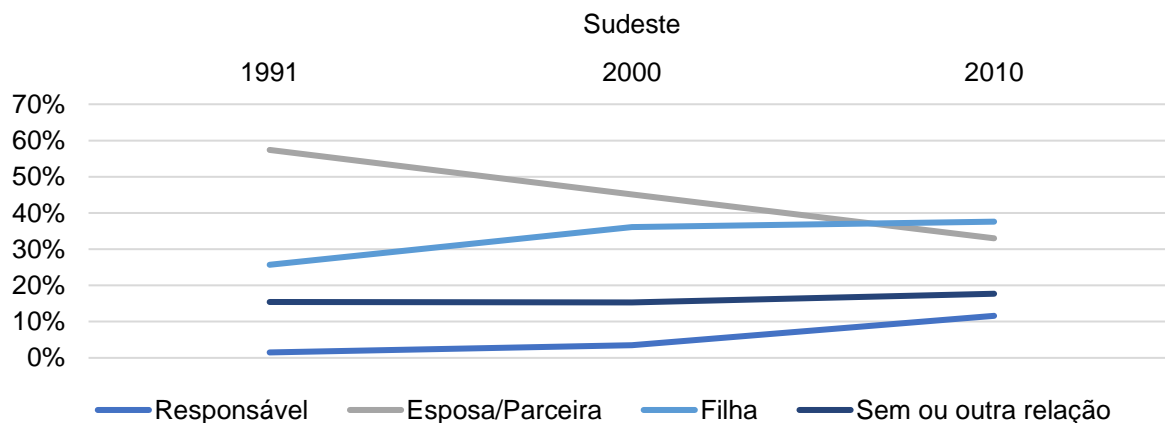
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 18 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

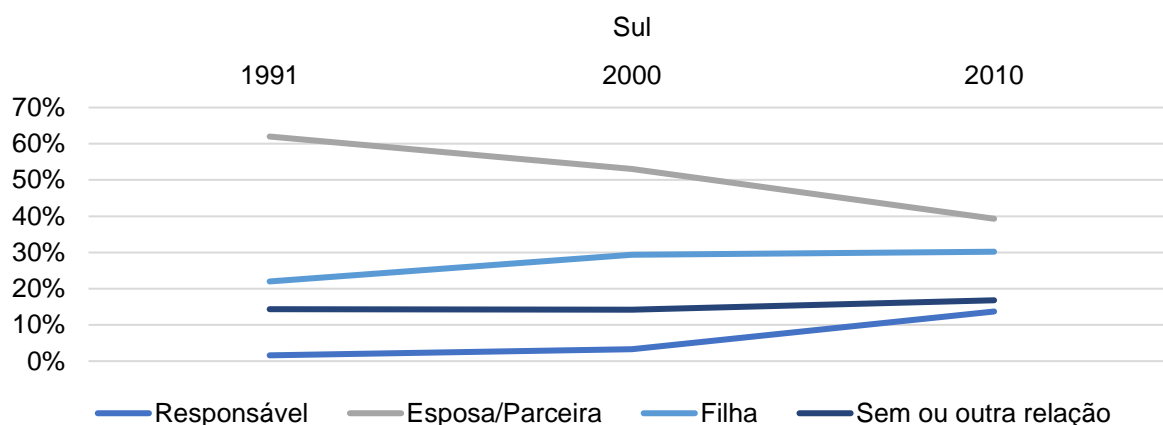
**Gráfico 19 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

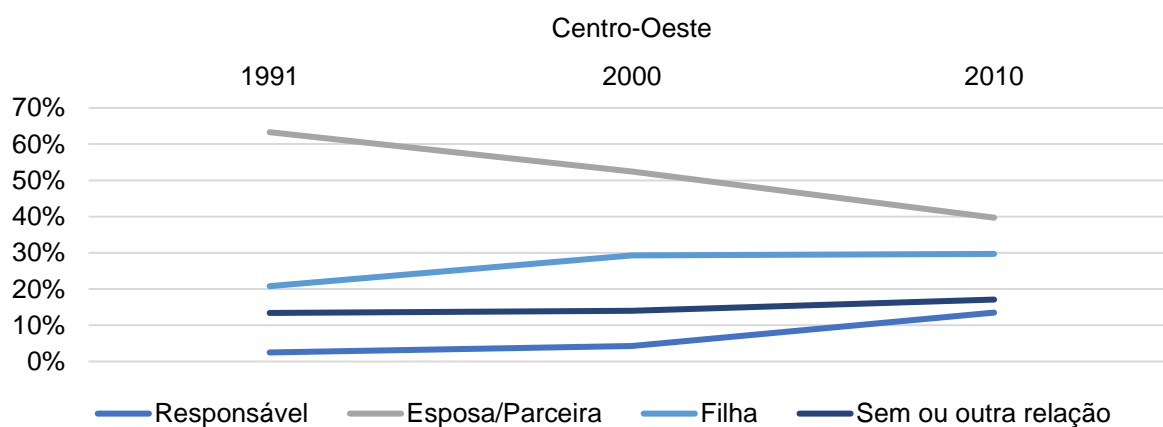


**Gráfico 20 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Sul, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 21 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por relação com o responsável pelo domicílio – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Quando considerada a distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo status marital e macrorregião, observa-se, através dos Gráficos 22 a 26, que as adolescentes mães tendem, majoritariamente, a estarem casadas ou em união ou já terem estado unidas em algum momento (separadas/divorciadas ou viúvas). Para o ano de 1991, a proporção de declaração “casada/em união” para as adolescentes mães variou entre as macrorregiões brasileiras em valores que iam de 75,0% (região Sudeste) a 79,7% (região Sul). Esses valores, para o mesmo grupo, nos anos de 2000 e 2010, variaram, respectivamente, entre 62,5% (região Sudeste) e 81,2% (região Sul) e entre 58,56% (região Sudeste) e 69,8% (região Sul).

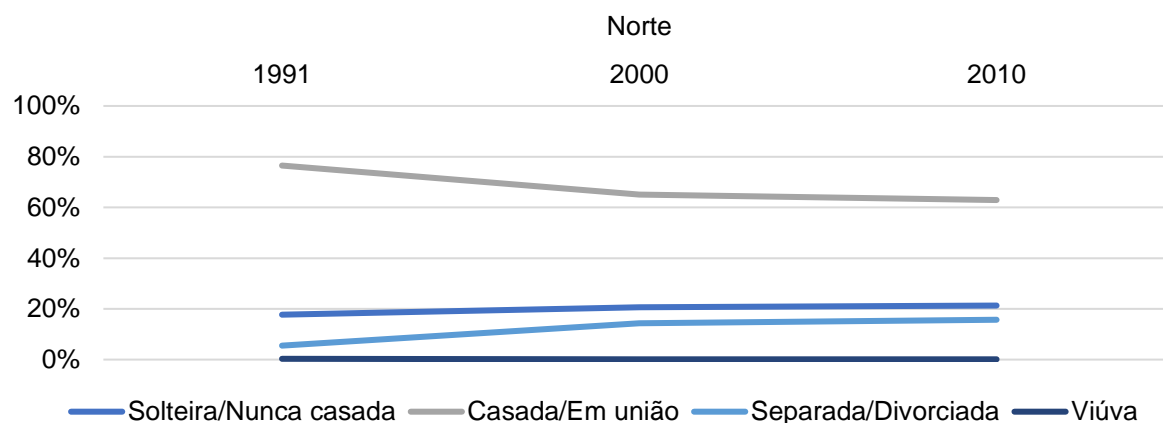
Por sua vez, as adolescentes que nunca tiveram uma criança nascida viva, em todos os anos em análise e para todas as macrorregiões, tendem, majoritariamente, a serem reportadas como mulheres solteiras ou nunca casadas, apesar de haver um percentual considerável para os períodos analisados de adolescentes casadas ou em união ou que já estiveram unidas em algum momento (separadas/divorciadas ou viúvas). Para os anos de 1991, 2000 e 2010, a proporção de adolescentes não mães indicadas como solteiras ou nunca casadas variou, respectivamente, entre 88,7% (região Norte) e 93,4% (região Sudeste), 88,1% (região Norte) e 93,1% (região Sudeste) e 86,7% (região Norte) e 91,8% (região Sudeste). Conseqüentemente, considerando as adolescentes não mães casadas ou em união que já estiveram unidas em algum momento para os mesmos períodos, observou-se uma proporção que variou entre 6,6% (região Sudeste) e 11,3% (região Norte) para o ano de 1991, entre 6,9% (região Sudeste) e 11,9% (região Norte) para o ano de 2000 e entre 8,2% (região Sudeste) e 13,3% (região Norte) para o ano de 2010.

Observa-se que a região Sudeste possui, em todos os anos em análise, as maiores proporções de adolescentes mães solteiras ou nunca casadas (19,0% para 1991, 24,4% para 2000 e 26,3% para 2010), e, conseqüentemente, as menores proporções de adolescentes mães casadas/em união ou alguma vez unidas. Além disso, as separações ou divórcios tendem a serem mais frequentes entre as adolescentes mães da região nordeste (8,7% para 1991, 16,7% para 2000 e 18,2% para 2010), que, logo após a região sul, possui as menores proporções de adolescentes mães solteiras ou nunca casadas (15,0% para 1991, 18,2% para 2000 e 18,9% para 2010). Vale destacar como a separação e o divórcio tenderam ao crescimento entre as adolescentes mães, independentemente da região, assim como há uma queda da indicação “casada ou em união” entre essas entre 1991 e 2010.

Por fim, as proporções de adolescentes mães solteiras ou nunca casadas não seguem um padrão entre as macrorregiões. As regiões sudeste e norte tenderam a um crescimento contínuo do percentual de adolescentes mães solteiras ou nunca casadas. As regiões, respectivamente para os anos de 1991, 2000 e 2010 obtiveram os valores de 15,0%, 24,4% e 26,3% (região Sudeste) e 17,7%, 20,6% e 21,3% (região Norte). Por sua vez, as regiões Centro-Oeste e Sul tiveram um

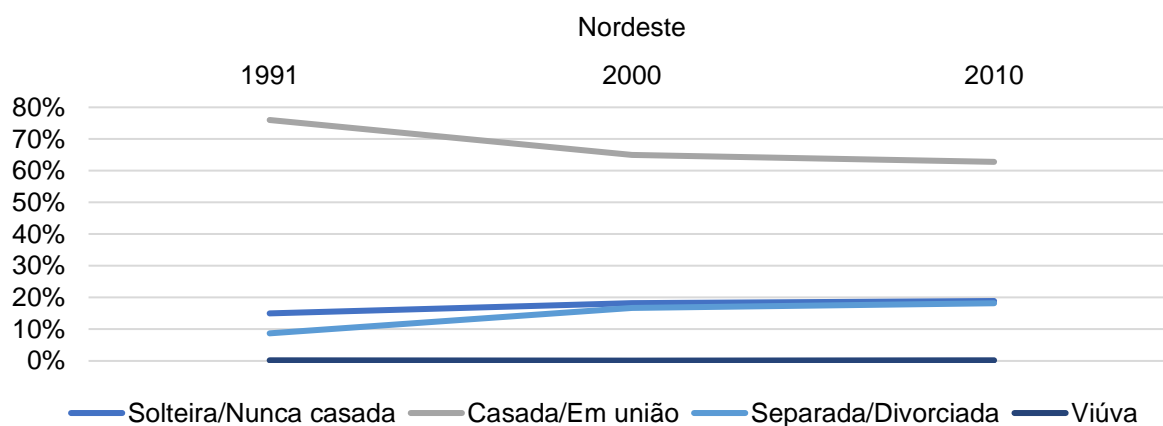
aumento observado entre 1991 e 2000, 17,0% para 20,0% (região Centro-Oeste) e 15,0% para 18,7% (região Sul), mas uma queda entre 2000 e 2010, 20,0% para 18,6% (região Centro-Oeste) e 18,7% para 15,9% (região Sul), enquanto o Nordeste do país teve um aumento entre 1991 e 2000, 15,0% para 18,2%, mas um valor praticamente igual ao observado em 2000 no ano de 2010, 18,9%.

**Gráfico 22 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Norte, 1991, 2000 e 2010**



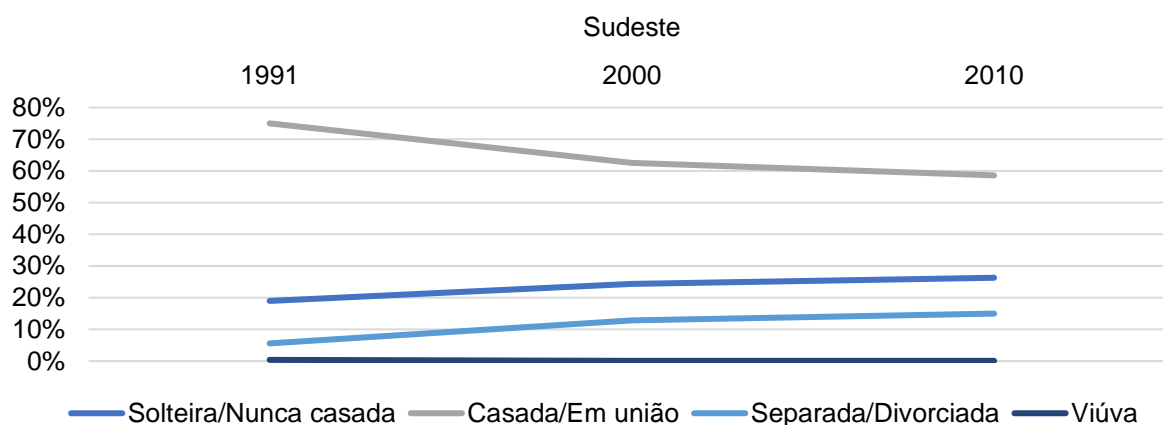
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 23 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010**



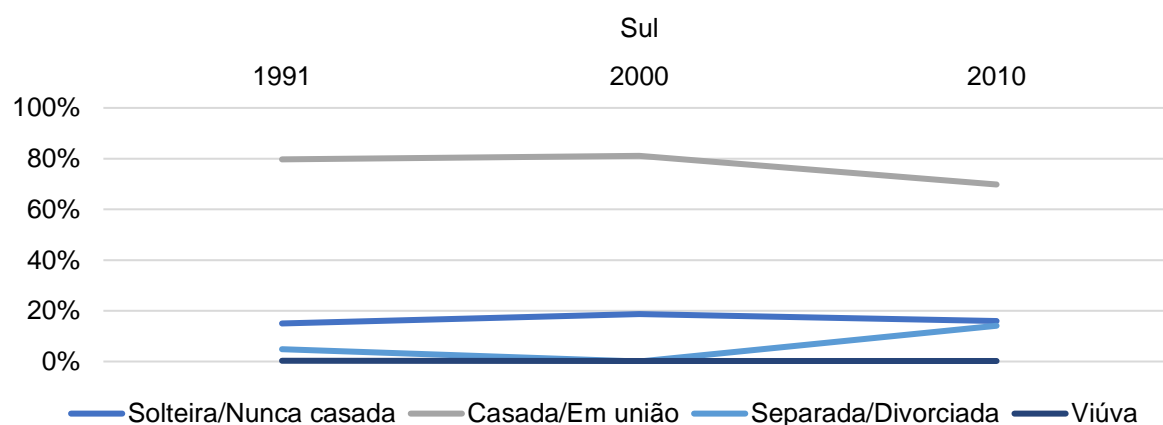
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 24 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010**



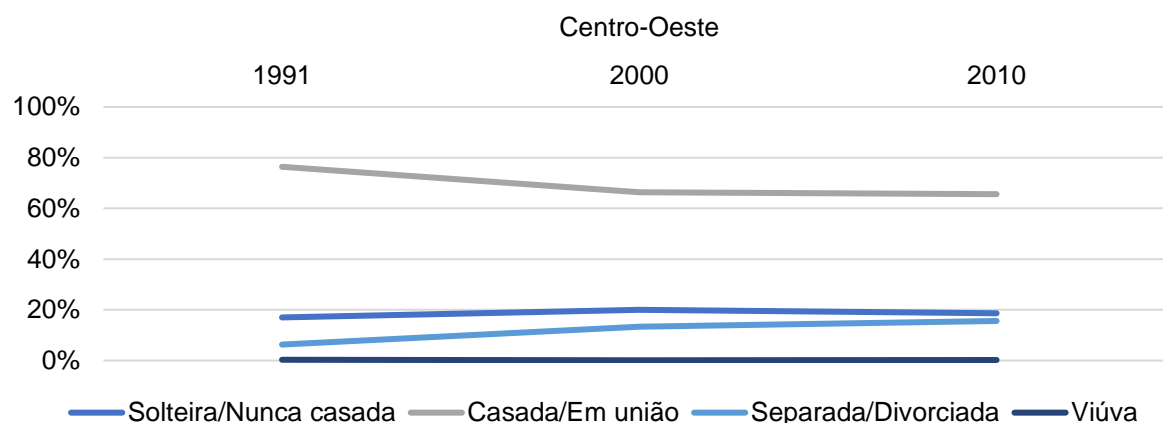
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 25 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Sul, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 26 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por status marital – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010**



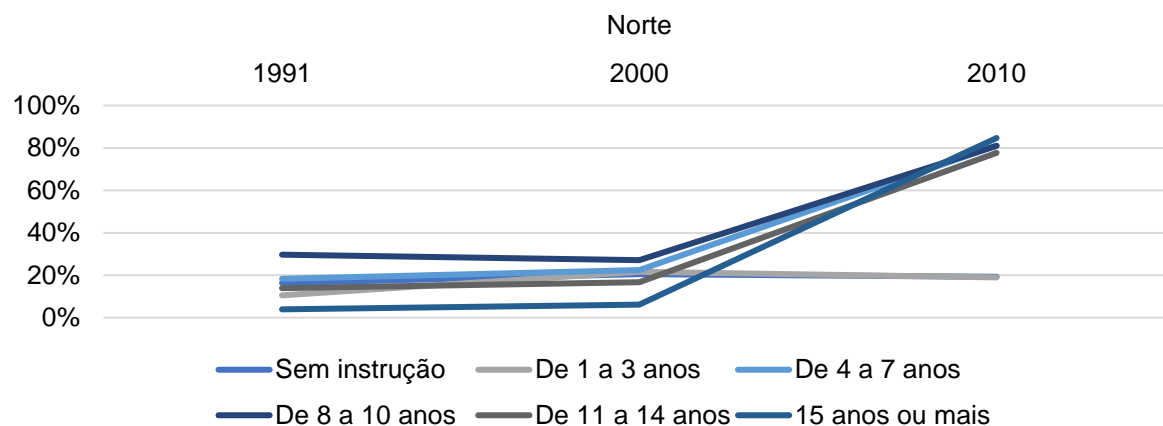
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Quando considerado o percentual de adolescentes entre 15 e 19 anos, mães e não mãe, segundo escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio, observa-se que, entre as adolescentes cujo responsável tem entre 8 e 10 anos de escolaridade (Ensino Fundamental II), a proporção de adolescentes mães é mais elevada. Como menor percentual de mães apresentado, para todas as macrorregiões e anos, tem-se os domicílios onde os responsáveis apresentam 15 anos ou mais de ensino (Ensino Superior ou mais).

Outro aspecto importante a ser notado diz respeito aos responsáveis que possuem escolaridade igual ou menor que 7 anos de estudo. Em 1991, observa-se que a não instrução entre os responsáveis por domicílios com a presença de adolescentes mães tendia a valores superior à indicação 1 a 3 anos de estudo (Pré-escola ou Ensino Infantil), mas um pouco inferiores à 4 a 7 anos de estudo (Ensino Fundamental I). Contudo, a partir dos anos 2000, exceto para as regiões Sul e Sudeste, os percentuais observados para esses três níveis de ensino passaram a ser muito próximos para todas as macrorregiões, havendo um crescimento percentual observado a partir de 8 a 10 anos de escolaridade (Ensino Fundamental II), seguido por pela queda percentual para as indicações 11 a 14 anos (Ensino Médio) e 15 anos ou mais de ensino (Ensino Superior ou mais).

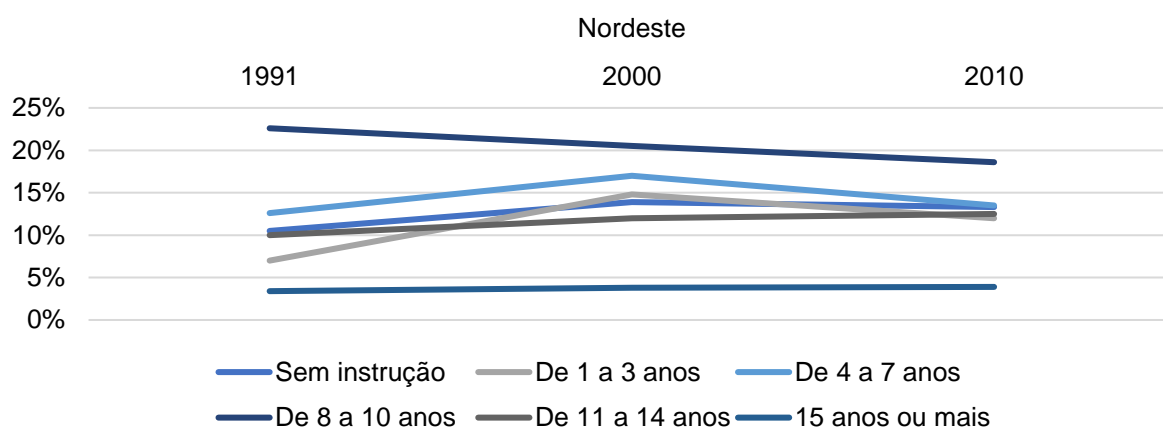
É importante ter em mente que a escolaridade dos responsáveis pode guardar relações com a composição da população para gerações mais velhas também com a relação da jovem com o responsável. Por exemplo, é possível que os responsáveis por domicílio com baixa instrução sejam na verdade avós, e não pais, das jovens, o que poderia indicar um outro tipo de relação domiciliar que possui estreita associação com gravidez adolescente.

**Gráfico 27 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Norte, 1991, 2000 e 2010**



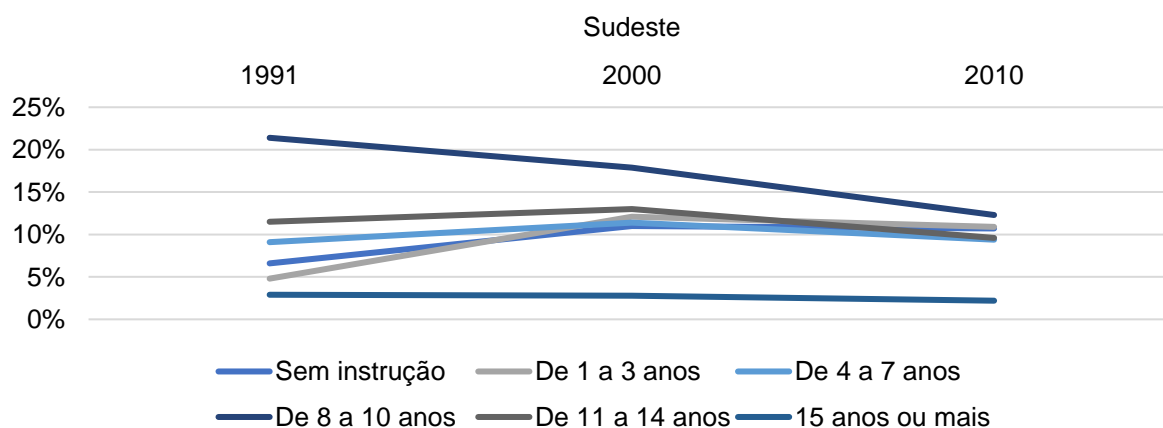
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 28 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010**



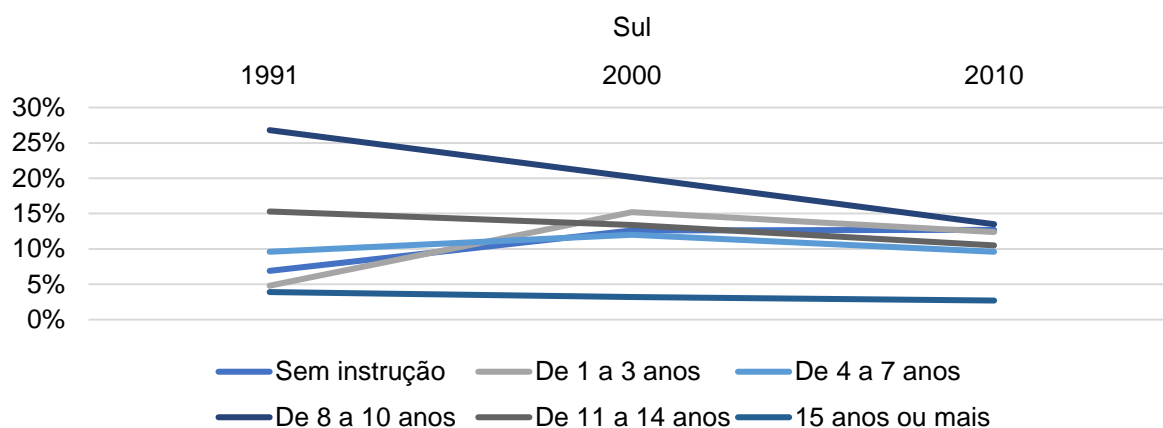
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 29 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Sudeste, 1991, 2000 e 2010**



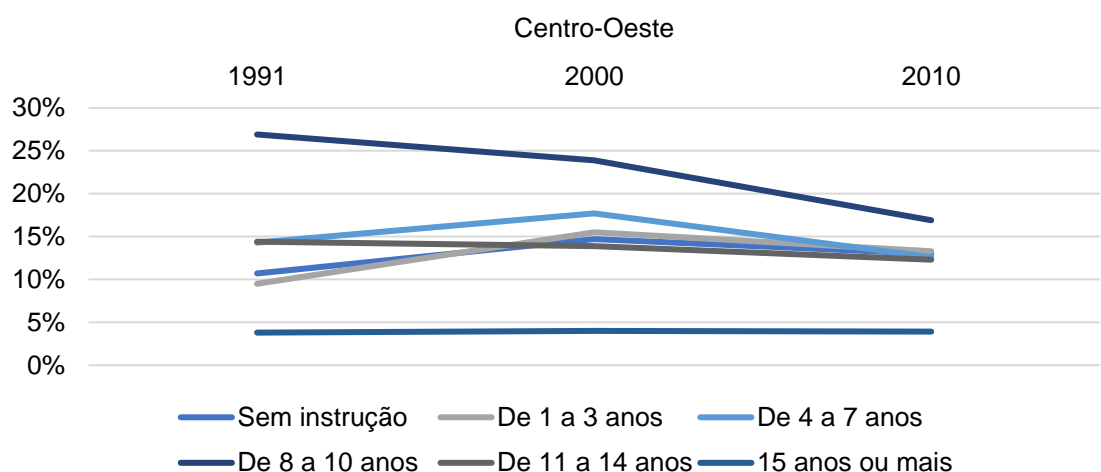
Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 30 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Sul, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**Gráfico 31 - Distribuição percentual das adolescentes mães entre 15 e 19 anos, por escolaridade do responsável pelo domicílio – Região Centro-Oeste, 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Quando considerada a distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença da mãe no domicílio e macrorregião, reconhece-se que a estrutura familiar observada nos domicílios das adolescentes também é bastante distinta. Através da Tabela 6, observa-se que a presença materna nos domicílios das adolescentes mães, apesar de ter aumentado ao longo das décadas, é bastante inferior quando comparada com a realidade das adolescentes que nunca tiveram uma criança nascida viva. Para o ano de 1991, por exemplo, entre as adolescentes que residiam com a mãe, aquelas que possuíam ao menos uma criança nascida viva representara entre 3,8% e 7,3% da população. Em contrapartida, entre as adolescentes que não

residiam no mesmo domicílio com a mãe, entre 30,1% e 37,4% tinham filhos nascidos vivos.

Além disso, identifica-se que a região Norte, em todos os anos em análise, apresenta os maiores percentuais indicativos da presença materna no domicílio da adolescente mãe, 7,3% (1991), 10,5% (2000) e 9,3% (2010), sendo seguida em todos os anos pelas regiões Centro-Oeste (5,1% (1991), 7,1% (2000) e 5,4% (2010)) e Nordeste (4,5% (1991), 7,1% (2000) e 6,6% (2010)). Já entre as adolescentes não mães, as três regiões onde há maior presença materna são a Sudeste (96,2% (1991), 94,3% (2000) e 95,3% (2010)), seguida pelas regiões Sul (96,0% (1991), 94,7% (2000) e 95,6% (2010)) e Nordeste (95,5% (1991), 92,9% (2000) e 93,4% (2010)).

**Tabela 6 - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença da mãe no domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010**

	A mãe reside no mesmo domicílio		A mãe não reside no mesmo domicílio	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>				
<b>Norte</b>	7,3% (21.762)	92,7% (274.948)	37,4% (68.946)	62,6% (115.571)
<b>Nordeste</b>	4,5% (68.795)	95,5% (1.453.429)	30,1% (200.466)	69,9% (464.699)
<b>Sudeste</b>	3,8% (79.448)	96,2% (2.009.249)	33,1% (222.887)	66,9% (450.706)
<b>Sul</b>	4,0% (28.961)	96,0% (696.814)	35,8% (99.999)	64,2% (179.406)
<b>Centro-Oeste</b>	5,1% (16.004)	94,9% (298.004)	34,9% (60.516)	65,1% (112.906)
<b>2000</b>				
<b>Norte</b>	10,5% (51.973)	89,5% (441.291)	42,3% (111.484)	57,7% (151.847)
<b>Nordeste</b>	7,1% (142.176)	92,9% (1.847.417)	37,4% (291.203)	62,6% (487.275)
<b>Sudeste</b>	5,7% (159.576)	94,3% (2.640.309)	37,6% (288.862)	62,4% (480.189)
<b>Sul</b>	5,3% (47.788)	94,7% (862.333)	39,3% (117.826)	60,7% (181.640)
<b>Centro-Oeste</b>	7,1% (30.599)	92,9% (397.665)	39,9% (76.014)	60,1% (114.418)
<b>2010</b>				
<b>Norte</b>	9,3% (50.666)	90,7% (492.682)	34,8% (95.054)	65,2% (178.291)
<b>Nordeste</b>	6,6% (30.599)	93,4% (400.000)	30,9% (95.054)	69,1% (204.946)



	(120.282)	(1.704.605)	(225.356)	(505.026)
<b>Sudeste</b>	4,7%	95,3%	27,4%	72,6%
	(122.314)	(2.464.695)	(186.615)	(494.993)
<b>Sul</b>	4,4%	95,6%	27,3%	72,7%
	(38.207)	(830.826)	(79.669)	(211.888)
<b>Centro-Oeste</b>	5,4%	94,6%	29,8%	70,2%
	(24.319)	(423.213)	(54.000)	(126.939)

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

A presença paterna, tanto para as adolescentes mães quanto não mães, tende a ser inferior à materna em todos os anos. Contudo, chama a atenção como as regiões com maior presença paterna não são as mesmas que a materna. Além disso, reconhece-se que, como já indicado para a presença materna, as adolescentes mães, apesar do aumento observado entre 1991 e 2000, tendem a ter percentuais indicativos de presença paterna bastante inferiores às adolescentes não mães, não ultrapassando 9,8% (região Norte em 2000). Além disso, observa-se que entre essas adolescentes, as regiões com maior predominância da presença paterna são, respectivamente, a Norte (9,8% das adolescentes que convivem com o pai são mães em 2000), seguida do Sudeste (4,8% das adolescentes que convivem com o pai são mães em 2000) e Nordeste do país (6,2% das adolescentes que convivem com o pai são mães em 2000). Por sua vez, para as adolescentes não mães, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste apresentam as maiores indicações da presença do pai no mesmo domicílio em 1991 (respectivamente, 96,2%, 96,0% e 95,5% das adolescentes que convivem com o pai não são mães) e 2000 (94,7% (Sul), 94,3% (Sudeste) e 92,9% (Nordeste e Centro-Oeste) das adolescentes que convivem com o pai não são mães). Em 2010 a região Sul (95,6%) e Sudeste (95,3%) mantém as posições iniciais, mas passam a ser seguidas somente pela região Centro-Oeste (94,6%).

**Tabela 7 - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença do pai no domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010**

	O pai reside no mesmo domicílio		O pai não reside no mesmo domicílio	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>				
<b>Norte</b>	6,6%	93,4%	32,7%	67,3%
	(16.820)	(238.508)	(73.889)	(152.011)
<b>Nordeste</b>	3,8%	96,2%	24,3%	75,7%
	(48.504)	(1.231.442)	(220.757)	(686.686)

<b>Sudeste</b>	3,2%	96,8%	24,3%	75,7%
	(54.977)	(1.690.035)	(247.359)	(769.920)
<b>Sul</b>	3,3%	96,7%	28,9%	71,1%
	(20.965)	(610.236)	(107.994)	(265.984)
<b>Centro-Oeste</b>	4,4%	95,6%	28,8%	71,2%
	(11.457)	(250.450)	(65.063)	(160.460)
<b>2000</b>				
<b>Norte</b>	9,8%	90,2%	35,5%	64,5%
	(40.189)	(369.168)	(123.268)	(223.970)
<b>Nordeste</b>	6,2%	93,8%	28,7%	71,3%
	(99.106)	(1.503.218)	(334.272)	(831.473)
<b>Sudeste</b>	4,8%	95,2%	25,9%	74,1%
	(107.308)	(2.145.793)	(341.130)	(974.704)
<b>Sul</b>	4,6%	95,4%	29,5%	70,5%
	(35.085)	(731.327)	(130.529)	(312.646)
<b>Centro-Oeste</b>	6,1%	93,9%	31,0%	69,0%
	(20.883)	(321.121)	(85.730)	(190.962)
<b>2010</b>				
<b>Norte</b>	8,8%	91,2%	28,8%	71,2%
	(39.244)	(407.200)	(106.476)	(263.774)
<b>Nordeste</b>	5,8%	94,2%	23,3%	76,7%
	(83.102)	(1.344.127)	(262.535)	(865.505)
<b>Sudeste</b>	4,0%	96,0%	18,5%	81,5%
	(80.673)	(1.952.197)	(228.257)	(1.007.492)
<b>Sul</b>	3,7%	96,3%	20,3%	79,7%
	(26.460)	(684.888)	(91.417)	(357.826)
<b>Centro-Oeste</b>	4,7%	95,3%	22,5%	77,5%
	(16.515)	(336.726)	(61.804)	(213.425)

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Por fim, através da Tabela 8 é possível reconhecer que, em concordância com o observado para o status marital das adolescentes mães e não mães, as adolescentes que indicaram possuir ao menos um filho nascido vivo tenderam a residir com o parceiro, enquanto, majoritariamente, as adolescentes não mães não conviviam com seus possíveis pares no domicílio. Contudo, não se pode desconsiderar que a presença do parceiro nos domicílios das adolescentes mães tendeu ao decréscimo ao longo dos anos, enquanto para as adolescentes não mães, a não indicação da convivência com o parceiro no domicílio, que já era alta em 1991, permaneceu praticamente constante ao longo dos anos (ultrapassando 90,0% em todos os anos em análise). Observa-se, através dos dados, que entre as adolescentes que indicaram residir com o parceiro no mesmo domicílio em 1991, entre 53,3% (região Sul) e 93,3% (região Nordeste) eram mães. Esses valores para os anos de 2000 e 2010 estiveram por sua vez,

respectivamente, entre 55,0% (região Sul) e 64,5% (região Norte) e entre 40,4% (região Sul) e 57,3% (região Norte).

Outro aspecto interessante a ser observado diz respeito as regiões que possuem, respectivamente, as maiores indicações da presença e ausência do parceiro no domicílio (Tabela 8). Observa-se que, para as adolescentes mães, a região sul possui os menores percentuais indicativos de não convivência da adolescente com o parceiro nos três anos em análise (53,3%, 55,0% e 40,4%), enquanto a região nordeste a maior em 1991 (93,3%) e a norte em 2000 (64,5%) e 2010 (57,3%).

**Tabela 8 - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo presença do parceiro no domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010**

	O parceiro reside no mesmo domicílio		O parceiro não reside no mesmo domicílio	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>				
<b>Norte</b>	62,3% (68.397)	37,7% (41.406)	6,0% (22.312)	94,0% (349.113)
<b>Nordeste</b>	93,3% (1.991.139)	6,7% (142.328)	3,8% (70.122)	96,2% (1.775.799)
<b>Sudeste</b>	58,9% (224.522)	41,1% (156.357)	3,3% (77.814)	96,7% (2.303.598)
<b>Sul</b>	53,3% (102.110)	46,7% (89.460)	3,3% (26.849)	96,7% (786.760)
<b>Centro-Oeste</b>	58,1% (57.884)	41,9% (41.783)	4,8% (18.637)	95,2% (369.127)
<b>2000</b>				
<b>Norte</b>	64,5% (106.033)	35,5% (58.326)	9,7% (57.424)	90,3% (534.813)
<b>Nordeste</b>	61,6% (279.931)	38,4% (174.270)	6,6% (153.448)	93,4% (2.160.422)
<b>Sudeste</b>	61,7% (278.933)	38,3% (172.895)	5,4% (169.505)	94,6% (2.947.603)
<b>Sul</b>	55,0% (118.183)	45,0% (96.832)	4,8% (47.431)	95,2% (947.141)
<b>Centro-Oeste</b>	60,5% (70.597)	39,5% (46.032)	7,2% (36.016)	92,8% (466.051)
<b>2010</b>				
<b>Norte</b>	57,3% (91.220)	42,7% (68.104)	8,3% (54.499)	91,7% (602.869)
<b>Nordeste</b>	51,7% (215.707)	48,3% (201.405)	6,1% (129.931)	93,9% (2.008.227)
<b>Sudeste</b>	49,7% (179.763)	50,3% (182.124)	4,4% (129.166)	95,6% (2.777.564)

<b>Sul</b>	40,4% (82.000)	59,6% (120.943)	3,7% (35.877)	96,3% (921.771)
<b>Centro-Oeste</b>	48,5% (51.102)	51,5% (54.292)	5,2% (27.217)	94,8% (495.860)

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

Pelos resultados expostos nesse capítulo, verifica-se, assim como indicado pela literatura, que quando considerada a fecundidade adolescente, meninas que engravidam precocemente tendem a (i) possuírem idade mais avançada (entre 18 e 19 anos), (ii) serem declaradas negras ou indígenas, (iii) não possuírem religião, além de terem um maior risco de (iv) não conviverem com os pais no domicílio e estarem (v) em união ou casadas. Contudo, quando considerado as relações com o responsável pelo domicílio, o status marital e a configuração de relações intra-domiciliares, observa-se que ao longo dos anos as adolescentes mães passaram a estar menos associadas à união ou casamento e, conseqüentemente, passaram a estar menos associadas à união com o responsável pelo domicílio e a convivência com um parceiro possível na mesma casa. Além disso, aumentou-se a chance de convívio dessas adolescentes com o pai e a mãe, principalmente entre 1991 e 2000.

## **6. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE ANÁLISE DE CLASSES LATENTES E DISCUSSÕES**

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussões da aplicação da Técnica de Análise de Classes Latentes. Como apresentado no capítulo metodológico, aplicou-se a técnica anteriormente citada com o intuito de definir os perfis das adolescentes brasileiras nos anos de 1991, 2000 e 2010 e, a partir desses, reconhecer diferenciações entre as adolescentes mães e não mães, assim como possíveis mudanças e permanências de características ao longo das décadas. Por fim, nesta seção, será também apresentada uma breve discussão da relação desses resultados com os observados no capítulo de resultados descritivos.

### 6.1. Perfis das adolescentes para os anos de 1991, 2000 e 2010

Para o ano de 1991, através da aplicação da Técnica de Análise de Classes Latentes para 6.912.791 casos<sup>19</sup>, foram estabelecidas arbitrariamente cinco classes principais para as adolescentes brasileiras. Reconhece-se que ao considerar apenas quatro classes latentes, a classe 4 (Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos), que será descrita a seguir, não era reconhecida, ou seja, ela não era revelada pelos dados. Por sua vez, ao impor arbitrariamente seis classes latentes, o programa forçava o estabelecimento de uma sexta classe extremamente próxima a outra estabelecida com a definição de cinco classes principais, o que não acrescentava novidades, tampouco melhorava a robustez das mesmas

A primeira e segunda classes representam, cada uma, cerca de 14% da população, enquanto as demais, respectivamente, 32%, 2% e 40% da população analisada, sendo pode ser observado na Tabela 9 abaixo.

**Tabela 9 - Prevalência das classes geradas através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 1991**

Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
0,1351	0,1413	0,3173	0,0193	0,3871

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

<sup>19</sup> Foram omitidos 10.633 casos devido a presença de *missing* em covariáveis.

Tabela 10 - Classes geradas para as adolescentes através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 1991<sup>20</sup>

		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
<b>Relação com o responsável pelo domicílio</b>	<b>Responsável</b>	0,0394	0,0043	0,0001	0,0025	0,0000
	<b>Esposa ou parceira</b>	0,0000	0,8213	0,0000	0,0130	0,0000
	<b>Filha</b>	0,0000	0,0000	0,9935	0,9833	0,9917
	<b>Sem relação ou outra relação</b>	0,9606	0,1743	0,0064	0,0012	0,0083
<b>Status marital</b>	<b>Solteira ou nunca casada</b>	0,9711	0,0000	0,9946	0,0000	0,9992
	<b>Casada ou em união</b>	0,0002	1,0000	0,0000	0,7018	0,0000
	<b>Alguma vez unida</b>	0,0288	0,0000	0,0054	0,2982	0,0008
<b>Participação na força de trabalho</b>	<b>Atua na força de trabalho</b>	0,4799	0,1832	0,7010	0,2667	0,0000
	<b>Não atua na força de trabalho</b>	0,5201	0,8168	0,2990	0,7333	1,0000
<b>Presença da mãe no domicílio</b>	<b>Sim, a mãe está no domicílio</b>	0,0955	0,0089	0,9807	0,9615	0,9782
	<b>Não, a mãe não está no domicílio</b>	0,9045	0,9911	0,0193	0,0385	0,0218
<b>Presença do pai no domicílio</b>	<b>Sim, o pai está no domicílio</b>	0,0108	0,0016	0,8077	0,7319	0,8734
	<b>Não, o pai não está no domicílio</b>	0,9892	0,9984	0,1923	0,2681	0,1266
<b>Presença do parceiro no domicílio</b>	<b>Sim, o parceiro está no domicílio</b>	0,0000	0,9998	0,0000	0,6870	0,0000
	<b>Não, o parceiro não está no domicílio</b>	1,0000	0,0002	1,0000	0,3121	1,0000
<b>Número de crianças nascidas vivas</b>	<b>Nenhuma criança nascida viva</b>	0,9391	0,4186	0,9611	0,3206	0,9876
	<b>Uma criança nascida viva</b>	0,0494	0,4349	0,0341	0,5323	0,0112
	<b>Duas ou mais crianças nascidas vivas</b>	0,0116	0,1465	0,0048	0,1470	0,0012

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

<sup>20</sup> A função "Icacov" estima as prevalências da população nas classes ou perfis gerados, que chamamos de "*marginal gamas*". Quando covariáveis estão presentes, elas devem ser interpretadas como taxas gerais de filiação à classe, calculadas sobre a distribuição das covariáveis.

A seguir são apresentadas as descrições de cada uma das classes, conseqüentemente, dos perfis observados para o ano de 1991:

**Classe 1 ou perfil “Nem responsável, nem esposa/parceira e nem filha”:**

Adolescentes que não possuem relação com o responsável pelo domicílio ou possuem outra relação que não a de esposa/companheira ou filha (96,1% de chance), são solteiras ou nunca casadas (97,1% de chance) e podem (45,0% de chance) ou não atuar na força de trabalho (52,0% de chance). Essas adolescentes não convivem no mesmo domicílio com os pais (90,5% de chance de não conviverem com a mãe e 0,9892 ou 98,9% de chance de não conviverem com o pai) ou parceiro (1,0000 ou 100,0% de chance) não possuem crianças nascidas vivas (0,9391 ou 93,9% de chance).

**Classe 2 ou perfil “Família jovem”:**

Casadas ou em união (100,0% de chance), essas adolescentes tendem a serem esposas ou parceiras do responsável pelo domicílio (82,1% de chance), apesar de poderem ter outra ou não possuírem relação com o responsável pelo domicílio (17,4% de chance). Tendendo a não atuarem na força de trabalho (81,7% de chance), demonstrando uma relação *breadwinner* tradicional, não convivem com os pais no mesmo domicílio (99,1% e 99,9% de chance de não conviverem, respectivamente, com a mãe e o pai) e possuem 58,1% de chance de ter ao menos uma criança nascida viva e 41,9% de chance de não ter tido filho nascido vivo. Quando declarada como tendo filhos nascidos vivos, tende a possuir apenas uma criança nascida viva (43,5% de chance).

**Classe 3 ou perfil “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho”:**

Filhas do responsável pelo domicílio (99,4% de chance), essas adolescentes são solteiras ou nunca unidas (99,5% de chance) e tendem a atuar na força de trabalho (70,1% de chance). Essas adolescentes tendem a conviver com os pais no domicílio (99,1% e 80,8% de chance de, respectivamente, conviverem com a mãe e o pai), mas não com um possível parceiro (100,0% de chance). Essas adolescentes não possuem crianças nascidas vivas (96,1% de chance). Esse é o segundo perfil mais prevalente em 1991, representando cerca de 31,7% da população em estudo.

**Classe 4 ou perfil “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”:** Filhas do responsável pelo domicílio (98,3% de chance), essas adolescentes tendem a estar unidas ou casadas (70,2% de chance), mas também possuem o risco de já terem estado unidas em algum momento (29,8% de chance). Não atuantes na força de trabalho (73,3% de chance), mas com certo risco de poderem atuar (26,7% de chance), convivem com a mãe no domicílio (96,2% de chance) e tendem a conviver com o pai (73,2% de chance), apesar de sua chance ser menor que a observada para as classes 3 (80,8% de chance) e 5 (87,3% de chance). Tendendo a conviver com o parceiro no mesmo domicílio (68,7% de chance), estão mais associadas à presença de uma criança nascida viva (67,9%), mas também podem não ter filhos (32,1% de chance). Esse é o perfil menos prevalente em 1991, representando cerca de 2,3% da população em estudo.

**Classe 5 ou perfil “Filhas nunca unidas sem filhos”:** Filhas do responsável pelo domicílio (99,2% de chance), essas adolescentes são solteiras ou nunca casadas (99,9% de chance) e não atuam na força de trabalho (100,0% de chance). Convivendo com os pais no domicílio (97,8% e 87,3% de chance de, respectivamente, conviverem com a mãe e o pai), mas não com um possível parceiro (100,0% de chance), essas adolescentes não possuem crianças nascidas vivas (98,8% de chance). Quando comparada com a classe 3 (80,8% de chance), apresenta uma maior chance de conviver com o pai no mesmo domicílio. Esse perfil é o mais prevalente em 1991, representando cerca de 38,7% da população em estudo.

Através da descrição acima e dos resultados da Tabela 10, observa-se que as adolescentes brasileiras que tenderam a ser reconhecidas como mães, quando não relacionadas ao perfil “Família jovem”, caracterizado pela não convivência no mesmo domicílio com os pais, tenderam a estar mais associadas a atuação na força de trabalho, em relação a todos os demais perfis, e a conviverem menos com o pai. Essas adolescentes também foram caracterizadas por um possível retorno à casa materna após a separação, assim como pela presença do parceiro no mesmo domicílio materno quando unidas ou casadas.

Por sua vez, as adolescentes com forte presença paterna e materna, representantes do perfil “Filhas nunca unidas sem filhos”, não só estiveram



menos associadas à gravidez precoce, mas também não atuavam na força de trabalho. Aquelas adolescentes que não foram reconhecidas como mães, mas que atuavam na força de trabalho, o perfil “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho”, tenderam a estar menos associadas à uma presença paterna no domicílio quando comparadas com as adolescentes do perfil “Filhas nunca unidas sem filhos”. As adolescentes representantes do perfil “Família jovem” tenderam não só a viver em um domicílio à parte dos pais, mas também a não atuar na força de trabalho, podendo indicar um possível perfil socioeconômico distinto das adolescentes do perfil “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos” ou mesmo uma compreensão distinta de papéis sociais da adolescente mãe. Pelo exposto, vale ressaltar que os perfis “Família jovem” e “Filhas nunca unidas sem filhos” podem ser considerados perfis de extremos opostos.

Partindo da literatura já estabelecida, pode-se afirmar que o perfil “Família jovem”, para o ano de 1991, vai ao encontro da discussão acerca da construção social clássica dos diferenciais entre sexos e a adoção de novos papéis sociais frente a transição gerada pela união e maternidade durante a adolescência (Gil Calvo, 2011; Schutz, 1989; Goffman, 1999). Além disso, os perfis “Filhas nunca unidas sem filhos” e “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho”, em grande medida, sustentam os achados de Marchetta e Sahn (2015) acerca da influência da origem familiar na inserção na força de trabalho. Sabe-se, segundo os autores, que a ausência paterna no domicílio muito influencia na atuação da adolescente em atividades laborais.

Verifica-se também através dos perfis gerados, apesar da dificuldade de compreensão entre a ordem causal quando considerado a gravidez na adolescência e a união ou casamento, que a forte associação entre uma gravidez precoce e a união ou casamento e convivência com um possível parceiro também reflete o estabelecido pela literatura, onde casamentos prematuros são acompanhados pelo nascimento de uma criança (Darroch et al., 2016). Ademais, não se pode desconsiderar para esses perfis o efeito da estrutura familiar de origem e a indicação de uma gravidez precoce. Como indicado por Woodward e colegas (2001), assim como Silva (2017) e Tissot & Falcke (2018), viver em um domicílio com apenas um dos pais coloca uma jovem em risco elevado de

gravidez precoce, mesmo considerando os efeitos de outros fatores de confusão e intervenção (fatores sociais, familiares e individuais da infância). Como é observado através dos perfis “Filhas nunca unidas sem filhos”, “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força trabalho” e “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”, adolescentes com maiores chances de conviverem com ambos os pais em casa tendem a estarem menos associadas ao risco da maternidade.

Para o ano 2000, através da aplicação da Técnica de Análise de Classes Latentes para 8.786.779 casos<sup>21</sup>, reconheceu-se, mais uma vez, cinco classes principais para as adolescentes brasileiras. A definição do número de classes, novamente, se deu de forma arbitrária ao concluir que ao considerar apenas quatro classes latentes, a classe 4 (Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos) não emergia dos dados. Por sua vez, seis classes latentes levavam ao estabelecimento de uma sexta classe extremamente próxima a outra estabelecida com a definição de cinco classes principais.

Para o segundo ano em análise, a primeira classe representa cerca de 11% da população, enquanto as demais, respectivamente, 14%, 41%, 3% e 31% da população analisada.

**Tabela 11 - Prevalência das classes geradas através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2000**

<b>Classe 1</b>	<b>Classe 2</b>	<b>Classe 3</b>	<b>Classe 4</b>	<b>Classe 5</b>
0,1104	0,1431	0,4053	0,0332	0,3079

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

<sup>21</sup> Foram omitidos 135.105 casos devido a presença de *missing* nas covariáveis.

Tabela 12 - Classes geradas para as adolescentes através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2000

		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
<b>Relação com o responsável pelo domicílio</b>	<b>Responsável</b>	0,0637	0,0202	0,0001	0,0044	0,0000
	<b>Esposa ou parceira</b>	0,0000	0,7683	0,0000	0,0000	0,0000
	<b>Filha</b>	0,0000	0,0000	0,9941	0,9916	0,9870
	<b>Sem relação ou outra relação</b>	0,9363	0,2115	0,0058	0,004	0,0129
<b>Status marital</b>	<b>Solteira ou nunca casada</b>	0,9225	0,0000	0,9900	0,0000	0,9983
	<b>Casada ou em união</b>	0,0012	1,0000	0,0000	0,4718	0,0000
	<b>Alguma vez unida</b>	0,0763	0,0000	0,0100	0,5282	0,0017
<b>Participação na força de trabalho</b>	<b>Atua na força de trabalho</b>	0,4839	0,3251	0,6517	0,4272	0,0900
	<b>Não atua na força de trabalho</b>	0,5161	0,6749	0,3483	0,5728	0,9100
<b>Presença da mãe no domicílio</b>	<b>Sim, a mãe está no domicílio</b>	0,1184	0,0000	0,9782	0,9641	0,9794
	<b>Não, a mãe não está no domicílio</b>	0,8816	1,0000	0,0218	0,0359	0,0206
<b>Presença do pai no domicílio</b>	<b>Sim, o pai está no domicílio</b>	0,0297	0,0001	0,7838	0,6802	0,8449
	<b>Não, o pai não está no domicílio</b>	0,9703	0,9999	0,2162	0,3198	0,1551
<b>Presença do parceiro no domicílio</b>	<b>Sim, o parceiro está no domicílio</b>	0,0000	0,9991	0,0000	0,4437	0,0000
	<b>Não, o parceiro não está no domicílio</b>	1,0000	0,0009	1,0000	0,5563	1,0000
<b>Número de crianças nascidas vivas</b>	<b>Nenhuma criança nascida viva</b>	0,8989	0,3903	0,9418	0,2702	0,9944
	<b>Uma criança nascida viva</b>	0,0812	0,4550	0,0525	0,5807	0,0056
	<b>Duas ou mais crianças nascidas vivas</b>	0,0199	0,1547	0,0057	0,1492	0,0000

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

A seguir são apresentadas as descrições das classes e, conseqüentemente, dos perfis observados para o ano de 2000:

**Classe 1 ou perfil “Nem responsável, nem esposa/parceira e nem filha”:**

Adolescentes que não possuem ou possuem outra relação com o responsável pelo domicílio (93,6% de chance), são solteiras ou nunca casadas (92,3% de chance) e podem (48,4% de chance) ou não (51,6% de chance) atuar na força de trabalho. Essas adolescentes não convivem no mesmo domicílio com os pais (88,2% e 97,0% de chance de, respectivamente, não conviverem com a mãe e o pai) ou parceiro (100,0% de chance) e não possuem crianças nascidas vivas (89,9% de chance).

**Classe 2 ou perfil “Família jovem”:**

Casadas ou em união (100,0% de chance), essas adolescentes tendem a serem esposas ou parceiras do responsável pelo domicílio (76,8% de chance), apesar de poderem ter outra ou não possuírem relação com o responsável pelo domicílio (21,2% de chance). Tendendo a não atuarem na força de trabalho (67,5% de chance), não convivem com os pais no mesmo domicílio (100,0% de chance) e podem ter (61,0% de chance) ou não (39,0% de chance) alguma criança nascida viva. Quando reconhecida como mãe, tende a possuir apenas uma criança nascida viva (45,5% de chance).

**Classe 3 ou perfil “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho”:**

Filhas do responsável pelo domicílio (99,4% de chance), essas adolescentes são solteiras ou nunca casadas (99,0% de chance) e tendem a atuar na força de trabalho (65,2% de chance). Essas adolescentes tendem também a conviver com os pais no domicílio (97,8% e 78,4% de chance de, respectivamente, conviverem com a mãe e o pai), mas não com um possível parceiro (100,0% de chance). Essas adolescentes não possuem crianças nascidas vivas (94,2% de chance). Esse é o perfil mais prevalente em 2000, representando cerca de 41,0% da população em estudo.

**Classe 4 ou perfil “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”:**

Filhas do responsável pelo domicílio (99,2% de chance), essas adolescentes tendem a já terem estado unidas em algum momento (52,8% de chance), mas também possuem o risco ainda estarem (47,2% de chance). Podendo atuar (52,3% de

chance) ou não na força de trabalho (42,7% de chance), convivem com a mãe no domicílio (96,4% de chance) e tendem a conviver com o pai (68,0% de chance). Não tendendo mais a conviverem com o parceiro no mesmo domicílio (55,6% de chance), estão mais associadas à presença de uma criança nascida viva (73,0%), mas também podem não ter filhos (apenas 27,0% de chance de não os ter). Esse é o perfil menos prevalente em 2000, representando cerca de 3,3% da população em estudo.

**Classe 5 ou perfil “Filhas nunca unidas sem filhos”:** Mesmo perfil observado para 1991, essa classe é constituída pelas filhas do responsável pelo domicílio (98,7% de chance), adolescentes solteiras ou nunca casadas (99,8% de chance) e que não atuam na força de trabalho (91,0% de chance). Convivendo com os pais no domicílio (97,9% e 84,5% de chance de, respectivamente, conviverem com a mãe e o pai), mas não com um possível parceiro (100,0% de chance), essas adolescentes não possuem crianças nascidas vivas (99,4% de chance). Quando comparada com a classe 3 (78,4% de chance), apresenta uma maior chance de conviver com o pai no mesmo domicílio (84,5% de chance). Esse é o segundo perfil mais prevalente em 2000, representando cerca de 31,0% da população em estudo.

Através da descrição acima e dos resultados da Tabela 12, observa-se que os perfis das adolescentes brasileiras em 2000 são os mesmos observados para 1991. Contudo, alguns riscos mudam com o passar da década, assim como a prevalência de cada grupo.

Primeiramente, reconhece-se que o perfil “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho” sofreu um aumento de sua prevalência, representando cerca de 41% da população em estudo em 2000, enquanto em 1991 representava cerca de 32% da população. Por sua vez, o perfil “Filhas nunca unidas sem filhos” sofreu a redução mais significativa entre as classes geradas, representando cerca de 31% da população em 2000, enquanto em 1991 esse valor era de 38%. Outro perfil que sofre aumento é aquele que representa as adolescentes “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”. Apesar de em termos absolutos o perfil representar uma parcela muito pequena da população, prevalência aumenta para 3% em 2000 em oposição ao valor de

2% em 1991. As demais classes mantiveram suas frequências praticamente constantes.

Em segundo lugar, observa-se que as adolescentes representantes do perfil “Família jovem”, apesar de ainda estarem fortemente associadas a não atuação na força de trabalho, passam a ter uma maior associação com a possibilidade de atuação. Além disso, a relação com a presença de pelo menos criança nascida viva fica mais evidente para o perfil.

Outro perfil que chama a atenção é o das adolescentes “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”. No ano de 2000 essas adolescentes passam estar mais associadas à separação ou viuvez (alguma vez unidas), do que à união ou casamento. Além disso, ainda que tenham adolescentes que convivam com o parceiro, o perfil passou a estar mais associado a ausência desse no domicílio. Reduz-se também a chance da presença paterna para o perfil.

Por fim, no ano de 2010 um novo perfil surge, assim como se reconfiguram parte dos perfis observados nos anos de 1991 e 2000. Para o ano 2010, através da aplicação da Técnica de Análise de Classes Latentes para 8.366.389 casos<sup>22</sup>, reconheceu-se seis classes principais para as adolescentes brasileiras. Admite-se, mais uma vez, que a definição do número de perfis se deu de forma arbitrária ao concluir que manter cinco classes excluiria um perfil distinto aparente ao estabelecer mais uma classe e que considerar sete classes levaria a criação de uma nova muito similar à uma secundária.

Para o ano de 2010, a primeira classe representa cerca de 7% da população, enquanto as demais, respectivamente, 15%, 28%, 4%, 40% e 5% da população analisada.

**Tabela 13 - Prevalência das classes geradas através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2010**

<b>Classe 1</b>	<b>Classe 2</b>	<b>Classe 3</b>	<b>Classe 4</b>	<b>Classe 5</b>	<b>Classe 6</b>
0,0771	0,1485	0,2774	0,0448	0,3990	0,0533

**Fonte:** Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

<sup>22</sup> Foram omitidos 49.247 casos devido a presença de *missing* nas covariáveis.

Tabela 14 - Classes geradas para as adolescentes através da aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes - Brasil, 2010

		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
<b>Relação com o responsável pelo domicílio</b>	<b>Responsável</b>	0,0000	0,1247	0,0150	0,0229	0,0123	0,2337
	<b>Esposa ou parceira</b>	0,0000	0,5373	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	<b>Filha</b>	0,0000	0,1117	0,9650	0,9404	0,9672	0,0000
	<b>Sem relação ou outra relação</b>	1,0000	0,2262	0,0201	0,0366	0,0204	0,7663
<b>Status marital</b>	<b>Solteira ou nunca casada</b>	0,9830	0,0000	0,9837	0,5315	0,9876	0,8290
	<b>Casada ou em união</b>	0,0010	1,0000	0,0032	0,0073	0,0028	0,0046
	<b>Alguma vez unida</b>	0,0160	0,0000	0,0132	0,4613	0,0096	0,1664
<b>Participação na força de trabalho</b>	<b>Atua na força de trabalho</b>	0,2180	0,4006	0,8192	0,4316	0,0000	0,5910
	<b>Não atua na força de trabalho</b>	0,7820	0,5994	0,1808	0,5684	1,0000	0,4090
<b>Presença da mãe no domicílio</b>	<b>Sim, a mãe está no domicílio</b>	0,2687	0,1199	0,9777	0,9490	0,9753	0,0640
	<b>Não, a mãe não está no domicílio</b>	0,7313	0,8801	0,0223	0,0510	0,0247	0,9360
<b>Presença do pai no domicílio</b>	<b>Sim, o pai está no domicílio</b>	0,0839	0,0825	0,7804	0,6525	0,8148	0,0169
	<b>Não, o pai não está no domicílio</b>	0,9161	0,9175	0,2196	0,3475	0,1852	0,9831
<b>Presença do parceiro no domicílio</b>	<b>Sim, o parceiro está no domicílio</b>	0,0000	0,9969	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	<b>Não, o parceiro não está no domicílio</b>	1,0000	0,0031	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
<b>Número de crianças nascidas vivas</b>	<b>Nenhuma criança nascida viva</b>	0,9838	0,5033	0,9953	0,3137	0,9932	0,8402
	<b>Uma criança nascida viva</b>	0,0158	0,4057	0,0047	0,5937	0,0066	0,1299
	<b>Duas ou mais crianças nascidas vivas</b>	0,0004	0,0911	0,0000	0,0926	0,0002	0,0298

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

A seguir são apresentadas as descrições das classes e, conseqüentemente, dos perfis observados para o ano de 2010:

**Classe 1 ou perfil “Nem responsável, nem esposa/parceira e nem filha”:**

Adolescentes que não possuem ou possuem outra relação com o responsável pelo domicílio (100,0% de chance), são solteiras ou nunca casadas (98,3% de chance) e tendem a não atuar na força de trabalho (78,2% de chance). Essas adolescentes não convivem no mesmo domicílio com os pais (73,1% e 91,6% de chance de, respectivamente, não conviveram com a mãe e o pai) ou parceiro (100,0% de chance) e não possuem crianças nascidas vivas (98,4% de chance).

**Classe 2 ou perfil “Família jovem”:**

Casadas ou em união (100,0% de chance), essas adolescentes tendem a serem esposas ou parceiras do responsável pelo domicílio (53,7% de chance), apesar de poderem ter outra ou não possuírem relação com o responsável pelo domicílio (22,6% de chance), indicando, em alguma medida, a possibilidade de residir com os familiares de um possível parceiro após casada ou unida. Podendo atuar (40,1% de chance) ou não na força de trabalho (69,9% de chance), não convivem com os pais no mesmo domicílio (88,0% e 91,8% de chance de, respectivamente, não conviveram com a mãe e o pai) e poder ter (49,7% de chance) ou não (50,3% de chance) alguma criança nascida viva. Quando reconhecida como mãe, tende a possuir apenas uma criança nascida viva (40,6% de chance).

**Classe 3 ou perfil “Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho”:**

Filhas do responsável pelo domicílio (96,5% de chance), essas adolescentes são solteiras ou nunca casadas (98,4% de chance) e tendem a atuar na força de trabalho (81,9% de chance). Essas adolescentes tendem a conviver com os pais no domicílio (97,8% e 78,0% de chance de, respectivamente, conviveram com a mãe e o pai), mas não com um possível parceiro. Essas adolescentes não possuem crianças nascidas vivas. Esse é segundo o perfil mais prevalente em 2010, representando cerca de 27,7% da população em estudo.

**Classe 4 ou perfil “Solteiras ou alguma vez unidas e filhas dos responsáveis” ou o antigo “Filhas unidas ou alguma vez unidas com**



**filhos”**: Filhas do responsável pelo domicílio (94,0% de chance), essas adolescentes tendem a serem solteiras ou nunca casadas (53,2% de chance) ou a já terem estados unidas em algum momento (46,1% de chance). Podendo atuar (43,2% de chance) ou não na força de trabalho (56,8% de chance), convivem com a mãe no domicílio (94,9% de chance) e tendem a conviver com o pai (65,3% de chance), mas podem não conviver com esse (34,8% de chance). Não convivendo com o parceiro no mesmo domicílio (100,0% de chance), estão mais associadas à presença de uma criança nascida viva (59,4% de chance), mas também podem não ter filhos (31,4% de chance), indicando dessa forma a possibilidade de um retorno ou permanência à casa materna e/ou materna e paterna após uma união sem sucesso que não necessariamente resultou no nascimento de uma criança nascida viva.

**Classe 5 ou perfil “Filhas nunca unidas sem filhos”**: Mesmo perfil observado para 1991, essa classe é constituída pelas filhas do responsável pelo domicílio (96,7% de chance), adolescentes solteiras ou nunca casadas (98,8% dos casos) e que não atuam na força de trabalho (100,0% dos casos). Convivendo com os pais no domicílio (97,5% e 81,5% de chance de, respectivamente, conviveram com a mãe e o pai), mas não com um possível parceiro (100,0% de chance), essas adolescentes não possuem crianças nascidas vivas (9,3% de chance). Quando comparada com as classes 3 (78,0%), apresenta uma chance um pouco maior de conviver com o pai no mesmo domicílio (81,5% de chance). Esse é o perfil mais prevalente em 2010, representando cerca de 39,9% da população em estudo.

**Classe 6 ou perfil “Nem esposa/parceira e nem filha”**: Sem relação ou possuindo outra relação com o responsável pelo domicílio (76,6% de chance), as adolescentes desse perfil são solteiras ou nunca casadas (82,9% de chance), apesar de já poderem ter estado unidas em algum momento (16,7% de chance), assim como podem ser indicadas como responsável pelo domicílio (23,4% de chance). A maioria tem chance de estar na força de trabalho (59,1% de chance), não convivem com os pais (93,6% e 98,3% de chance de, respectivamente, não conviveram com a mãe e o pai), nem com um possível parceiro. Tendem a não possuírem crianças nascidas vivas (84,0% de chance). Esse é o segundo

perfil menos prevalente em 2010, representando cerca de 5,3% da população em estudo.

Em termos gerais, através dos resultados das Tabelas 13 e 14, verifica-se que, entre 2000 e 2010, as prevalências dos perfis “Nem responsável, nem esposa/parceira e nem filha” e “Filhas nunca unidas sem filhos” reduziram, enquanto “Solteiras ou filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”, ou antigo “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”, e o perfil “Filhas nunca unidas sem filhos” aumentaram, sendo o ganho desse último mais significativo, apesar da queda observada entre 1991.

Em uma análise que considere um maior salto temporal, observa-se através das comparações das prevalências dos perfis gerados para os anos de 1991 e 2010 que o perfil “Nem responsável, nem esposa/parceira e nem filha” sofreu uma redução de cerca de 43,0% entre as duas décadas. Observa-se também que para o mesmo período a classe “Família jovem” se manteve praticamente estável em termos proporcionais totais não apenas entre 1991 (14,1%) e 2010 (14,9%), mas também entre 1991 (14,1%) e 2000 (14,3%) e 2000 (14,3%) e 2010 (14,9%). Contudo, o mesmo comportamento não é observado para o perfil “Desejado, mas atuante na força de trabalho”, que apesar de ser a segunda classe mais prevalente nos anos em estudo, ela sofre um aumento entre 1991 (31,7%) e 2000 (40,5%), mas uma queda considerável entre 2000 (40,5%) e 2010 (27,7%), chegando a um patamar inferior ao observado no primeiro ano em estudo.

Ainda acerca das prevalências dos perfis gerados, observa-se que o perfil “Filhas nunca unidas sem filhos” é o mais prevalente em 1991 (38,7%) e 2010 (39,9%) e o segundo mais em 2000 (30,8%). Assim sendo, verifica-se que o perfil mantém valores proporcionais totais muito próximos entre 1991 e 2010, apesar de uma queda ter sido observada no ano de 2000. Ademais, em oposição ao perfil anteriormente apresentado, verifica-se que o perfil “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos” é o menos prevalente entre os anos, não ultrapassando em termos proporcionais totais o valor de 4,5% (2010), mas o que mais sofre alterações ao longo do tempo e sofre aumentos relativos de sua prevalência. Afirma-se que esse último grupo, em termos relativos, aumenta sua prevalência em cerca de 75,0% entre 1991 e 2000 e cerca de 35,0% entre 2000 e 2010. Por fim, no ano de 2010 surge o perfil “Nem esposa/parceira e nem filha”,

que apesar de representar apenas 5,3% da população em estudo, ainda é mais prevalente naquele ano do que o perfil Filhas nunca unidas sem filhos”.

Observa-se também, por meio da descrição dos perfis acima, que em 2010 o perfil “Família jovem” passou a ser menos delimitado que nos anteriores em análise. Primeiramente, observa-se que, diferentemente do indicado para 1991 e 2000, a associação da união ou casamento com a possibilidade de residir com o parceiro em uma residência sem a presença de familiares da adolescente ou do parceiro, para o perfil, tornou-se mais fraca. Como indicado na descrição das adolescentes pertencentes ao perfil “Família jovem” em 2010, o aumento da chance de as adolescentes terem outra ou não possuírem relação com o responsável pelo domicílio (22,6% de chance), indica, em alguma medida, a possibilidade de residir com os familiares do parceiro após a união. Além disso, ainda que a associação dessas adolescentes à união e casamento seja extremamente forte, a associação com uma gravidez precoce, em alguma medida, foi reduzida, já que a chance de não possuírem nenhuma criança nascida viva, ao longo do período em análise, aumentou.

Através das Tabelas 10, 12 e 14, verifica-se que, apesar do risco de estarem casadas ou em união ser de 100,0% para os três anos em estudo, quando considerada a relação com o responsável pelo domicílio, a chance das adolescentes pertencentes ao perfil “Família jovem” serem esposas ou parceiras do responsável pelo domicílio era de 82,1%, em 2000 esse valor passa a ser de 76,8% e em 2010 de 53,7%. Em contrapartida, o risco de não ou outra relação com o responsável passa de 17,4% em 1991, para 21,2% em 2000 e 22,6% em 2010, ou seja, um crescimento de cerca de 29,9% entre 1991 e 2010. Quando considerada a participação na força de trabalho por essas jovens, observa-se que o risco associado a não atuação era 81,7% em 1991, mas que esse passou a ser de 51,6% em 2000 e de 59,9% em 2010, ou seja, um aumento de cerca de 36,4% entre 1991 e 2010. Por fim, quando considerado o risco de um nascimento vivo por essas adolescentes, identifica-se que em 1991 a chance dessas meninas não terem nenhuma criança era de 41,9%, essa passou a ser de 39,0% em 2000 e em 2010 esse valor chegou a 50,3%, ou seja, um aumento de cerca de 20,0% entre 1991 e 2010.

Outra mudança importante diz respeito ao perfil “Solteiras ou filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos” ou o antigo “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos”. Observa-se que as adolescentes representantes desse perfil passaram a estar menos associadas à união ou casamento, assim como a presença do parceiro no domicílio, com o passar das décadas. Reconhece-se através dos resultados de 2010, que há a possibilidade de um retorno ou permanência das adolescentes desse perfil à casa materna e/ou materna e paterna após uma união sem sucesso que não necessariamente resultou no nascimento de uma criança nascida viva, já que a chance de serem indicadas como Alguma vez unidas e de não terem tido nenhuma criança nascida viva aumentou ao longo dos anos em análise. Esse achado também pode indicar uma maior aceitação familiar ao longo dos anos de um divórcio ou separação da adolescente, tornando o retorno dessa para o domicílio de origem mais aceitável. Além disso, ainda que a chance da experiência desse grupo com a gravidez precoce seja maior que a da não maternidade, as representantes desse perfil passaram a ser mais reconhecidas como solteiras ou nunca casadas, o que também pode indicar uma maior aceitação familiar de uma gravidez precoce não associada à união.

Através das tabelas 10, 12 e 14, verifica-se que, apesar do alto risco de serem filhas do responsável pelo domicílio, risco esse de quase 100,0% para os três anos em estudo, quando considerado o status marital, a chance das adolescentes pertencentes ao perfil “Solteiras ou filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos” estarem ou já terem estado unidas era, respectivamente, de 70,2% e 29,8% em 1991, passado a ser de 47,2% e 52,8% em 2000 e de 0,7% e 46,1% em 2010, ou seja, o risco da adolescente representante desse perfil estar casada ou em união reduziu praticamente à zero no ano de 2010, enquanto o risco de já ter estado unido aumentou cerca de 54,7% entre 1991 e 2010. Quando considerada a participação na força de trabalho por essas jovens, observa-se que o risco associado a não atuação era 81,7% em 1991, mas que esse passou a ser de 51,6% em 2000 e de 59,9% em 2010, ou seja, um aumento de cerca de 36,4% entre 1991 e 2010. Quando considerado o risco de um nascimento vivo por essas adolescentes, identifica-se que em 1991 a chance dessas meninas não terem nenhuma criança era de 32,1%, essa passou a ser

de 27,0% em 2000 e em 2010 esse valor chegou a 31,4%, ou seja, se manteve praticamente constante entre 1991 e 2010, apesar da queda observada entre 1991 e 2000.

Não se pode desconsiderar, em uma leitura conjunta dos perfis gerados, a influência da presença materna e paterna, mas principalmente, paterna no demais resultados. Observa-se que a ausência materna tende a estar mais associada à uma possível saída da adolescente do domicílio de origem devido à uma possível união, exceto quando considerado o perfil “Nem responsável, nem esposa/parceira e nem filha”, que aparenta indicar contextos em que a adolescente convive com outros familiares ou não familiares pela ausência materna e paterna completa ou pela possibilidade de a adolescente residir com um ou ambos os pais no domicílio de outro familiar ou não familiar indicado como responsável. Contudo, quando considerada a ausência paterna, que apresenta, diferentemente da presença/ausência materna, valores que indicam chances de presença que variam muito entre os perfis, reconhece-se que essa está fortemente associada à atuação da adolescente na força de trabalho quando não unida, apesar da união, ao longo dos anos, reduzir a associação com a não atuação na força de trabalho.

Reconhece-se também que o perfil de adolescentes associado a não relação ou outra relação com o responsável pelo domicílio se dividiu em dois. Um novo perfil surge em 2010, onde a chefia do domicílio se torna uma possibilidade mais expressiva para essas adolescentes que, apesar de tenderem a serem reconhecidas como não mães e solteiras ou nunca casadas, podem já terem estado unidas, assim como já ter tido uma criança nascida viva.

Por fim, considerando o risco da maternidade adolescente, verifica-se através das Tabelas que em 1991 o maior risco da presença de apenas uma criança nascida viva estava associado ao perfil “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos” (43,5% de chance), enquanto o menor risco ao perfil “Filhas nunca unidas sem filhos” (1,1% de chance). Para aquele mesmo ano, a chance da adolescente ter tido duas crianças ou mais nascidas vivas também esteve mais associada ao perfil “Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos” (14,7% de chance), enquanto o menor risco ao perfil “Filhas nunca unidas sem filhos” (0,1% de chance). Em 2000 e 2010 os perfis permaneceram os mesmos para as

adolescentes com maiores (58,1% em 2000 e 59,4% em 2010) e menores (0,6% em 2000 e 0,7% em 2010) riscos de terem uma criança nascida viva e para as adolescentes com maiores (15,5% em 2000 e 9,3% em 2010) e menores (0,0% em 2000 e 2010) riscos de terem duas crianças ou mais nascidas vivas.

## **7. CONCLUSÃO**

Este estudo teve como objetivo caracterizar os perfis das adolescentes brasileiras entre 15 e 19 anos de idade, residentes nas diversas macrorregiões do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010. Para isso, foram estabelecidos dois objetivos específicos: definir os perfis das adolescentes brasileiras considerando uma variedade de variáveis relacionadas à estrutura domiciliar, tipos de relações interpessoais intra-domiciliares e seus papéis sociais, e identificar semelhanças e diferenças ao longo do tempo entre as adolescentes que se tornaram mães durante a adolescência e aquelas que nunca tiveram filhos nascidos vivos. As análises incluíram análises descritivas das variáveis sociodemográficas associadas às adolescentes brasileiras e a aplicação da técnica de Análise de Classes Latentes para definir os perfis de interesse.

Durante o período analisado, observaram-se mudanças significativas nas características sociodemográficas das adolescentes mães e não mães, com disparidades marcantes entre as diferentes macrorregiões do Brasil. Embora a região Sudeste tenha apresentado o maior número de casos de adolescentes mães devido ao seu maior tamanho populacional, ela mostrou resultados relativamente melhores em indicadores de vulnerabilidade social. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste mantiveram resultados desfavoráveis ao longo dos anos, enquanto a região Sul demonstrou um comportamento mais conservador em relação à gravidez na adolescência.

Os perfis identificados revelaram que a gravidez na adolescência se tornou menos associada à saída do domicílio de origem ou à união ou casamento ao longo dos anos. Também se observou que a união na adolescência estava menos relacionada à não permanência na casa de um familiar, assim como a não participação na força de trabalho, especialmente entre adolescentes mães ou não mães unidas. A presença paterna nos domicílios mostrou forte

associação com a participação das adolescentes na força de trabalho, principalmente quando não estavam em união.

Com base na literatura estabelecida, os perfis identificados neste estudo refletem aspectos discutidos anteriormente sobre a construção social dos papéis de gênero e a influência da estrutura familiar na inserção das adolescentes no mercado de trabalho e na maternidade precoce. Os resultados sugerem que a ausência paterna no domicílio tem um impacto significativo na participação das adolescentes em atividades laborais, corroborando estudos anteriores (GIL CALVO, 2011; SCHUTZ, 1989; GOFFMAN, 1999; MARCHETTA E SAHN, 2015).

Além disso, os perfis mostram uma forte associação entre gravidez na adolescência e união ou casamento, o que está em linha com a literatura que destaca a relação entre casamento precoce e gravidez (DARROCH et al., 2016). A presença de apenas um dos pais no domicílio aumenta o risco de gravidez precoce, como indicado por outros estudos (WOODWARD et al., 2001; SILVA, 2017; TISSOT & FALCKE, 2018).

Ao longo das décadas analisadas, os perfis das adolescentes brasileiras apresentaram mudanças significativas. Por exemplo, houve um aumento na prevalência do perfil "Filhas nunca unidas sem filhos e atuantes na força de trabalho" e uma redução no perfil "Filhas nunca unidas sem filhos". Houve também um aumento na prevalência do perfil "Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos". Essas mudanças indicam uma evolução nas dinâmicas sociais e familiares ao longo do tempo.

Em relação aos perfis específicos, o perfil "Família jovem" mostrou uma associação menos definida com a não participação na força de trabalho ao longo das décadas. Além disso, o perfil "Filhas unidas ou alguma vez unidas com filhos" passou a estar mais associado à separação ou viuvez do que à união ou casamento em 2000. Também houve uma redução na associação com a presença do parceiro no domicílio.

A presença materna e paterna teve um papel importante nos resultados, especialmente a ausência paterna, que mostrou uma forte associação com a participação das adolescentes na força de trabalho, mesmo quando unidas.

Além disso, a presença de ambos os pais no domicílio reduziu o risco de gravidez precoce para as adolescentes.

Em resumo, os resultados destacam a complexidade das dinâmicas familiares e sociais associadas à maternidade na adolescência. Mudanças significativas foram observadas ao longo das décadas, refletindo uma evolução nas normas e valores sociais. No entanto, é importante continuar investigando essas dinâmicas para entender melhor suas causas e consequências.

## REFERÊNCIAS

ABOIM, S.; VASCONCELOS, P.; NEVES, D. “Gênero e adultícia: continuidade e mudança em três gerações”. In: Jovens e rumos/organizadores José Machado Pais, René Bendit, Vítor Sérgio Ferreira. - Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2011, pp.59-80.

ALVES, J. E. D. Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1994.

AMARAL, A.M.; SANTOS, D.; PAES, H.C.; DANTAS, I.S.; SANTOS, D.S. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. Revista Enfermagem Contemporânea. 2017 Abril; 6(1):62-67

AMORAN, O. A comparative analysis of predictors of teenage pregnancy and its prevention in a rural town in Western Nigeria. Int J Equity Health. 2012 Jul 30;11:37. doi: 10.1186/1475-9276-11-37.

AMORIM, L.; FREIRE, M.; TUY, P.; LLEROUX, J.; BAHAMONDE, N. (2015). Análise de Classes Latentes: Um Tutorial usando Software Estatístico. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Matemática, Departamento de Estatística.

ANTONIAZZI, Alberto (2003) “As religiões no Brasil segundo o Censo 2000”. Revista de Estudos da Religião, nº. 2, p. 75-80. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rev\\_2003/p\\_antoni.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rev_2003/p_antoni.pdf).

AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M.L. KNAUTH, D.; BOZON, M.; ALMEIDA, M.C.; ARAÚJO, J. MENEZES, G. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):377-388, 2003.

AUGUSTO, M.C.; GOMES, I.C.; BONAFÉ SEI, M. Gravidez na adolescência: o uso do genograma como facilitador na elaboração de conteúdo transgeracionais. VINCULO – Revista do NESME, 2018, V. 15, N.1

AULAGNIER, P. Nacimiento de un cuerpo, inicio de una historia. In: Cuerpo, História, Interpretación: Piera Aulagnier – De lo Originario al Proyecto Identificatório. Buenos Aires: Paidós, 1994, p. 117-170.



ASADULLAH, M. N.; WAHHAJ, Z. Early Marriage, Social Networks and the Transmission of Norms. *Economica*, Volume 86, Issue 344 p. 801-831, August 2018

BANDURA A. (2005). The evolution of social cognitive theory. In K. G. Smith & M. A. Hitt (Eds.) *Great Minds in Management*. (pp. 9-35) Oxford: Oxford University Press.

BECKER, G. (1981) *A Treatise on the Family*. Cambridge: Harvard University Press

BELO, M.A.V.; SILCA, J.L.P. Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes. *Rev. Saúde Pública* 38 (4), Ago 2004, <https://doi.org/10.1590/S0034-89102004000400001>

BERQUÓ, E. S. & CAVENAGHI, S. M. Brazilian fertility regimes: profiles of women below and above replacement levels. In: XXV INTERNATIONAL CONFERENCE IUSSP. Anais... Tours, França: IUSSP, 2005.

BERQUÓ, E. S. & CAVENAGHI, S. M. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Belo Horizonte: Abep, 2004.

BERQUÓ, E. S.; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. *Revista Brasileira De Estudos De População*, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/681>>.

BHATNAGAR, A.; GHOSE, S. A latent class segmentation analysis of e-shoppers. *Journal Of Business Research*, v. 57, n. 7, p. 758-767, jul. 2004. DOI: 10.1016/s0148-2963(-2)00357-0.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias brasileiras do século XX: Os valores e as práticas de educação da criança. *Temas em Psicologia*, v. 3, p. 33-49, 1997.

BINSTOCK, G.; GOGNA, M. Entornos del primer y segundo embarazo en la adolescencia en Argentina. In: CAVENAGHI, Suzana; CABELLA, Wanda (orgs.). *Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa*. Río de Janeiro: ALAP, 2014. p. 167-185.

BOCK, S. D. *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOONGARTS, J. A Framework for Analyzing the Proximate Determinants of Fertility. *Population and Development Review*, v. 4, n. 1, 1978.

BOONGARTS, J.; CASTERLINE, J. Fertility Transition: Is sub-Saharan Africa Different? *Population and Development Review*, v. 38, Suplemento, p. 153-168, 2012.

BORGES, A. L. V. et al. Fertility rates among very young adolescent women: temporal and spatial trends in Brazil. *BMC Pregnancy and Childbirth*, v. 16, p. 16-57, 2016.

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700007>>.

BRAZELTON, T. B.; CRAMER, B. *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.

CABRAL, S.; LEVANDOWSKI, D. Representações de mães adolescentes: aspectos intergeracionais na relação mãe-criança. *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 24, n. 3, Rio de Janeiro, set./dez. 2012.

CAMARANO, A. A. *Transição para a vida adulta ou vida Adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CARVALHO, J. A. M. de. *Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940-1970*. Ph.D. Thesis – School of Economics and Political Science, London, 1973.

CARVALHO, S. M. *Mulheres jovens e o processo do aborto clandestino: uma abordagem sociológica*. Doutorado em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz escola nacional de saúde pública Sérgio Arouca, 2009.

CARVALHO, J. A. M. de; WONG, L. L. R. *La transición de la fecundidad en Brasil: causas y consecuencias*. *Notas de Población*, n. 56, p. 107-141, 1992.

CAVASIN, S. et al. *Gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos e vulnerabilidade social: estudo exploratório em cinco capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: Ecos, 2010.

CAVENAGHI, S. *Fecundidade de jovens e acesso à saúde sexual e reprodutiva no Brasil: desigualdades territoriais*. In: *População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil*, 2015, p. 231-274.

CAVENAGHI, S.; BERQUÓ, E. *Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 2000 a 2010*. In: *VI Congresso de ALAP: Dinâmica de población y desarrollo sostenible con equidad*. Programa Científico do VI Congresso de ALAP: *Dinâmica de población y desarrollo sostenible con equidad*. Rio de Janeiro: ALAP, 2014. p. 1-20.

CHIAVEGATTO FILHO, A. D. P.; KAWACHI, I. *Income inequality associated with adolescent fertility in Brazil: a longitudinal multilevel analysis of 5.565 municipalities*. *BMC Public Health*, v. 15, p. 103, 2015.

CLELAND, J.; WILSON, C. *Demand Theories of the Fertility Transition: An Iconoclastic View*. *Population Studies*, v. 41, p. 5-30, 1987.

COALE, A. J.; WATKINS, S. C. *The Decline of Fertility in Europe*. Princeton: Princeton University

COLLINS, L. M.; LANZA, S. T. *Latente Class and Latent Transition Analysis: With applications in the Social, Behavioral, and Health Sciences*. John Wiley & Sons, Wiley Series in Probability and Statistics, 2010.

CONDE-AGUDELO, A.; BELIZÁN, J. M.; LAMMERS, C. Maternal-perinatal morbidity and mortality associated with adolescent pregnancy in Latin America: cross sectional study. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, v. 192, n. 2, p. 342-349, 2005.

CONGER, R. D.; BELSKY, J.; CAPALDI, D. M. The intergenerational transmission of parenting: closing comments for the special section. *Developmental Psychology*, v. 45, p. 1276-1283, 2009.

CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press, 1987.

COUTINHO, R. Z. *A carne é fraca: religião, religiosidade e iniciação sexual entre estudantes do ensino médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2008. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

COUTINHO, R. Z.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Religião, religiosidade e iniciação sexual na adolescência e juventude: lições de uma revisão bibliográfica sistemática de mais de meio século de pesquisas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 2, p. 333-365, 2014.

CRAMER, B.; PALACIO-ESPASA. *Técnicas psicoterápicas mãe/bebê: estudos clínicos e técnicos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 140, p. 139-167, 1989.

CUNHA, V. S.; WENDLING, M. I. Aspectos transgeracionais da gravidez na adolescência na perspectiva de mães e filhas residentes em Parobé e Taquara (RS). *Contextos Clínicos*, v. 4, n. 1, jun. 2011.

DARROCH, J. E.; WOOG, V.; BANKOLE, A.; ASHFORD, L. Costs and benefits of meeting the contraceptive needs of adolescents. *Guttmacher Institute*, May 2016.

DI CESARE, M.; RODRÍGUEZ, J. Análisis micro de los determinantes de la fecundidad adolescente en Brasil y Colombia. *Papeles de Población*, n. 48, p. 107-140, 2006.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, fev. 2017.

DIXON-MUELLER, R. How young is 'too young'? Comparative perspectives on adolescent sexual, marital and reproductive transitions. *Studies in Family Planning*, v. 39, n. 4, p. 247-262, dez. 2008.

- DULITHA, F. et al. Risk Factors for Teenage Pregnancies in Sri Lanka: Perspective of a Community Based Study. *Health Science Journal*, v. 7, n. 3, p. 269–284, 2013.
- ELDER JR, G. H. Time, Human Agency, and Social: Perspectives on the Life Course. *Social Psychology Quarterly*, v. 57, n. 1, p. 4-15, 1994.
- ERULKAR, A. Early marriage, marital relations and intimate partner violence in Ethiopia. *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, v. 39, n. 1, p. 6-13, mar. 2013.
- ESTEVES, J. R.; MENANDRO, P. R. Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. *Estudos de Psicologia*, v. 10, n. 3, p. 363-370, 2005.
- FÁVERO, M. H. A construção social do gênero. *Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações*. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 583-592, maio-agosto 2012.
- FALCÃO, D. V.; SALOMÃO, N. M. R. O papel dos avós na maternidade adolescente. *Estudos de Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 205-212, 2005.
- FARIA, V. E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1989.
- FERNÁNDEZ, R. F.; CARVALHO, J. A. M. de. A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. Aplicação da técnica dos filhos próprios para se estimar a fecundidade ano a ano. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 3, n. 2, p. 67-86, 1986.
- FERRÉ, Ce. Age at first child: does education delay fertility timing? The case of Kenya. *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 4833. Washington, D.C.: World Bank, 2009.
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.
- GAMA, S. G. N.; SZWARCOWALD, C. L.; LEAL, M. C. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 1, p. 153-161, 2002.
- GENDELL, M. Fertility and development in Brazil. *Demography*, v. 4
- GERGEN, K. J. Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. *American Psychologist*, v. 40, n. 33, p. 266-275, março 1985.
- GIDDENS, A. *A Constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GIL CALVO, E. A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil. In: PAIS, J. et al. (Orgs.). *Jovens e rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. p. 39-58.

GODINHO, R. A. et al. Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio? *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 8, n. 2, p. 25-32, abril 2000.

GONÇALVES, G. Q. et al. A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX – uma perspectiva regional. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, 2019.

GONZALES, C., et al. *Catalyst for Change: Empowering Women and Tackling Income Inequality*. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2015.

GUANABENS, M. F. G. et al. Gravidez na adolescência: um desafio à promoção da saúde integral do adolescente. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 36, n. 1, supl. 2, p. 20-24, 2012.

GUPTA, N. Sexual initiation and contraceptive use among adolescent women in Northeast Brazil. *Studies in Family Planning*, v. 31, n. 3, p. 228-238, Sep. 2000.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HALSENBALG, C.F., *Estrutura de Classes, Estratificação Social e Raça*. In: *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C.; SILVA, N.V.. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HAVIGHURST R.J. Education Among American Indians: Individual and Cultural Aspects. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 311, n. 1, p. 105-115, 1957.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.29-57.

HEILBORN, M. L., & CABRAL, C. S. A New Look at Teenage Pregnancy in Brazil. *International Scholarly Research Network: Obstetrics and Gynecology*, Article ID: 975234, 2011.

HOFMEESTER, K., & VAN NEDERVEEN MEERKERK, E. Family, demography and labour relations. *The History of the Family*, v. 22, n. 1, p. 3-13, 2017.

HOGA, L. A. K. Maternidade na adolescência em uma comunidade de baixa renda: Experiências reveladas pela história oral. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 16, n. 2, março-abril, 2008.

HOUSTON, RAB, SNELL, D. D. M. 1984. "Proto-Industrialization? Cottage Industry, Social Change, and Industrial Revolution." *The Historical Journal*, v. 27, n. 2, p. 473-492, Junho 1984.

IGANSI, M.L.; ZATTI, C.A. *Gestação: Conhecendo a realidade das aldeias indígenas no Brasil*. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, v. 23, n. 1, pp. 48-52, Jun - Ago 2018.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perfil socioeconômico, demográfico, cultural, regional e comportamental da gravidez na adolescência no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 46, jan./jun. 2016.

KAPPE, R. The Effect of the Religious Environment on Teenage Birth Rates in the United States. *Sex Res Soc Policy*, v. 13, p. 241–251, 2016.

KASSOUF, A.L. et al. Research fellow project RFP - Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Market Outcomes. Partnership Economic Policy (PEP), 2020.

KARRUZ, A. Remando contra a maré: Como a baixa escolaridade dos pais e a baixa renda familiar influenciam as notas do ENEM em diferentes regiões. 39o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, outubro, 2015.

KEARNEY, M. S.; LEVINE, P. B. Why is the teen birth rate in the United States so high and why does it matter?. *Journal of Economic Perspectives*, v. 26, n. 2, p. 141-166, 2012.

KNODEL, J., & VAN DE WALLE, E. Lessons from the past: Policy implications of historical fertility studies. In A. J. Coale, & S. C. Watkins (Eds.), *The decline of fertility in Europe* (pp. 390-419). Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

LEÃO, N. & CAMPOS, L. A. A cor do ENEM 2014: comparação entre o perfil e o desempenho de brancos, pardos e pretos. *Textos para discussão GEMAA*, n. 14, 2016, pp. 1-15.

LEÃO, N.; CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A.; FERES JÚNIOR, J. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA), n. 1, 2017, pp. 1-21.

LEBOVICI, S. Diálogo Leticia Solis-Ponton e Serge Lebovici. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEE, R. The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. *Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, p. 167-190, 2003.

LEITE, I. C.; RODRIGUES, R. N.; FONSECA, M. C. Fatores associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 2, p. 474-481, 2004.

LEVINE, D. *Family formation in an age of nascent capitalism*. Nova York: Academic Press, 1977.

LIMA, B.R. Gênero, pobreza e mercado de trabalho em São Paulo: O caso das mulheres do Programa Bolsa Família. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510.

LONGO, L. A. F. B. Prevenir ou remediar? Um estudo das práticas contraceptivas entre as mulheres de 15 a 24 anos no Brasil. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, Cedeplar, Belo Horizonte, 2001.

MACMILLAN, R.; COPHER, R. Families in the Life Course: Interdependency of Roles, Role Configurations, and Pathways. *Journal of Marriage and Family*, v. 67, n. 4, p. 858–879, 2005.

MAGALHÃES, A. S. & FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão psíquica geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, v. 10, n. 16, p. 243-255, 2004.

MARCHETTA, F.; SAHN, D.E. The Role of Education and Family Background in Marriage, Childbearing, and Labor Market Participation in Senegal. *Economic Development and Cultural Change*, v. 64, n. 2, 2015.

MARTELETO, L.J.; VILLANUEVA, A. The Educational Consequences of Adolescent Childbearing and Union Formation in Brazil. *Stud Fam Plann*, 2018 Aug 31;10.1111/sifp.12071.

MARTINE, G. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. *Population and Development Review*, v. 22, n. 1, p. 47-75, 1996.

MARTINS, P. H. V. "Mudanças recentes na fecundidade adolescente no Brasil: A associação com a escolaridade continua a mesma?". Tese. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR), 2016.

MAZZINI M.L.H. Mães adolescentes: a construção de sua identidade materna. *Ciência e Cuidado em Saúde*, v. 7, n. 4, p. 493-502, 2008.

MELLO, L. G. O mito da democracia racial e a relação entre raça e política no Brasil: Reflexões a partir de Carlos Hasenbalg. *Argumentos*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018.

MELTZER, D. Mortality Decline, the Demographic Transition, and Economic Growth. Ph.D. Dissertation, University of Chicago, Department of Economics, 1992.

MENDELS, F. F. The First Phase of the Industrialization Process. *The Journal of Economic History*, v. 32, n. 1, p. 241-261, Março 1972.

MENEZES, G.M.S. Aborto e juventude: um estudo em três capitais brasileiras [Tese de Doutorado]. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2006.

MENEZES, G.M.S. ; AQUINO E.M.L; SILVA D.O. Induced abortion during youth: social inequalities in the outcome of the first pregnancy. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, p. 1431-46, 2006.

MERRICK, T.W. e BERQUÓ, E.S. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington: National Academy, 1983.

MICHELAZZO, D. et al. Indicadores sociais de grávidas adolescentes: estudo caso-controle. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 26, n. 8, p. 633-639, 2004.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MOREIRA, M. I. C. Gravidez na adolescência: análise das significações construídas ao longo de gerações de mulheres. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONTERO, P. e ALMEIDA, R. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, H. (org.). *Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo, Edusp, 2000.

MOORE, A.N.; BIDDLECOM, A.E.; ZULU, E.M. Prevalence and meanings of exchange of money or gifts for sex in unmarried adolescent sexual relationships in sub-Saharan Africa. *African Journal of Reproductive Health*, v. 11, n. 3, p. 44-61, 2007.

NERLOVE, M. Toward a New Theory of Population and Economic Growth. In: SCHULTZ, T. W. (Ed.). *Economics of the Family*. Chicago: University of Chicago Press, p. 527-545, 1974.

NARITA, R.; DIAZ, D.M. Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data. *Economia*, v. 17, n. 2, p. 238-252, May–August 2016.

NICHOLS, M. P., & SCHWARTZ, R. C. Primeiros modelos e técnicas básicas: processos de grupo e análises das comunicações. In: M. P. Nichols, & R. C. Schwartz (Eds.), *Terapia familiar: Conceitos e métodos* (pp. 153-185). Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, R.C. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 93-102, Dez. 2008.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N.R.; FREITAS, J.V.; AZNAR-FARIA, M. Transcorrer da gravidez na adolescência: estudo longitudinal: Quando os filhos são adolescentes. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 4, p. 669-679, out./dez. 2014.

OPS (2016). *Acelerar el progreso hacua la reducción del embarazo en la adolescencia em América Latina y el Caribe*. Report of a technical consultation (Washington D.C., USA, August 29-30, 2016). ISBN: 978-92-75-11976-1.

PAIVA, P. de T. A. O processo de proletarização e a transição da fecundidade no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 41, n. 4, p. 383-414.



- PAPPÁMIKAIL, L. A adolescência enquanto objeto sociológico: notas sobre um resgate. In: Jovens e rumos/organizadores José Machado Pais, René Bendit, Vítor Sérgio Ferreira. - Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2011, pp. 81-100
- PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, jul./dez. 1999.
- PIERUCCI, F. e PRANDI, R. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PIERUCCI, F. (2004) "Bye, bye Brasil – o declínio das religiões tradicionais no censo 2000". Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, nº. 52, p. 17-27.
- PINTO, K.R.T.F.; MARCON, S.S. A família e o apoio social recebido pelas mães adolescentes e seus filhos. Ciência e Cuidado em Saúde, v. 11, suplem., p. 153-159, 2012.
- POTTER, J. E. et al. Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. Population and Development Review, v. 36, n. 2, p. 283-307, 2010.
- REHER, D. Back to basics: mortality and fertility interactions during demographic transition. Continuity and Change, Cambridge, v. 14, n.1, p. 9-31, May 1999.
- REIS DOS SANTOS, S.; SCHOR, N. Vivências da maternidade na adolescência precoce. Revista de Saúde Pública, v. 37, n. 1, p. 15-23, 2003.
- RIOS-NETO, E. Questões Emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. REBEP, v. 22, n. 2, 2005.
- RISI, E.; CAVENAGHI, S. Tendências do aborto induzido no Brasil entre 2000 e 2010 a partir de estimação indireta dos registros hospitalares. In: V Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, 2012, Montevideu. Anais do V Congresso da ALAP. Montevideu: ALAP, 2012, p. 19.
- ROCHA, L. C.; MINERVINO, C.A.M. Ser mãe adolescente: sentimentos e percepções. Pediatria Moderna, v. 44, n. 6, p. 242-247.
- ROSEN, B. C.; SIMMONS, A. B. Industrialization, family and fertility: a structural-psychological analysis of the Brazilian case. Demography, v. 8, n. 1, p. 49-69, 1971.
- RUIZ CORREA, O. B. O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- SAAVEDRA, L. Assimetrias de gênero nas escolhas vocacionais. In: PINTO, T. (Coord.). Guião de Educação Gênero e Cidadania: 3º ciclo do ensino básico. Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de gênero, 2009, p. 121-129.
- SANTHYA, K. G. Early marriage and sexual and reproductive health vulnerability of young women: a synthesis of recent evidence from developing countries. Current Opinion in Obstetrics and Gynecology, v. 23, p. 334-339, 2011.

SANTOS, L. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005.

SANTOS, F. M.; PAZELLO, E. T. O impacto da gravidez precoce sobre os resultados econômicos e sociais das adolescentes brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 40., 2012, Porto de Galinhas. Anais... Porto de Galinhas: Anpec, 2012.

SCHILLER, R. Gravidez na adolescência: uma questão de hereditariedade. *Revista Pediatria Moderna*, v. 30, n. 6, p. 984-986, 1994.

SCHUTZ, W.C. Profunda Simplicidade—Uma nova consciência do eu interior. *Ágora*, São Paulo, 1989.

SEDGH, G., et al. Abortion Incidence between 1990 and 2014: Global, Regional, and Subregional Levels and Trends. *The Lancet*, 2016.

SHRESTHA, S. Socio-cultural factors influencing adolescent pregnancy in rural Nepal. *International Journal of Adolescent Medicine and Health*, v. 14, n. 2, p. 101-109, 2002.

SILVA, M. E. M. Estilo parental e variáveis psicossociais como fatores de risco ou proteção para a gravidez na adolescência. *Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 22, n. 2, p. 443-462, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17765/1516-2664.2017v22n2p443-462>

STEINBERG, L. The family at adolescence: Transition and transformation. *Journal of Adolescent Health*, v. 27, p. 170-178, 2000.

SULLIVAN, P. F.; KESSLER, R; C; KENDLER, K. S. Latent Class Analysis of Lifetime Depressive Symptoms in the National Comorbidity Survey. *American Journal of Psychiatry*, v. 155, p. 1398-1406, 1998.

SUNDER, N. Marriage Age, Social Status, and Intergenerational Effects in Uganda. *Demography*, v. 56, p. 2123–2146, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13524-019-00829-8>

SHOJAEI, S. F.; & MASOUMI, R. The importance of mental health training for psychologists in COVID-19 outbreak. *Middle East Journal of Rehabilitation and Health Studies*, v. 7, n. 2, e102846, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5812/mejrh.102846>

TAYLOR, A.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. Ela vai no meu barco – Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US, setembro 2015.

TISSOT, D.; FALCKE, D. O Relato de Mães de Gestantes Adolescentes: Um Olhar Sistêmico. *Revista de Psicologia da IMED* [online], vol. 10, n. 1, p. 90-107, 2018. ISSN 2175-5027. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2574>

TOMAÉL, M.I.; MARTELETO, R. M. Redes Sociais de dois modos: Aspectos conceituais. *Transinformação*, v. 25, n. 3, Campinas, set./dez. 2013.

UNITED NATIONS (UN). Adolescent Fertility Since the International Conference on Population and Development (ICPD) in Cairo. New York: UN Population Division, Department of Economic and Social Affairs, 2013.

UNDP. Sustaining human progress: Reducing vulnerabilities and building resilience. New York: United Nations Development Programme (UNDP), 2014.

UNFPA. Motherhood in Childhood: Facing the challenge of adolescent pregnancy. *State of World Population 2013*. New York: UNFPA, 2013.

UNFPA. Worlds apart: Reproductive health and rights in an age of inequality. *State of World Population 2017*. New York: UNFPA, 2017.

VAN POPPEL, F.; REHER, D. S.; SANZ-GIMENO, A.; SANCHEZ-DOMINGUEZ, M.; BEEKINK, E. Mortality decline and reproductive change during the Dutch demographic transition: Revisiting a traditional debate with new data. *Demographic Research*, Rostock, v. 27, p. 299-337, Jul-Dec 2012. DOI: 10.4054/DemRes.2012.27.

VERONA, A. P. A.; DIAS JÚNIOR, C. S. Religião e fecundidade entre adolescentes no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 31, n. 1, p. 25-31, 2012.

VIEIRA, L. M.; Goldberg, T. B. L.; Saes, S. O.; Dória, A. A. B. Abortamento na adolescência: um estudo epidemiológico. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 5, p. 1201-1208, 2007.

VIVANCOS, R.; ABUBAKAR, I.; PHILIPS-HOWARD, P.; HUNTER, P. R. School-based sex education is associated with reduced risky sexual behaviour and sexually transmitted infections in young adults. *Public Health*, v. 127, p. 53–57, 2013.

WAGNER, A.; FALCKE, D. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição e conceitos. In: A. WAGNER (org.), *Como se perpetua a família: a transmissão de modelos familiares*. Porto Alegre, Edipucrs, 2005.

WAGNER, A.; FALCKE, D.; PREDEBON, J. Transgeracionalidade e Educação: como se perpetua a família? In: A. WAGNER (org.), *Como se perpetua a família: a transmissão de modelos familiares*. Porto Alegre, Edipucrs, 2005, p.93-105.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.C.; FALCKE, D. A comunicação familiar: uma experiência com adolescentes em grupos focais. In: A. WAGNER (org.), *Como se perpetua a família: a transmissão de modelos familiares*. Porto Alegre, Edipucrs, 2005.

WEBER, L. *Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites*. Porto Alegre: Juruá, 2005.

WHITEHEAD, B. D.; WILCOX, B. L. et al. Keeping the faith: the role of religion and faith communities in preventing teen pregnancy. Washington, DC: National Campaign to Prevent Teen Pregnancy, 2001.

WHO. The sexual and reproductive health of young adolescents in developing countries: Reviewing the evidence, identifying research gaps, and moving the agenda. Report of a World Health Organization (WHO) technical consultation, Geneva, 4–5 November 2010.

WILLIS, R. A New Approach to the Economic Theory of Fertility Behavior. In: *The Economics of the Family*. T. W. Schultz, ed. Chicago: University of Chicago Press, 1974, pp. 14–25.

WILLIS, R. Economic Analysis of Fertility: Micro-Foundations and Aggregate Implications. In: *Population and Economic Development and the Environment*. Kerstin Lindahl Kiessling and Hans Landberg, eds. Oxford: Oxford University Press, 1994, pp. 139–72.

WONG, L.L.R. A projeção da fecundidade – um exercício aplicado ao Brasil para o período 1991-2020. ABEP, Anais, 2016.

WOOD, C.; CARVALHO, J. A. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, Série PNDE / 27, 1994.

WOODWARD, L.; FERGUSSON, D.M.; HORWOOD, J. L. Risk factors and life processes associated with teenage pregnancy: Results of a prospective study from birth to 20 years. *Journal of Marriage and Family*, v. 63, p. 1170–118.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos, mães e não mães, segundo macrorregião e idade simples - Brasil, 1991, 2000 e 2010

	15 anos		16 anos		17 anos		18 anos		19 anos	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>										
Norte	4,6% (4.672)	95,4% (96.087)	10,0% (10.159)	90,0% (91.226)	18,0% (17.265)	82,0% (78.803)	28,1% (26.369)	71,9% (67.456)	36,2% (32.243)	63,8% (56.948)
Nordeste	2,4% (11.338)	97,6% (456.762)	5,8% (26.824)	94,2% (434.910)	11,2% (49.062)	88,8% (390.918)	18,5% (78.727)	81,5% (345.843)	26,3% (103.310)	73,7% (289.695)
Sudeste	2,0% (11.050)	98,0% (555.245)	4,7% (25.868)	95,3% (528.030)	9,6% (52.270)	90,4% (492.868)	16,1% (89.351)	83,9% (464.525)	22,8% (123.795)	77,2% (419.287)
Sul	2,4% (4.973)	97,6% (202.679)	5,7% (11.499)	94,3% (191.578)	11,4% (22.653)	88,6% (176.072)	18,6% (36.675)	81,4% (160.126)	26,7% (53.159)	73,3% (145.765)
Centro-Oeste	3,3% (3.338)	96,7% (98.042)	7,3% (7.223)	92,7% (92.384)	14,0% (13.236)	86,0% (81.463)	23,3% (22.280)	76,7% (73.505)	31,7% (30.443)	68,3% (65.517)
<b>2000</b>										
Norte	5,4% (8.495)	94,6% (148.414)	12,1% (18.584)	87,9% (134.616)	21,3% (32.280)	78,7% (119.460)	30,8% (47.150)	69,2% (105.973)	40,2% (56.948)	59,8% (84.677)
Nordeste	3,7% (21.226)	96,3% (550.846)	8,3% (45.629)	91,7% (505.076)	14,9% (84.614)	85,1% (484.216)	22,3% (124.676)	77,7% (433.573)	30,3% (157.235)	69,7% (360.980)
Sudeste	2,5% (16.528)	97,5% (656.795)	6,1% (41.935)	93,9% (642.293)	11,5% (84.338)	88,5% (649.351)	17,6% (133.668)	82,4% (626.650)	24,0% (171.969)	76,0% (545.409)
Sul	2,9% (6.718)	97,1% (226.658)	6,9% (16.315)	93,1% (219.699)	12,5% (31.534)	87,5% (221.487)	19,6% (49.714)	80,4% (203.870)	26,3% (61.334)	73,7% (172.259)
Centro-Oeste	4,0% (4.762)	96,0% (113.728)	8,4% (10.044)	91,6% (108.970)	15,9% (19.972)	84,1% (105.742)	24,1% (31.636)	75,9% (99.501)	32,3% (40.199)	67,7% (84.142)
<b>2010</b>										
Norte	4,8% (8.339)	95,2% (166.022)	10,4% (17.606)	89,6% (151.388)	17,7% (28.471)	82,3% (132.180)	25,5% (41.093)	74,5% (119.830)	33,1% (50.211)	66,9% (101.553)
Nordeste	3,4% (11.338)	96,6% (456.762)	7,6% (26.824)	92,4% (434.910)	13,1% (49.062)	86,9% (390.918)	19,1% (78.727)	80,9% (345.843)	25,9% (103.310)	74,1% (289.695)

	(18.494)	(523.277)	(39.316)	(476.247)	(66.590)	(443.241)	(97.752)	(413.949)	(123.484)	(352.917)
Sudeste	2,2%	97,8%	4,9%	95,1%	8,8%	91,2%	13,3%	86,7%	18,4%	81,6%
	(14.745)	(661.695)	(32.213)	(619.518)	(56.866)	(588.562)	(86.578)	(562.924)	(118.527)	(526.989)
Sul	2,4%	97,6%	5,4%	94,6%	9,4%	90,6%	14,7%	85,3%	19,4%	80,6%
	(5.771)	(235.589)	(12.697)	(221.248)	(21.417)	(206.276)	(33.600)	(194.735)	(44.392)	(184.867)
Centro-Oeste	2,7%	97,3%	6,9%	93,1%	12,1%	87,9%	17,7%	82,3%	23,7%	76,3%
	(3.613)	(128.396)	(8.657)	(117.406)	(14.967)	(108.575)	(21.764)	(101.331)	(29.318)	(94.442)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

### APÊNDICE B – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos, mães e não mães, segundo macrorregião e raça ou cor - Brasil, 1991, 2000 e 2010

	Brancas		Pardas		Pretas		Negras <sup>23</sup>		Indígenas		Amarelas	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>												
Norte	18,7%	81,3%	18,7%	81,3%	17,2%	82,8%	18,7%	81,3%	36,2%	63,8%	17,7%	82,3%
	(21.957)	(95.387)	(64.343)	(279.387)	(2.210)	(10.626)	(66.553)	(290.013)	(1.796)	(3.167)	(108)	(501)
Nordeste	11,8%	88,2%	12,5%	87,5%	11,8%	88,2%	12,5%	87,5%	23,0%	77,0%	10,9%	89,1%
	(70.061)	(521.234)	(185.081)	(1.293.910)	(12.848)	(96.442)	(197.928)	(1.390.352)	(604)	(2.022)	(137)	(1.117)
Sudeste	10,3%	89,7%	12,0%	88,0%	12,1%	87,9%	12,0%	88,0%	23,1%	76,9%	2,9%	97,1%
	(172.629)	(1.495.469)	(108.949)	(801.041)	(19.053)	(138.766)	(128.002)	(939.807)	(269)	(897)	(476)	(15.955)
Sul	12,2%	87,8%	15,8%	84,2%	15,3%	84,7%	15,7%	84,3%	31,8%	68,2%	2,4%	97,6%
	(100.445)	(721.405)	(23.344)	(124.496)	(4.541)	(25.158)	(27.886)	(149.654)	(474)	(1.015)	(87)	(3.475)
Centro-Oeste	15,3%	84,7%	16,0%	84,0%	14,1%	85,9%	15,9%	84,1%	37,6%	62,4%	6,8%	93,2%
	(34.131)	(189.370)	(39.279)	(206.417)	(1.932)	(11.802)	(41.212)	(218.219)	(996)	(1.650)	(93)	(1.279)
<b>2000</b>												
Norte	19,4%	80,4%	22,3%	77,7%	22,5%	77,5%	22,3%	77,7%	30,7%	69,3%	21,0%	79,0%
	(42.557)	(174.764)	(108.049)	(377.330)	(7.282)	(25.089)	(115.331)	(402.420)	(3.510)	(7.935)	(334)	(1.258)

<sup>23</sup> Considera, em conjunto, adolescentes declaradas como “pretas” e “pardas”.

Nordeste	14,1% (127.825)	85,9% (776.433)	16,3% (265.436)	83,7% (1.366.596)	17,2% (33.461)	82,8% (160.715)	16,4% (298.897)	83,6% (1.527.311)	22,6% (2.283)	77,4% (7.833)	17,4% (750)	82,6% (3.549)
Sudeste	11,1% (240.941)	88,9% (1.927.472)	14,8% (166.988)	85,2% (961.044)	15,8% (34.954)	84,2% (186.158)	15% (201.942)	85,0% (1.147.202)	18,5% (1.470)	81,7% (6.560)	6,8% (1.281)	93,8% (19.410)
Sul	12,6% (127.362)	87,4% (881.626)	19,2% (27.252)	80,8% (115.005)	19,4% (8.536)	80,6% (35.516)	19,2% (35.788)	80,8% (150.521)	29,1% (1.233)	70,9% (2.998)	8,3% (381)	91,7% (4.237)
Centro-Oeste	14,89% (44.742)	85,1% (255.797)	19,1% (53.426)	80,9% (226.601)	21,2% (5.445)	78,8% (20.281)	19,25% (58.871)	80,7% (246.882)	38,17% (2.185)	61,8% (3.539)	8,72% (216)	91,3% (2.262)
<b>2010</b>												
Norte	14,33% (26.646)	85,7% (159.264)	18,6% (104.172)	81,4% (455.939)	19,2% (8.460)	80,8% (35.578)	18,64% (112.631)	81,4% (491.516)	29,28% (4.667)	70,7% (11.274)	16,57% (1.766)	83,4% (8.889)
Nordeste	10,71% (76.219)	89,3% (635.756)	14,5% (229.867)	85,5% (1.352.591)	15,0% (32.093)	85,0% (181.399)	14,59% (261.960)	85,4% (1.533.990)	20,52% (2.168)	79,5% (8.395)	14,54% (5.290)	85,5% (31.087)
Sudeste	7,37% (122.303)	92,6% (1.536.841)	11,5% (152.892)	88,5% (1.177.232)	12,4% (30.136)	87,6% (212.009)	11,64% (183.027)	88,4% (1.389.241)	13,93% (522)	86,1% (3.224)	9,37% (3.077)	90,6% (29.757)
Sul	8,85% (77.979)	91,1% (803.134)	14,1% (31.662)	85,9% (192.224)	13,8% (6.269)	86,2% (39.242)	14,08% (37.930)	85,9% (231.466)	29,44% (1.089)	70,6% (2.610)	13,84% (878)	86,2% (5.465)
Centro-Oeste	9,13% (22055)	90,9% (219.448)	14,1% (46.854)	85,9% (284.713)	14,7% (5.529)	85,3% (32.103)	14,19% (52.383)	85,8% (316.816)	34,38% (2.302)	65,6% (4.393)	14,35% (1.578)	85,7% (9.420)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

### APÊNDICE C – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo religião e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010

	Sem religião		Católica		Protestante		Pentecostal		Neopentecostal		Outra religião	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>												
Norte	25,7% (3.468)	74,3% (10.034)	19,1% (78.278)	80,9% (330.741)	15,8% (5.004)	84,2% (26.705)	16,1% (2.597)	83,9% (13.525)	30,4% (7)	69,6% (16)	13,0% (1.266)	87,0% (8.479)
Nordeste	18,3% (14.793)	81,7% (66.217)	12,3% (242.405)	87,7% (1.725.063)	8,3% (5.134)	91,7% (56.624)	9,3% (3.816)	90,7% (37.314)	11,6% (373)	88,4% (2.845)	8,7% (2.531)	91,3% (26.703)

Sudeste	15,5%	84,5%	11,0%	89,0%	8,0%	92,0%	10,1%	89,9%	12,7%	87,3%	7,7%	92,3%
	(25.790)	(140.414)	(242.824)	(1.969.766)	(10.718)	(122.980)	(12.795)	(113.612)	(1.159)	(7.942)	(8.011)	(96.321)
Sul	18,0%	82,0%	13,0%	87,0%	10,1%	89,9%	12,5%	87,5%	17,8%	82,2%	10,7%	89,3%
	(4.096)	(18.707)	(110.181)	(739.407)	(6.225)	(55.140)	(5.489)	(38.419)	(64)	(296)	(2.734)	(22.733)
Centro-Oeste	20,4%	79,6%	16,1%	83,9%	10,6%	89,4%	14,6%	85,4%	17,8%	82,2%	10,5%	89,5%
	(4.546)	(17.689)	(63.851)	(333.497)	(2.758)	(23.180)	(3.367)	(19.729)	(43)	(199)	(1.894)	(16.227)
<b>2000</b>												
Norte	32,6%	67,4%	21,7%	78,3%	14,9%	85,1%	19,7%	80,3%	20,0%	80,0%	13,3%	86,7%
	(15.015)	(31.029)	(119.442)	(430.353)	(4.299)	(24.590)	(19.344)	(78.668)	(1.826)	(7.292)	(2.890)	(18.805)
Nordeste	25,5%	74,5%	15,5%	84,5%	8,8%	91,2%	12,3%	87,7%	14,0%	86,0%	8,4%	91,6%
	(50.328)	(147.294)	(346.223)	(1.888.050)	(6.869)	(71.039)	(21.282)	(151.690)	(3.070)	(18.795)	(4.751)	(52.038)
Sudeste	20,6%	79,4%	12,1%	87,9%	9,0%	91,0%	12,6%	87,4%	15,0%	85,0%	7,6%	92,4%
	(63.237)	(243.846)	(297.739)	(2.167.764)	(16.304)	(165.158)	(48.463)	(335.439)	(8.962)	(50.780)	(11.701)	(142.757)
Sul	23,7%	76,3%	13,4%	86,6%	8,8%	91,2%	15,8%	84,2%	16,5%	83,5%	10,2%	89,8%
	(12.079)	(38.845)	(126.056)	(815.614)	(5.692)	(59.249)	(15.427)	(82.123)	(1.837)	(9.302)	(4.020)	(35.459)
Centro-Oeste	27,3%	72,7%	17,3%	82,7%	9,9%	90,1%	15,8%	84,2%	17,0%	83,0%	10,8%	89,2%
	(12.837)	(34.254)	(74.940)	(358.605)	(2.961)	(26.868)	(11.344)	(60.576)	(1.468)	(7.154)	(2.704)	(22.411)
<b>2010</b>												
Norte	26,6%	73,4%	18,2%	81,8%	12,1%	87,9%	16,4%	83,6%	15,7%	84,3%	13,6%	86,4%
	(16.999)	(46.950)	(88.478)	(397.759)	(7.032)	(50.909)	(26.557)	(135.456)	(1.654)	(8.899)	(4.480)	(28.408)
Nordeste	22,2%	77,8%	13,5%	86,5%	8,3%	91,7%	10,4%	89,6%	12,1%	87,9%	8,0%	92,0%
	(49.720)	(174.180)	(248.745)	(1.587.727)	(12.369)	(136.975)	(25.138)	(215.640)	(2.434)	(17.765)	(6.080)	(70.062)
Sudeste	15,4%	84,6%	8,8%	91,2%	7,9%	92,1%	10,3%	89,7%	10,8%	89,2%	6,0%	94,0%
	(49.193)	(270.214)	(165.344)	(1.704.321)	(28.410)	(332.460)	(48.652)	(424.590)	(4.220)	(34.863)	(11.295)	(176.787)
Sul	17,5%	82,5%	9,6%	90,4%	8,6%	91,4%	12,3%	87,7%	12,0%	88,0%	7,4%	92,6%
	(10.751)	(50.551)	(77.297)	(728.321)	(8.430)	(89.814)	(16.035)	(114.082)	(967)	(7.102)	(3.889)	(48.762)
Centro-Oeste	20,6%	79,4%	12,2%	87,8%	9,1%	90,9%	12,7%	87,3%	12,2%	87,8%	7,5%	92,5%
	(11.286)	(43.464)	(44.159)	(317.499)	(5.990)	(60.094)	(13.346)	(91.726)	(866)	(6.242)	(2.232)	(27.727)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.



**APÊNDICE D – Distribuição percentual dos responsáveis por domicílios com a presença de adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo escolaridade do responsável pelo domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010**

	Sem instrução		De 1 a 3 anos		De 4 a 7 anos		De 8 a 10 anos		De 11 a 14 anos		15 anos ou mais	
	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães	Mães	Não mães
<b>1991</b>												
Norte	16,3% (18.870)	83,7% (96.642)	10,5% (438)	89,5% (3.724)	18,3% (36.081)	81,7% (161.496)	29,7% (26.612)	70,3% (63.066)	13,9% (7.920)	86,1% (49.167)	3,9% (648)	96,1% (15.938)
Nordeste	10,5% (88.971)	89,5% (757.900)	7,0% (1.955)	93,0% (26.032)	12,6% (95.498)	87,4% (665.194)	22,6% (59.780)	77,4% (204.821)	10,0% (20.056)	90,0% (181.310)	3,4% (2.875)	96,6% (81.468)
Sudeste	6,6% (27.072)	93,4% (385.476)	4,8% (1.028)	95,2% (20.198)	9,1% (117.428)	90,9% (1.177.597)	21,4% (117.997)	78,6% (432.620)	11,5% (33.233)	88,5% (256.684)	2,9% (5.396)	97,1% (183.910)
Sul	6,9% (8.731)	93,1% (118.136)	4,8% (306)	95,2% (6.005)	9,6% (49.736)	90,4% (469.112)	26,8% (52.593)	73,2% (143.327)	15,3% (15.061)	84,7% (83.492)	3,9% (2.192)	96,1% (53.387)
Centro-Oeste	10,7% (9.219)	89,3% (77.006)	9,5% (292)	90,5% (2.777)	14,3% (28.393)	85,7% (169.893)	26,9% (28.560)	73,1% (77.473)	14,4% (8.580)	85,6% (51.204)	3,8% (1.251)	96,2% (31.932)
<b>2000</b>												
Norte	20,5% (26.741)	79,5% (104.002)	21,6% (1.602)	78,4% (5.826)	22,5% (64.061)	77,5% (221.200)	27,1% (48.090)	72,9% (129.448)	16,7% (21.262)	83,3% (106.345)	6,1% (1.691)	93,9% (26.028)
Nordeste	13,9% (95.314)	86,1% (591.135)	14,8% (5.888)	85,2% (33.972)	17,0% (182.334)	83,0% (888.951)	20,5% (103.829)	79,5% (403.168)	12,0% (41.468)	88,0% (303.405)	3,8% (4.459)	96,2% (113.181)
Sudeste	11,0% (32.502)	89,0% (26.071)	12,1% (2.053)	87,9% (14.955)	11,4% (156.634)	88,6% (1.217.136)	17,9% (167.238)	82,1% (765.697)	13,0% (80.790)	87,0% (543.048)	2,8% (9.080)	97,2% (313.403)
Sul	12,6% (9.508)	87,4% (65.784)	15,2% (764)	84,8% (4.269)	12,0% (59.361)	88,0% (435.731)	20,2% (64.384)	79,8% (254.584)	13,4% (28.105)	86,6% (182.017)	3,2% (3.315)	96,8% (100.283)
Centro-Oeste	14,7% (9.607)	85,3% (55.582)	15,5% (509)	84,5% (2.779)	17,7% (37.554)	82,3% (175.023)	23,9% (40.853)	76,1% (129.756)	13,9% (16.033)	86,1% (99.313)	4,0% (2.028)	96,0% (49.234)
<b>2010</b>												
Norte	19,3% (16.682)	80,7% (69.818)	18,9% (7.244)	81,1% (31.175)	19,0% (49.348)	81,0% (210.044)	22,3% (38.567)	77,7% (134.196)	15,3% (29.262)	84,7% (162.601)	6,8% (4.595)	93,2% (62.799)
Nordeste	13,3% (42.085)	86,7% (274.671)	12,0% (23.554)	88,0% (172.868)	13,5% (117.521)	86,5% (753.437)	18,6% (94.029)	81,4% (411.550)	12,5% (61.680)	87,5% (431.187)	3,9% (6.637)	96,1% (164.794)

Sudeste	10,7%	89,3%	10,9%	89,1%	9,4%	90,6%	12,3%	87,7%	9,6%	90,4%	2,2%	97,8%
	(16.673)	(139.084)	(7.311)	(59.588)	(91.069)	(875.695)	(102.885)	(736.293)	(82.579)	(776.024)	(8.296)	(370.249)
Sul	12,7%	87,3%	12,4%	87,6%	9,6%	90,4%	13,5%	86,5%	10,5%	89,5%	2,7%	97,3%
	(5.133)	(35.329)	(2.042)	(14.377)	(35.052)	(331.089)	(41.782)	(267.999)	(29.955)	(255.887)	(3.780)	(136.435)
Centro- Oeste	13,0%	87,0%	13,3%	86,7%	12,6%	87,4%	16,9%	83,1%	12,3%	87,7%	3,9%	96,1%
	(4.750)	(31.734)	(2.040)	(13.308)	(20.540)	(142.303)	(26.687)	(131.417)	(21.016)	(149.709)	(3.245)	(80.832)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**APÊNDICE E – Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo relação com o responsável pelo domicílio e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010**

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>1991</b>						
<b>Mães</b>	<b>Responsável</b>	1.639 (1,8%)	5.451 (2,0%)	4.434 (1,5%)	2.117 (1,6%)	1.880 (2,5%)
	<b>Esposa/Parceira</b>	52.396 (57,8%)	155.721 (57,8%)	173.639 (57,4%)	80.017 (62,0%)	48.465 (63,3%)
	<b>Filha</b>	21.554 (23,8%)	67.338 (25,0%)	77.822 (25,7%)	28.323 (22,0%)	15.953 (20,8%)
	<b>Sem ou outra relação</b>	15.119 (16,7%)	40.750 (15,1%)	46.440 (15,4%)	18.503 (14,3%)	10.223 (13,4%)
<b>Não mães</b>	<b>Responsável</b>	2.199 (0,6%)	7.707 (0,4%)	9.273 (0,4%)	4.656 (0,5%)	3.054 (0,7%)
	<b>Esposa/Parceira</b>	28.283 (7,2%)	97.458 (5,1%)	114.286 (4,6%)	62.898 (7,2%)	33.134 (8,1%)
	<b>Filha</b>	274.104 (70,2%)	1.447.006 (75,4%)	1.993.040 (81,0%)	694.406 (79,3%)	297.888 (72,5%)
	<b>Sem ou outra relação</b>	85.932 (22,0%)	365.957 (19,1%)	343.356 (14,0%)	114.169 (13,0%)	76.834 (18,7%)
<b>2000</b>						
<b>Mães</b>	<b>Responsável</b>	4.824 (3,0%)	12.191 (2,8%)	15.630 (3,5%)	5.521 (3,3%)	4.540 (4,3%)
	<b>Esposa/Parceira</b>	72.926 (44,6%)	199.912 (46,1%)	202.384 (45,1%)	87.850 (53,0%)	55.849 (52,4%)
	<b>Filha</b>	53.181 (32,5%)	144.201 (33,3%)	161.929 (36,1%)	48.688 (29,4%)	31.252 (29,3%)
	<b>Sem ou outra relação</b>	32.527 (19,9%)	77.074 (17,8%)	68.496 (15,3%)	23.555 (14,2%)	14.971 (14,0%)
<b>Não mães</b>	<b>Responsável</b>	4.422 (0,7%)	12.595 (0,5%)	17.898 (0,6%)	7.952 (0,8%)	5.280 (1,0%)
	<b>Esposa/Parceira</b>	34.666 (5,8%)	105.803 (4,5%)	120.148 (3,9%)	62.925 (6,0%)	34.120 (6,7%)
	<b>Filha</b>	438.671 (74,0%)	1.830.349 (78,4%)	2.625.729 (84,1%)	860.070 (82,4%)	396.751 (77,5%)
	<b>Sem ou outra relação</b>	115.379 (19,5%)	385.945 (16,5%)	356.723 (11,4%)	113.026 (10,8%)	75.931 (14,8%)
<b>2010</b>						
<b>Mães</b>	<b>Responsável</b>	1.456 (1,1%)	38.303 (11,1%)	35.839 (11,6%)	16.122 (13,7%)	10.570 (13,5%)
	<b>Esposa/Parceira</b>	48.380 (36,7%)	125.292 (36,2%)	102.010 (33,0%)	46.299 (39,3%)	31.088 (39,7%)
	<b>Filha</b>	48.913 (37,1%)	116.321 (33,7%)	116.246 (37,6%)	35.600 (30,2%)	23.255 (29,7%)
	<b>Sem ou outra relação</b>	32.970 (25,0%)	65.721 (19,0%)	54.834 (17,7%)	19.855 (16,8%)	13.406 (17,1%)
<b>Não mães</b>	<b>Responsável</b>	20.440 (3,0%)	52.465 (2,4%)	91.980 (3,1%)	42.333 (4,1%)	22.673 (4,1%)
	<b>Esposa/Parceira</b>	33.030 (4,9%)	101.858 (4,6%)	95.004 (3,2%)	58.182 (5,6%)	30.685 (5,6%)

<b>Filha</b>	472.163 (70,4%)	1.631.223 (73,8%)	2.347.633 (79,3%)	801.399 (76,9%)	405.747 (73,8%)
<b>Sem ou outra relação</b>	145.339 (21,7%)	424.085 (19,2%)	425.071 (14,4%)	140.799 (13,5%)	91.047 (16,5%)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.

**APÊNDICE F - Distribuição percentual das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, mães e não mães, segundo status marital e macrorregião - Brasil, 1991, 2000 e 2010**

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>1991</b>						
<b>Mães</b>	<b>Solteira/Nunca casada</b>	15.832 (17,7%)	39.422 (15,0%)	56.846 (19,0%)	19.265 (15,0%)	12.871 (17,0%)
	<b>Casada/Em união</b>	68.401 (76,5%)	199.141 (76,0%)	224.480 (75,0%)	102.128 (79,7%)	57.884 (76,4%)
	<b>Separada/Divorciada</b>	4.900 (5,5%)	22.818 (8,7%)	16.676 (5,6%)	6.336 (4,9%)	4.759 (6,3%)
	<b>Viúva</b>	304 (0,3%)	654 (0,2%)	1.320 (0,4%)	373 (0,3%)	257 (0,3%)
<b>Não mães</b>	<b>Solteira/Nunca casada</b>	345.690 (88,7%)	1.760.713 (92,0%)	2.294.924 (93,4%)	783.003 (89,4%)	366.719 (89,3%)
	<b>Casada/Em união</b>	41.423 (10,6%)	142.197 (7,4%)	156.314 (6,4%)	89.460 (10,2%)	41.769 (10,2%)
	<b>Separada/Divorciada</b>	2.405 (0,6%)	9.619 (0,5%)	6.372 (0,3%)	3.075 (0,4%)	1.888 (0,5%)
	<b>Viúva</b>	121 (0,0%)	364 (0,0%)	393 (0,0%)	164 (0,0%)	86 (0,0%)
<b>2000</b>						
<b>Mães</b>	<b>Solteira/Nunca casada</b>	33.664 (20,6%)	78.979 (18,2%)	109.564 (24,4%)	27.328 (18,7%)	21.345 (20,0%)
	<b>Casada/Em união</b>	106.364 (65,1%)	281.536 (65,0%)	280.316 (62,5%)	118.546 (81,1%)	70.884 (66,4%)
	<b>Separada/Divorciada</b>	23.331 (14,3%)	72.218 (16,7%)	57.934 (12,9%)	1 (0,0%)	14.347 (13,4%)
	<b>Viúva</b>	98 (0,1%)	645 (0,1%)	625 (0,1%)	225 (0,2%)	137 (0,1%)
<b>Não mães</b>	<b>Solteira/Nunca casada</b>	522.295 (88,1%)	2.123.801 (91,0%)	2.923.900 (93,7%)	935.976 (89,7%)	459.497 (89,7%)
	<b>Casada/Em união</b>	58.912 (9,9%)	176.983 (7,6%)	175.153 (5,6%)	97.552 (9,3%)	46.555 (9,1%)
	<b>Separada/Divorciada</b>	11.773 (2,0%)	33.397 (1,4%)	20.866 (0,7%)	10.307 (1,0%)	5.920 (1,2%)
	<b>Viúva</b>	159 (0,0%)	511 (0,0%)	578 (0,0%)	137 (0,0%)	111 (0,0%)
<b>2010</b>						
<b>Mães</b>	<b>Solteira/Nunca casada</b>	31.000 (21,3%)	65.171 (18,9%)	81.106 (26,3%)	18.762 (15,9%)	14.532 (18,6%)
	<b>Casada/Em união</b>	91.706 (62,9%)	216.953 (62,8%)	180.914 (58,6%)	82.280 (69,8%)	51.413 (65,6%)
	<b>Separada/Divorciada</b>	22.864 (15,7%)	62.820 (18,2%)	46.456 (15,0%)	16.622 (14,1%)	12.226 (15,6%)
	<b>Viúva</b>	149 (0,1%)	693 (0,2%)	452 (0,1%)	211 (0,2%)	148 (0,2%)
<b>Não mães</b>	<b>Solteira/Nunca casada</b>	581.687 (86,7%)	1.946.415 (88,1%)	2.718.009 (91,8%)	896.239 (86,0%)	481.315 (87,5%)
	<b>Casada/Em união</b>	69.994 (10,4%)	207.434 (9,4%)	191.690 (6,5%)	124.126 (11,9%)	56.262 (10,2%)

<b>Separada/Divorciada</b>	18.874 (2,8%)	54.820 (2,5%)	48.441 (1,6%)	22.010 (2,1%)	12.366 (2,2%)
<b>Viúva</b>	418 (0,1%)	962 (0,0%)	1.548 (0,1%)	339 (0,0%)	208 (0,0%)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados censitários disponibilizados pelo IPUMS-International.